

Tauoada.

Seguese a tauoada deste segundo li-
uro das ordenações.

Título primeiro. Em que casos os clérigos e religiosos hâ de res-
ponder perante as justiças seculares. fo. i.

Título. ii. Da maneira em q̄ el Rey poderaa tirar as terras, rē-
das, officios, e todas las couisas que de sua alteza teuerem aquellas
pessoas que seliurarem pelas ordens que nom forem pelo ecclesiás-
tico de réitamente julgadas e punidas. fo. iii.

Título. iii. Como os donatos desam Ioam, e os da terceira
ordem de sam Francisco, e os q̄ se fazem yrmãos dalgūas ordens, e
assí os nossos moradores que forem dordes menores, respon-
deraam perante nossas justiças. fo. iii.

Título. iiiij. Dos que se coutam aay greja, em que casos gouuiráa
da imanidade della, e em quaes nom. fo. v.

Título. v. Como se julguaraā os casos que nom forem deter-
minados por nossas ordenações. fo. vi.

Título. vi. Que façam penhora nos bēes dos clérigos conde-
nados por os juyzes del Rey. fo. viij.

Título. viij. Que os clérigos, e ordens, e outras quaequer pes-
soas ecclesiasticas, e fidalgos, e caualeis os nom possam auer bēes
algūs nos reguengos. fo. viij.

Título. viij. Que as ygrejas e ordens nom cōprem bēes de rayz
sem licença del Rey. fo. viij.

Título. ix. Que nenhūa pessoa nom tome posse dos benefi-
cios quando vaguarem. fo. x.

Título. x. Que os escriuães dos vñquairos guardem atayxa
das escripturas que he dada aos escriuães da corte. E nom façam
eles, nem outros algūs escriuães dos prelados, ou dos moestey-
ros, e notairos apostolicos, escripturas em que algum leyguo se-
ja parte. fo. x.

Título. xi. Que os fidalgoos ou seus moordomos nom pou-
sem nas ygrejas ou moesteyros, nem lhe tomem ho seu contra
sua vontade. fo. xj.

Título. xij. Que os fidalgoos ou prelados nom ponham defesa
em suas terras per que façāhermar as herdades das ygrejas ou
moesteyros, nēp̄ejudiquē aos arrēdamētos dellas. fo. xj.

Título. xij. Que nom possam vender nēempenhar prata algūa
... das

Tauoada do segundo liuro.

- das y grejas ou moesteiros sem liçença del Rey. fo. xi.
¶ Titulo. xiiij. De como se han de entender os priuilegios per
el Rey dados aas y grejas e moesteyros para seus lauradores e
caseiros. fo. xij.
- ¶ Titulo. xv. Dos dereitos reaes que ael Rey pertence auer em
seus reynos. fo. xij.
- ¶ Titulo. xvi. Das juquadas, e como se devem arrecadar nas ter-
ras juquadeiras. fo. xiiij.
- ¶ Titulo. xvij. Da maneyra que se ha deder na soçessam das ter-
ras e beés da coroa do reyno. fo. xix.
- ¶ Titulo. xviii. Em que tempo as cartas das doações e merces de-
uem ser asselladas e passadas pola chancelaria. fo. xxvij.
- ¶ Titulo. xix. Que se nom cumpranem faça obra algúia por po-
taria queda parte del Rey se der. fo. xxvij.
- ¶ Titulo. xx. Que nom façam obra por carta ou aluara del Rey
nem de algum seu oficial sem primeiro passar pola chancelaria,
e que as coisas cujo efecto ha de durar mais de hum anno, nom
passem por aluaraes. fo. xxvij.
- ¶ Titulo. xxi. Em q modo e em qtempo se faz algum vezinho pera
poder gouir do priuilegio dado aos vezinhos. fo. xxix.
- ¶ Titulo. xxiij. Que os almorarifes del Rey, ou outro algum nom le-
uem cousa algúia do nauio quese perder. fo. xxix.
- ¶ Titulo. xxvij. Das cartas impetradas del Rey por falsa enformaçā
ou calada averdade. fo. xxx.
- ¶ Titulo. xxviii. De como ael Rey soomente pertence apousentar al-
guem por auer hidade de setenta annos. fo. xxx.
- ¶ Titulo. xxv. Que ho priuilegio da exempçā dado ao morador
da terra nom faça perjuizo ao senhor della. fo. xxx.
- ¶ Titulo. xxvi. Como as Raynhas e infantes e outros senhores
vsaram das jurisdições que por el Rey sam dadas. fo. xxxi.
- ¶ Titulo. xxvii. Da jurisdiçā que he dada aos capitães dos lu-
guares Dafrica. fo. xxvij.
- ¶ Titulo. xxviii. Dos officiaes del Rey quelhe furtam, ou cō malicia
deixam perder afazenda do dito senhor. fo. xl.
- ¶ Titulo. xxix. Das liberdades e priuilegios outorguados aos
rendeiros, e como podem encampar as rendas polas injuriias
que lhe forem feitas. fo. xl.
- ¶ Titulo. xxx. Que os tisouriros, almorarifes, ou recebedores
del Rey

Tauada do segundo liure.

- del Rey, nem deim os dinheiros do dito senhor a usura, nem em prestem, nem dem sem seu mandado coufa algua sua, né elles né os que por elles servirem, nem os escriuães dâte elles nom dê conhecimentos do que verdadiramente nom receberê. fo. xliv.
- ¶ Titulo. xxxi. Da ordenança q teram os iacadores del Rey, t q corram os pregões sem embargo dos espaços. fo. xliii.
- ¶ Titulo. xxxii. Que as herdades nouamente guançadas por ei Rey nom sejam atidas por reguengos, nem gouiam dos privilegios aos reguengos dados. fo. xlvi.
- ¶ Titulo. xxxiii. Que os que tem herdades nos reguengos nô gouiam do privilegio de reguenguiros se nô morarê em elles. fo. xlvi.
- ¶ Titulo. xxxviii. Dos relegos, t como se deveem vender os vinhos del Rey durando hotempo delles. fo. xlvi.
- ¶ Titulo. xxxv. Dos residos, t em que maneira ho contador provera a sobre elles t sobre os orfãos t capellas. fo. xlvi.
- ¶ Titulo. xxvi. Que os senhores das terras t fidalgos, né outras pessoas algúas no intencion mantimentos, né carretas, né bestas seim autoridade de justiça cõtra vóltade de seus donos. fo. lv.
- ¶ Titulo. xxvii. Da pena que aueram os que trouxerem as armas q lhem pertençem. E dos que tomam dô ou apelidos delinagês nom lhes pertencendo. E dos que se nomeam por fidalgos nom hoseno. fo. lvii.
- ¶ Titulo. xxviii. Que os caualeyros nom gozem dos priuslegios da caualaria sem terem caualos t arinas t confirmaçam de sua caualaria. fo. lviii.
- ¶ Titulo. xxix. Dos lauradores, moordomos, caseyros, t criados dos fidalgos t vassalos que hain de ser escusados dos encarregos dos concelhos per os priuslegios q de nos tenerê. fo. lix.
- ¶ Titulo. xl. Que os prelados t fidalguos nom façam nouamente contos nem hourras em seus herdamentos. E comonellas usaraam de suas jurisdições. fo. lx.
- ¶ Titulo. xli. Que os judeus t mourros forros se sayam destes reynos, t nom morem nem estem nelles. fo. lxii.
- ¶ Titulo. xlii. De como ho chistão que soy judeu deve de herdar aseupay t asua mây, t aos outros parentes. fo. lxii.
- ¶ Titulo. xliii. Dos priuslegios t liberdades concedidas ao Regedor t gouernador, t desembarguadores da casa da sôrcaçam t do cínel. fo. lxiiij.
- ¶ Titulo

Tauoada deste segundo liuro.

- Título. xlviij.** De como os castelos hā de ser repairados. fo. lxxv.
- Título. xlvi.** Da determinaçam que se tomou sobre as duvidas dos foraes. E dos que leuam mais tributos. E que as alfanegas, nem sisas, nem terças dos concelhos, nom se entendam ser dadas em ninhūas doações. fo. lxvi.
- Título. xlviij.** Dos que constrangem algūas pessoas que pessoalmente morem em algūas terras e casaes. fo. lxvij.
- Título. xivij.** Das mulheres que tem cousas da coroa do reyno, que casam sem licença del Rey. E se seram meeyros os que casam clandestinamente. fo. lxvij.
- Título. xlviij.** Que os officiaes que ouuerem deter liuros os facam contar e assinar as folhas delles. fo. lxvij.
- Título. xix.** Que nom se entenda derogada ninhūa ordenaçam por el Rey sed a substacia della nō sezer expressa mēçā. fo. lxix.
- Título. I.** Que ninhūa pessoa possa fazer contracto de inhumamento se nom a dinheyro, ou por causa que lhe loguo entreguem, outal, que apessoa que ficar obriguada tenha de sua nouidade. fo. lxix.

Fim da tauoada deste segundo liuro.

Em q̄ caso os clérigos & religiosos hā de responder. Fo. j.

Aqui começa o segundo liuro.

Título primeiro. Em que casos os clérigos & religiosos hā de responder perante as justiças seculares.



Sarçebispos, bispos, abades, pares, & clérigos, & outras pessoas religiosas q̄ em nos-
tos reinos nō tē superio: ordinario, em qual-
quer feito q̄ uel q̄ pertença abēs patrimonia-
es q̄ elles ajam ou deuā auer, ou elles tenhā,
ou trêhos quiser dñadar, ou por diuidas
q̄ elles deuā por razā de suas pessoas & bēs
patrimoniaes, que per algūa guisa tenhā & libes pertençam, que noim
seiam das ygrejas, nem pertençam aellas: & bem assi por razam d'al-
gūas malfitorias, se as no reyno sezerem: podem ser citados peran-
te quaesquer justiças & juiz̄es leigos, onde forem moradores, ou
perante o correge dor da nossa corte, ou os sobrejuiz̄es coim se sem-
prevsou, porque sem razam seria noim auer no reyno q̄ deelles fezes-
se justiça & dereito, & por tales feitos os h̄a em demandar a Roma.

intelligere rectificaria ut p.
in p. c. n. 16. de for. comp.
Abbas. fel. m. i. q̄. g. a. 3. de
indus. et si ad hoc puntum ren-
deret. & delatetur ut p. Nau-
in c. cum monachis. e. com.
recup. v. q. 4.

Outro si se algūas pessoas ecclesiasticas ygrejas ou moesteyros
guanhārē, & ouuerē algūs bēs nos reguēgos, ou outros algūs q̄
sejam contra nossas leys & de nossos antecessores, por qualquera guis-
sa que seja, serān citados & demandados por os ditos bēs perante
nos & nossas justiças, & perante elles responderāam.

E se oclerigo citar algūm leygo per ante o juiz secular, & oleigo
o qui ser reconuijr per ante o dito juiz leygo, pode loa fazer, & scrao
clerigo obriguado responder per ante o juiz secular, pois perante
elle começou de demandar o leygo: & esto auera luguar quando a
reconuençam for sobre diuidas, ou outras couisas que q̄uelmente se
demandē, ou sobre paguamēto & satisfaçam de algūa injuria ou cimen-
da & corregimento dalguū dano, quando q̄uelmente se demandare.

late brask. in c. l. n. 1. q. de
for. compet.

E poderaa oclerigo ser citado & demandado per ante o juiz ley-
go, por qualquer força noua (dentro dano & dia) que oclerigo fa-
ça em qualquer couisa assi mouel como de raiz, o qual juiz leygo po-
deraa disso conhecer per a desfazer aforça & tornar restituir aforça-
do em todo ho de que esteuer esbulhado & mais nam.

v. corr. in c. ex conquer-
tione n. 2. ent. de 1251.
Sobral. Joām. n. 1 de
for. compet. n. 26. uces.
ruas.

Et alii mouel como raijs auer q̄ piedat q̄ sp. ibi. omisiō 22. est. m. 1. 22. et
et eu. velut, benijal, et ca. in. Br. q̄. fforo q̄. eu. agressi. u. val. cons. 93. a. 1.
et fforo noua / an. piedat in quoilis q̄. ppolo. his pinciamate sua punc-
tione. et land. in. val. a. 1. q̄. n. 1. q̄. cabed per. dei. 82.

b. dentro de aro. idia
v. Cabed. ep. dñe
75. n. 4

O segundo liuro das Ordenações.

*Wolatus consultus et apud
van. scabed de 18 an.*
C E sendo algum leigo citado perante juiz leigo, onde com dreyto e razam hodeuia ser: e despois que assi foi citado se fez clérigo, sera demandado perante nos, perante aquelle juyz ley quo, perante quem primeiro soy demandado: e esto quanto ao ciuel soomente e mais nam.

*Le p. clerico post delictum a se
compli' offensio clericis absq'illa
fraude, odo clericatis etim
liberat d' uis ad iudicis secu
laxis cont. prati. qg. c. 32. n. f
facto em c. ex tempora n
facto em c. ex tempora n*
C E o clérigo teuer denos algüs beës patrimoniaes, poderaa ser citado e demandado perante nossas justiças, assi por esses beës, como por os fructos nouos e rendas, ou foros e tributos que nos deua pagar. E bem assisse o clérigo teuer beës ou terras da coroa do reyno, assi sobre os ditos beës e terras quando sobre ellas for contendida, como sobre as rendas dellas, e sobre ajurisdiçam se ateuuer, e della usar como nom deue, ou deneguar appellaçam pera nos ou para os nossos officiaes pera yssô deputados, ou tomar conhecimento das appellações quedante seu ouuido: sahire, ou se della usar nom tendo pera yssô legitimo titulo, poderaa ser citado perante nossas justiças e hi sera theudo responder.

*Late locam defa. compot.
n. 29*
C E o clérigo que laurar algüas possissões fiscaes, ou feudatarias, ou reguenguas, sera citado e demandado perante as justiças seculares por razam das taes possissões e rendas, censos, e dreytos dellas.

*Item nos feitos e coimas q' pertêcem a alimotaçaria, os clérigos e
pessoas ecclesiasticas podem e deuem ser citados perante os almo-
raçees, e hi demandados quanto pertencer aapena ciuel, e assi em
seytos de soldadas e jornaes de inancebos seruicaes e jornaleiros,
e outros mesteyraes que lhes fezerem algum lauor e os seruem
em seus beës e obras, podem ser demandados perante os juizes
leigos.*

*Item por as sisas, dízimas, portagés, e aduanas, e releguos, e
por couisas defelas se as leuarem fora do reyno ou meterenelle, e por
outros nossos dreytos se ciinelmente forem demandados, pede os
clérigos e pessoas ecclesiasticas ser citados perante nossas justiças.*

*E quanto he aos clérigos dordês sacras, ou beneficiados, que
guiançarem de seus prelados ou de seus viguayros, cartas de se-
gurança, pera estarem perante elles adereyto; mandamos aas nos-
sas justiças que lhes guardem as ditas cartas de segurança, que de
seus prelados ouvierem. E o correedor da nossa corte sendo pera
tisso requerido, lhes deu nossas cartas pera todas nossas justiças que
os nom prendam, e lhes guardem as ditas cartas de segurança de
seus*

Em q̄ casos os clérigos & religiosos hā de respō. Fo.ij.

seus prelados. E posto quētaes cartas nossas nom tenham, nom se-
ram por isso presos, mas guardar lheam as ditas cartas de seguran-
ça de seus prelados: e esto se fara assi quando notoriamente forem
conhecidos por beneficiados, e dordēs sacras, ou nom sendo no-
toriamente por taes conhecidos, se elles perante nossas justiças fi-
zerem certo que sam verdadeiramente beneficiados: conuem a sa-
ber por seu título e por testemunhas que estam em posse do dito be-
nefício, ou que sam dordēs sacras mostrando seu título soomente.

Outro si os clériguos dordēs sacras, ou beneficiados, que no-
toriamente forem conhecidos por dordēs sacras, ou beneficia-
dos: mandamos que tanto que presos forein, sem h̄irem a a cadea
os entreguein aseus maiores ou aseus viguairos. E nom sendo co-
nhecidos por dordēs sacras ou beneficiados: tanto que fezerem
certo perante nossas justiças, que sam verdadeiramente benefi-
ciados, ou que tem ordēs sacras da forma que ençima dito he-
loguo sejam remetidos, sem de tal remissam auer appellaçam nem
agrauo.

11. nov.
24. E sendo polos juizes eclesiasticos requerido aas nossas justiças
que lhes enueiem o treslado das querelas e inquirições que de ta-
es clériguos ou beneficiados teuereim: mandamos que lhas entre-
gueim: testo soomente do q̄a os ditos clériguos ou beneficiados to-
car, e nom doutras pessoas.

12. nov.
25. E quando algum clérigo dordēs sacras, ou beneficiado que for
livre per final sentença deseu juiz eclesiastico, vier pedir ao nosso
corregedor da corte, que lhe mande guardar sua sentença, fazen-
do elle certo como he dordēs sacras, ou que verdadeiramente he
beneficiado e estaa em posse de seu benefício como açima dito he,
serlheia dada nossa carta per que lhe guardem a sentença do dito
seu juiz.

13. nov.
26. Item se a algum clérigo dordēs sacras, ou beneficiado, forem to-
madas algūas armas, por ser com ellas achado aas horas que aos
leiguos sain defesas, ou por com elles fazer o que nom deve, nom
lhe seja por isso leuada apena da ordenaçam, nem pena do sangue
se com elles ferir, soomente as ditas armas quelhe assi tomarem ficas
raam perdidas. E os prelados nom devem mandar que os clériguos
tragiam armas, nem as devem trazer, porquelhes he de direito dese-
so. E quanto he aos meyrinhos e carçereiros dos prelados: man-
damos quelhes nom filhem suas armas, se com elles nom fezerem

8 ij o que

Item de h̄t comp. n° 46.

clérigo Iaem in c. 2 de
for. comp. n° 3 i.

O segundo liuro das Ordenações

o que nom deuem nem as trouuerem aas horas defesas.

*Barb. in l. nemo pot. n° 38
Leg. i. casas m. c. i. n° 14. fin.
comet.*

Item todolos clerguos que forem dordēs menores, assi solteiros como casados com taes mulheres que lhe as ordēs deuem valer, poderam ser demandados perante nossas justicas, em todos os casos perq̄os demandar quiserem ciuelmente: e elles seram obrigados quando assi ciuelmente forem demandados, de responder perante as ditas nossas justicas, sem poderem alleguar seu privilegio de clerguo, salvo nos casos crimes, assi ciuelmente como criminalmente intentados, porque em os casos crimes se teraa almacena seguinte.

*Barb. ml. Atua ar. 33. f.
lute. mat.*

Os clerguos dordēs menores, casados e solteiros, por quaesquer maleficios se delles for querelado, ou per algūa inquiricām deuassa, ou judicial, se prouar tanto contra elles, porque presos deviam ser, poderam perante os juizes seculares ser citados, presos, acusados, e demandados, assi polas partes aque aacusacām pertencer, como pola noſſa justica, sendo o caso tal em que a justica ajaluguar: e quando declinarem noſſa jurisdiçām, alleguando que sam clerguos dordēs menores, e que os remetam aſeus juizes ecclesiasticos: mandarihei as nossas justicas que formem diſſo artiguos e offereçām suas cartas dordēs: e o que vier com artiguos de casado deve articular como casou com h̄ua ſoo molher virgem ao tempo de ſeu casamento: e como ao tempo que foi cometido o malefício de que for acusado, e assi ao tempo da prisām andaua e foy achado em habito e tonsura: e o que fezer artiguos de clerguo solteiro abastarihei prouar, como ao tempo da prisām foy tomando em habito e tonsura: e se os acusadores entenderem prouar que as taes cartas ſam faſas, ou que elles ſam biguamos, ou andauam fora do habito, ou nom traziam coroa aberita, ſeram ayſſo recebidos.

Gama de sacrament. q. 3. n° 29.

E da ſentença que quaesquer pessoas que jurisdiçām de neste uerem, ou os juizes, ouvidores, e correcedores acerqua daditare missam derem, poſto que no caſo porque sam remeticos tenham de nos alçada, se appellara aſempre para nos e nossos desembargadores aquo o conheçimento de taes feytes pertencer, e a ſentença que por elles for dada ſe compriraa e ſe dara a execuçām.

Se o clerguo citar algum ley guoperante ho juiz ecclesiastico, por razām dalgum roubo, ou força, e outro ſemelhante caſo que digna lhe teer feyto, poendo tal qualidāde contra elle, porque de de- reito

Em q̄ casos os clérigos & religiosos hā de respō. Fo. iij.

reito deua responder perante o dito juiz eclesiástico , se o clérigo ou tal qualidade nom prouar , seja loguo condenado em outro tanto quanto demandaua , e seja pera o leyguo demandado com as custas que sobre ello tener feytas : e assi se faça ao leiguo que se for demandado por a coufa da ygreja , e elle declinando o foro disser que a coufa he sua e nom da ygreja : o juiz eclesiástico remetao lo-
guo ao juiz secular : e se perante elle se prouar que acousa he da ygre-
ja , seja loguo oleyguo condenado em outro tanto como lhe de-
mandauam , e mayas as custas , e ja todo pera aparte que o demandar : e esto todo afora o principal que fique pera se julgar a cujo for e pertençer de dreyto : e em estes feitos nom auera mais que hūa appellaçam no reino : conuē a saber do juiz eclesiástico pera obis-
po ou arcebispo , e do secular pera nos .

¶ Se o clérigo for herdeiro de algum leiguo , poderaa o clérigo ser citado e demandado perante o juiz leiguo , por qualquer diui-
da ou coufa , aque oleyguo aque o clérigo soçedoer era obrigado ,
se o defuncto fora ja citado por adita diuida ou coufa .

¶ Item se oleyguo for rendeyro dalgua ygreja , ou telier empraza-
da ou arrendada algua possissam de ygreja , sera obrigado res-
ponder pola tal renda ou foro perante o juiz eclesiástico , duran-
do o tempo do dito arrendamento ou foro : e depois que se acabar o
dito tempo nom responderaa perante elle , nem poderaa perante elle ser
citado nem demandado .

¶ Se algua pessoa leyguia for demandada por algum calez , vesti-
menta , ou algua outra coufa sagrada , ou que ja fosse posta em po-
der , e senhorio de algua ygreja , ou pessoa eclesiástica : de tal deman-
da podem conhecer os juizes eclesiásticos : pero o esto senom enten-
da em cruzes , castiças , tribulos , nauetas , e outros ornamentos ,
que nom sain sagrados , porque estes quando a pessoa leyguia for de-
mandada ha de responder perante o juiz secular , salvo se a parte
confessar que atal coufa he da ygreja , porq̄ entam conheceraa o juiz
eclesiástico .

¶ As nossas justiças poderaam prender quaequer clérigos dor-
dões sacras , ou beneficiados que acharem cometendo tales ma-
lefícios , porque deuam por dreyto ser presos : e tanto que presos
forem , os entreguem a seus prelados ou viguairos : e nom pode-
raam prender os que nom acharem cometendo os malefícios , salvo
por mandado de seus prelados q̄ os mandem prender .

O segundo liuro das Ordenações.

SE se oclerigo vendeo algum herdamento ao leigo; e o leigo
he citado e demandado por esse herdamento perante seu juiz leigo; e o clerigo for citado e requerido polo leigo que lhe seja au-
tor: o clerigo o deve defender perante esse juiz leigo, onde o leigo
he demandado se autor quiser ser aadita demanda.

Item os clerigos que nom forem dordes sacras, podem ser con-
strangidos por nossas justicas que vam ajudar a apagar algum
foguo, quando se aleuantar no luguar ou termo onde sam mora-
dores: e bem assi pera defensam da terra, quando aella viesssem ini-
guos: e pera acodir em fauor da justica a alguuns arroidos, pera os
estremar ou ajudar aprender os que nos taes arroidos forem cul-
pados.

SE porque muitos por toruarem nossa jurisdiçam, e assi por ve-
xirem suas partes, as citam e demandam perante as justicas ecclesias-
ticas, em casos que a jurisdiçam pertence a nos: mandamos que
aquele que assi citar e demandar em juizo qualquer pessoa peran-
te a justica ecclesiastica no caso que a jurisdiçam a nos pertenca, pa-
gue trinta cruzados, ametade pera a parte contraria, e outra pe-
ra os catiuos: e se aparte contraria nom quiser acusar, sera a dita
metade pera quem acusar, e a outra metade pera os catiuos, e ma-
is as custas em dobro que no dito caso se fezerem: e os reos que
issimo responderem no dito caso, aueram outra tanta pena.
E mandamos aas nossas justicas que nom dem aa execuçam as ta-
es sentenças dadas polos juizes ecclesiasticos. E pera nom cair em
nesta pena poderaam os reos ante que respondam tomar estormen-
to dante o viguayro com o treslado da auçam contra elles inten-
tada, e o apresentaraam ao juiz dos nossos feitos, e o que por elle em
rolaciam for determinado se guardaraa. E nas ditas penas encor-
reraa o actor se citar oreo e for ajuizo por si ou por seu procurador,
e reo tanto que contestar ademanda.

S Título segundo . Da maneyra em que el
rey poderaa tirar as terras, rēdas, offiçios, e todas las cou-
sas que de sua alteza teuerem aquellas pessoas que se liura-
rē pelas ordēs qnom forem pelo ecclesiastico d'ecitamēte
julgadas e punidas.

100

Da maneira em q̄ elrey podera a tirar as terras. Fo. iiiij.

Der elrey dom Afonso o quinto com acordo dalguns
do seu conselho e com os do seu desembargo accordou
e pos por determinaçam e ordenança, nom que se ou-
vesse de poer e publicar porley ou ordenaçam, mas por
della vsar em quanto por experiença boa e proueitos aachasse, que
quando quer que algus d' seus reynos e senhorios de qualquer es-
tado e condiçam que sejam, forem culpados em alguuns malefi-
cios: e por serem clérigos dordes menores, ou sacras, beneficiá-
dos, comendadores, ou outros religiosos, ou que sejam da juris-
diçam ecclesiastica, forem julgados polo ecclesiastico e nom forem
pelos ditos malefícios punidos dereytamente, segundo verdade
e justiça como per dreyto e justiça deueriam ser, e o dito senhor
assí em certo o soubre: elle nom como juyz mas como rey e seu se-
nhor por os castigar, e corregir, e evitar que taes malefícios ou
outros semelhantes se nom cometam, lhes tiraraa as moradias e
tenças que delle ou de seus antecessores, de graça ou em quanto
sua merce for teuerem, e os lançaraa de seus moradres se comprir, e
lhes tiraraa terras, bens, e jurisdições que issò mesmo de graça e em
quanto sua merce for delle ou de seus antecessores teuerem. E assí
lhes tiraraa castelos, officios, vassalagens, pruilegios que delle ou d'
seus antecessores de graça e merce teuerem, que em sua volta-
de e poder esteuer de lhos tirar, sem lhe ser theudo per algúia obriga-
çam de lhos leixar, se nom soomente por lhe ante serem de iner-
çados, posto que nas cartas dos ditos castelos, officios, vassa-
lagens, pruilegios nom seja dito que os aja em quanto sua merce for,
tirando aos sobreditos as ditas couas em parte ou em todo a
certo tempo ou per a sempre, e os trataraa e vsaraa com elles segun-
do os malefícios forem, e as couas em que errarem, e aquem os
fezerem e segundo pelos ditos prelados ponidos forem ou nom
forem, como elle entender que ho bem e dereytamente deua de
fazer, por exemplo de se em seus reynos malefícios nom fazerem,
nom per via de jurisdiçam nem juizo mas por elle de suas couas
ou das que a elle pertençem virtuosamente vsar, por bem comum
dos ditos reynos, e os malfeidores de si afastar e auorreger que del
le nom ajam ioportamento nem bem fazer: ca onde os malfeito-
res sam sofridos e ham merces e fauor, alem do escandalo que por
ello em geral todos recebem, os virtuosos e que bem vivem sam
mayz estreytamente offendidos e injuriados. A qual determina-

a iiiij cam

O segundo liuro das Ordenações.

Cam nos auemos por boa e mādamos que se cumpra como nella he
conthendo. E determinamos que qualquer nosso offici al de qual-
quer sorte e qualidade que seja que se chamar aas ditas ordēs e juris-
diçam ecclesiastica, per capo ello o officio que de nos tener, e esto por
se assi isentar de nossa jurisdiçam.

S Título . iij . Como os donatos de
sam Joam, e os da terceira ordem de sam Francisco,
e os q se fazēr māos dalgūas ordēs. E assi os nossos
moradores que forem dordēs menores responderam
perante nossas justiças.

P Or quanto algūs priores e comendadores derodes,
tem lançado e lançam muitos habitos da dita ordem,
amuitas pessoas assicasados como solteiros, a q elles
chamam donatos por terem os prívilegios da dita or-
dem e se isentarem de nossa jurisdiçam, e por dereito nom sam ver-
dadeiros religiosos, nem deuem gouir de prívilegios delles: man-
damos que daqui em diante nom guardem ninhum prívilegio, que
por razam dos ditos habitos alleguem ter, aninhum dos sobreditos
e sem embargo delles se faça delles justiça como for dreyto, co-
mo se os taes habitos nom tenuessem.

E Por quanto alguuns pessoas fazem da terceira ordem de sam
Francisco, ou yrmaos dalgūas ordēs, pera se escusarem de seruir em
nas coulas que por nosso seruço e bem do reyno lhe mandam fa-
zer, e assi por se isentarem da nossa jurisdiçam: mandamos que em
ninhum modo sejam escusos de seruir, e lhes nom guardem pri-
vilegio algum que alleguem por assi serem da terçeyra ordem, ou
irmaos dalgūas ordēs. Porém se algūs da terceira ordē viuerem em
comunidade em algum oratorio juntamente: ataes como estes a-
uenmos por bem quelhe sejam guardados seus prívilegios, segundo
for achado por dereito.

T Item quando algū nosso morador q andar em nossos liuros e for-
claríguo dordēs menores, cometer alguū crime, responderaa peren-
te as nossas justiças, quando ao çuel que descendre dalgūs dā-
nos

Como os caualeiros. Dos q se coutā aaygreja. Fo.v.

nos ou crimes por elles cometidos pera satisfaçam da parte: e nom querendo responder ou satisfazer ao que por nossas justiças sobre os ditos casos for mandado: nos nom como suyz mas como Rey e seu senhor por os castigar e corregir euitar que taes couzas nom cometam, lhes auemos por tiradas as moradias e tenças, e quaesquer outras couzas que de nos ou de nossos antecessores, de graça, ou em quanto nossa merece for teuereim.

Titulo. iiii. Dos que se coutam aaygreja: em que casos guouiriaā da imunidade della, e em quaes nom.



Dorque principalmente sempre foy nossa tençam e be com agraça de nosso senhor ds, muyto honrar sempre a noſſa sancta madre y greja, e obedecer compridamente aſeus mandamentos, aſſi como filho obediente. Or denamos e mandamos que a imunidade da ygreja aja luguar em qualquier ygreja, ainda que nom seja sagrada, com tanto que seja edificada per auctoridade do padre sancto, ou do prelado, pera em ella se celebret oofficio diuitio. E achamos per dreyto que a ygreja foomentre defende aquelle malfeitor que tem feito tal malefício per que merece auer morte natural, ou ciuel, ou cortamento de membro, ou qualquier outra pena de sangue: e nom cabendo no malefício cada húa destas penas, a ygreja ho nom defendera, ainda que seconte aella: mas podera a oñiz secular em tal caso liuremente tirar o malfeitor da ygreja e fazer delle justiça, dando lhe pena de degredo, ou qualquier outra pena de dreyto.

E se algum iudeu, ou mouro, ou qualquier outro infiel, fugir pera a ygreja coutandose aella, nom sera pera ella defeso, nem gouiria de sua imunidade: porque a ygreja nom defende aquelles que nom viuen sob aſualley nem obedecem aſeus mandamentos, ſalvo ſe elle ſequifer loguo tornar christão, e de feito for tornado aa sancta ſe de nosso senhor Iesu christo ante q parta da ygreja: ca em tal caso podera a gouir da imunidade della, aſſi e tam compridamente como

ſea o

O segundo liuro das Ordenações

se ao tempo que se coutou a aygreja fora ja Christão.

Item o que cometeo maleficio na ygreja , auendo ante delibera-
do pera em ella malfazer , ainda que se coute aella nom sera per ella de-
feso,nem gouuiraa de sua imunidade.

Item oladram publico , t o teedor das estradas , ou caminhos
que em ellas costumou matar , ferir , ou roubar , ou que de prepo-
sito poem foguo aos pães seguados , ou por seguir , em qualquer
tempo que seja , ou quaequer outros fruítos de qualquer natu-
ra ou condicam que sejam , ainda que se coute aa ygreja nem sera
por ella defeso , nem gouuiraa de sua imunidade . E ainda todo a-
quelle que de preposito ou insidiosamente comete algua graue of-
fensa , ainda que se coute aaygreja nom sera por ella defeso : t esto a-
chamos que se deue per derecho entender no maleficio que de pre-
posito he feyto , por principalmente offendre outrem : ca se fosse fei-
to principalmente a outro sim , t omalfcytor se coutasse aaygreja se-
ra por ella defeso : pode se poer exemplo no ladrão que furtá , t no
que comete adulterio com molher casada : que nom embarguan-
te que de preposito t deliberadamente malfaça , se aaygreja se cou-
tarem , guouuiraa in de sua imunidade , porque sua entençamprinci-
palmente nom foy de fazer aalguem offensa , mas oprincipal pre-
posito do ladrão foy auer o alheo : t o preposito do adultero foy
satisfazer ao carnal desejo . E por tanto dizemos que se algum ho-
mem de preposito roubasse outro forçosamente do seu , ou lhe to-
masse forçosamente sua molher , cometendo com ella adulterio : em
taes casos ainda que ho malfeytor se coutasse aa ygreja nom gou-
uiraa de sua imunidade . Morem o que forçar molher virgem gouui-
raa da dita imunidade , porque neste caso he assi expressamente de-
terminado por drecto canonico .

Item se ho seruo ainda que seja Christão fogir a seu senhor pera ay-
greja , acoutandose aella por se liurar de seruidam em que he pos-
to , nom sera por ella defeso , mas sera della per força tirado : t de-
fendendose elle , t de sua tirada assi per força se lhe seguisse morte ,
por doutra maneira honopoderem tirar : nom auera o dito seu se-
nhor , ou quemho assi tirar (sendo seu criado , ou fazēdoo por seu mā-
dado) pena algua .

E pera as nossas justiças saberem amanetra que ham de ter em ti-
rar das ygrejas os malfeidores que se aellas coutarem , nos casos em
que a imunidade dellas lhenora val . Abandainos que se algua in-
quiris

Dos q̄ se coutā aay greja. Em q̄ casos gouuirāā. Fo. vj.

quiricam fortirada sobre os ditos malefícios, porque se mostre serem de preposito, ou de tal qualidade pera deuerem ser tirados dellas, as ditas nossas justiças as mostrem ao viguairo do prelado do luguar: e onde nom ouuer viguairo ao rector day greja a que o malfeitor for acolhido ante de o della tirarem: e nom auendo hi tal inquiricam ao tempo que se o malfeitor acolher aay greja: perguntense loguo tres ou quatro testemunhas sumariamente que mais razam tenham de saber a verdade como tal malefício soy cometido, sem mais citaçam do que assi estaa acolhido aay greja, sendo primeyro o dito viguairo ou rector requerido que as veja jurar e examinar: e nom se achando o viguairo ou rector na dita ygreja ou em sua pousada, seja apreguado aaporta da dita ygreja que as vaa ou enuie ver jurar e examinar: a qual inquiricam o dito viguairo ou rector poderaa ver se quiser, quando elle nom for presente ao tirar della, pera saber ante que o dito malfeitor seja tirado da ygreja como nom he caso pera da imunidade dlla gounuir: e isto sera vindo otal rector ante que o dito malfeitor da ygreja seja tirado: e polo dito rector se nom esperaraa mais que atee fizerem as deligenças açima ditas: e tanto que feitas forem achando que nom deue gounuir da imunidade se tire loguo o malfeitor da ygreja: e vindo o rector depois que o malfeitor for da ygreja tirado, amostrarlheam a dita inquiricam querendoa elle ver como dito he, pera saber como ho malfeitor por seus malefícios nom deua gounuir da imunidade da ygreja: e por esta guisa tirem os malefidores das ygrejas a que se coutarem, e em outr'a maneira nom. E em quanto se este sumario conhecimento fizer seja o malfeitor bem e honestamente guardado em maneira q̄ nom fugua.

E se depoys de vista a inquiricam que mandamos que se vesa pera se determinar se lhe vaal a ygreja ou nam, forem concordes o dito juiz e rector day greja, isso se guardaraa sem mais appellaçam nem agrauo: e se o dito nosso juiz for em diferença com o viguairo ou rector da ygreja, por hum dizer quelhe val, e outro dizer que lhe nom val: em tal caso se faça de todo auto como sain differentes: o qual auto comha dita inquiricam mandaraa o juiz a acasa da sopríciacam ao corregedor da corte, ou a acasa do q̄uel aos ouvidores da dita casa, se o caso for da comarqua da estremadura de luguar onde ho conhecimento pertença aadita casa do q̄uel: e se alguuin nosso pescibarguador andar com alçada mays perto do

luguar

O segundo liuro das Ordenações.

luguar onde esteuer aygreja a que se ho malfeitor coutou, ou oco-
regedor da comarqua, que as ditas casas, a elles hore meteraa : t o-
que per cadahuum dos sobreditos for determinado, isso guarda-
raa o juiz: t em quanto assi nom for determinada adita diferença,
o juiz o tiraraa da ygreja pera soomente estar guardado na cadea t
nom por via de prisam, porque seria grande opressam auerse de gu-
ardar na ygreja tanto tempo, pois se ha de esperar por a dita pro-
uisam.

CE sera avisado ocorregedor da comarqua que em qualquer luguar
onde esteuer, quando vier caso em que se requiera que tire alguma
pessoa da ygreja, que mande ao juiz do dito luguar que elle entenda
nissocom orector da ygreja como ençima dito he: t elle se nom an-
tremeta nisso soomente quando forem differentes, por tal que possa
nisso dar sua determinaçam finalmente.

CE determinamos que posto que polo sumario conhecimento
ou inquiriçam que era tirada, o dito malfeitor for tirado da ygre-
ja: se despois que assi for tirado t preso fizer artiguo de imunida-
de, se jalherecebido, t lhe sera da do luguar aaproua aelle, t lhe se-
ram recebidas tantas testemunhas como por nossa ordenaçam he
determinado que se preguntam em cada artiguo: t desta sentença
que ojuizder sobre adita imunidade, dara appellaçam t agrauo aas
partes, ou appellaraa por parte da justiça nos casos em que nô teuer
alçada segundo o crime porque for acusado.

CE se algum matar sua molher ou outrem com ella por dizer que
lhe fezeram adulterio: t pola deuassa que da morte setirar se acham
que a matou com deliberacãam t nom incidentemente, atal morte se-
ja auida por de preposito, assi como fora preposito se os matara
outrapessoa que nom fora seu marido.

Titulo. v. Como se julguaraam os ca- sos quenom forem determinados por nossas ordenações.



w. C. A. c. 15. fol. 258. n. v.
Tando alguim caso for trazido em practica, que seja de-
terminado por algua ley de nossos reynos, ou estilo
de nossacorte, ou costume em os ditos reynos, ou em
cadahua parte delles longuamente usado, t tal q por
dereyto se deua guardar seja per elles julguado: nom embarguan-
te que as leys imperiaes aquerqua do dito caso desponham em
outra

Como se julguaraã os casos. Que façā penho. Fo. vij.

outra maneira : porque onde aley , estilo , ou costume do reyno , despoem , cessem todas outras leis t dretitos . E quando ocaso de que se trata , nom for determinado por ley , estilo , ou costume do reyno : mandamos que seja julguado sendo materia que tragua pecado por os sanctos canones . E sendo materia que nom tragua pecado : mandamos que seja julguado polas leis imperiaes , posto que os sacros canones determinem o contrayro : as quaes leis imperiaes mandamos soomente guardar pola boa razam em que sam fundadas .

E se ocaso de que se trata em practica , nom for determinado por ley do reyno , ou estilo , ou costume nisto dito , ou leis imperiaes , ou sanctos canones , entam mandamos que se guardem as grosas de Alcursio encorporadas nas ditas leis , quando por comum opiniām dos doutores nom forem reprovadas : t quando por as ditas grosas ocaso nom for determinado , mandamos que se guarde a opiniām de Bartolomeo embargante que algūs doutores tnesssem o contrario , saluo se a comum opiniām dos doutores que despôs delle escreueram for contraíra , por que a sua opiniām comumente hemais conforme a razam .

E aconteçendo caso , ao qual por ninhum dos distos modos fosse prouido : mandamos que ho notifiquein a nos pera ho determinarmos , por que nom soomente a es determinações sam desembarguado daquelle feito que se trata , mas sam ley pera desembargarem outros semelhantes .

Inste se acontecesse caso o qual nom fosse materia de peccado , t nom fosse determinado por ley do reyno , nem estilo de nossa corte , nem costume de nossos reynos , nem ley imperial , t fosse determinado per os textos dos canones , por hum modo , t por as grossas t doutores das leis por outro modo : mandamos que tal caso seja remetido a nos , t guardese breello nossa determinação .

Titulo . vij. Que façam penhora nos beés vosderiguos condenados por os juizes delrey .



Vitas vezes acontece que algūs clérigos de missão ou beneficiados , sam demandados ciusilmente perante os nossos corregedores t juizes em algūs casos , que segundo dreyto t artiguos sobre esto scytos t accordados ,

O segundo liuro das Ordenações

dos, podem hi ser demandados, e deuem hi responder, e sam condenados pelos ditos correcedores ou juizes, em aquello que he achado por derecho, ou em as custas: e quando elles querem fazer execuçam pelas ditas sentenças em os beés dos condenados, alleguam elles que a dita execuçam deue ser remetida aos juizes ecclesiasticos e que nom deue ser feita pelos juizes seculares: por tolher esta dúvida, ordenamos que em todo caso onde ho beneficiado ou clericu dordens sacras, he por derecho ou por os ditos artiguos tebudo a responder perante nossos correcedores ou juizes se por elles ou cadahum delles forem condenados, elles poderaam por sua autoridade mādar fazer execuçam nos beés dos ditos clérigos, polas contias que assi julguadas forem aos ditos leigos, ou aquae quer outros em os beés em que se deua fazer a dita execuçam: assi como com justa razam se poderia fazer nos beés dos leigos, se condenados fossem, com tanto que nom sejam verdadeiramente da ygreja. E esto entendemos assi na condenaçam das custas, como em qualquer outra condenaçam principal: ca pois o conhecimento principal da causa demandada pertence por derecho aos nossos juizes e correcedores, assy pertence a execuçam das sentenças que sobre elio deram.

Titulo. vii. Que os clérigos & ordens e outras quaequer pessoas ecclesiasticas, e fidalgos e caualeiros, nom possam auer beés algúis, nos reguengos.

Por elrey dom Afonso o terceiro, e por elrey dom Dinis seu filho, e assi pelos outros reis nossos antecessores que depois foram, foi ordenado que ordens nem moesteiros, nem ygrejas, nem arcebisplos, nem bispos, nem outras pessoas ecclesiasticas, ou religiosas, nom comprasssem nem possuissem beés algúis de raiz dentro das demarcações e confrontações dos seus reguengos, o que sempre ate o dia se assi vscou e praticou sem contradicçam algúia dos ditos prelados, e ygrejas, e moesteiros, e pessoas ecclesiasticas e religiosas, por assi ser ja acordado, e afirmado entre os ditos reys e elles, e porque nos achamos que a razam em que se os ditos reis nossos antecessores fundaram, foi porque auendo os ditos prelados, ygrejas, e moesteiros, e pes-

Que os clérigos & ordés & outras quaelquer. Fo. viii.

soas eclesiásticas & religiosas, os ditos bēes nos ditos reguenguos era causa de as rendas delles se demenoyrem : t quando per nos-
sas justiças eram requeridos pera opaguamento dos foros & tri-
butos que dos ditos reguenguos nos eram devidos, declinauā nos-
sa jurisdicā em maneira que os nossos officiaes nom podiam a-
recadar nossos dereytos & rendas senom com demandas & delon-
guas : o que todo por nos considero poemos por lei que os ditos
prelados, ygrejas, & moesteiros, & pessoas eclesiásticas, & religio-
sas, nom possam comprar, nem por outro algum titulo aquirir,
ninhūs bēes de raiz dentronos nossos reguengos. Esealgūa pessoa
acadabuum dos ditos prelados, ygrejas, & moesteyros, & pessoas
sobreditas os ditos bēes vender, ou por qualquer outro modo
em elles passar : tal contracto, ou outra qualquer desposiçam per
que adita enheacām ou trespassaçam se fezer, seja ninhūa & de ni-
nhum effecto nem viguor : t por esse mesmo feyto os ditos bēes se
percam pera nos, & nunca os mays aja aquelle que tal trespassa-
mento fezer, nem seys herdeiros, nem soçessores. Peroo se aas di-
tas pessoas eclesiásticas, ou religiosas, algūis dos ditos bēes vie-
rem por legitima soçessam de seus padres, ou madres, ou outros
parentes a que per dereyto possam & devam soçeder : queremos
que elles os possam soçeder & auer, com tanto que do dia que ta-
es bēes soçederem atee hum anno os vendam ou trespasssem a pes-
soas leigas da nossa jurisdicā, que a nos paguem nossos derey-
tos & rendas dos ditos reguenguos : t nom hofazendo assi por esse
mesmo feyto os ditos bēes se percam pera nos, & os nossos almo-
xarifes tomem loguoposse delles pera nos, & os façam assentar nos
nossos liuros por os escriuāes de seus officios, & nolo emiuem no-
tificar pera dos ditos bēes despoermos como sentirmos ser ma-
is nosso seruiço.

¶ E dos que foram possuydos polas ditas pessoas eclesiásticas,
ou religiosas, a tempodo falecimento delrey dom Joam o primey-
ro, se guarde o que diremos no titulo seguinte.

¶ E por quanto achamos que os ditos reys nossos antecessores
tambem defenderam, que fidalgos nem caualeiros nom ouues-
sem nem guancasssem bēes nos ditos reguenguos : declarando aces-
ta desto, dizemos que adita defesa se nom entenda em aquelles re-
guenguos, em que os possuidores delles podem livremente ven-
der as herdades & casas que em elles tem aqueim lhes aprouuer, &
nom

O segundo liuro das Ordenações.

nom sam obriguados de pessoalmente elles nem seus herdeiros em elles morar. Enos outros reguêguos que adita obrigaçam tem de pessoalmente os reguengueiros e seus herdeiros pera sempre em elles morarem: queremos que adita defesa aja luguar, cõcum asaber que os ditos fidalgos e caualeiros os nom possam por titulo algum auer nem possuir. E quando por legitima sucessam lhe vierẽ de seus padres e madres e parentes, como ençima dito he, seram obriguados de os vender atee huú anno atal pessoa ou pessoas, que nom sejam de tal condiçam como elles, e que pera pessoalmente em elles morar, e honorar, e paguar o que por seus foraes sam obriguados, possam ser constrangidos: e fazendo contra esto, per esse mesmo feito perca os ditos beés pera nos, e se tera açeita delles por nossos almoçarifes e officiaes amaneira açima declarada.

Titulo. viii. Que as ygrejas & ordés

nom comprébeés de raiz sem licença delrey.



v. Late. 1. 1. folius tam. 5. decim. n. 14
E muyto longuo tempo foi ordenado por os reys nossos antecessores, queninhūas igrejas nem ordés pedessem comprar, nem em paguamento auer de suas diuidas ninhūas beés de raiz, nem por outro titulo algūnus aquitir nem possuir sem especial licença dos ditos reys: e aquitir inde se contra adita defesa, os ditos beés se perdessem pera a coroa de nossos reynos, a qual ley sempre atee hora se usou e praticou e guardou em estes nossos reynos sem contradiçam algūna das ditas ygrejas e ordés. Enos assi mandamos q se guarde e cumpra daqui em diante. E qualquier pessoa secular da nossa jurisdiçā que algūn beés de ray vender, ou em pagamento der aas ditas ygrejas e ordés: por esse mesmo preço perca o feito que por ello receber pera nos, e assi se percam pera nos os ditos beés, e todo poderemos dar a quem nossa merce for.

E porem deixando algūna pessoa algūn beés em sua vida, ou por sua morte, a algūna ygreja, ou moestiero de qualquer ordem e religiam que seja, ou auendoos por soçessam, podelos ha possuir otal moestiero ou ygreja hum anno e dia: no qual tempo se tiraraa delles (nom auendo nossa prouisam pera poder mais possuir) e nem se tirando delles no dito tempo, nem auendo nossa prouisam, os perderaam pera nos como dito he.

Que as ygrejas & ordés nō cōprē beēs de raiz. Fo. ix.

2 **E** porque muitas vezes fazemos merce a algūas ygrejas, & ordés para comprarem algūis beēs de raiz a certa sumā em suas cartas de merce contheuda: as quaes cartas os reis nossos antecesores costumaram outorguar com certas clausulas, sem as quaes nō he nossa tençā as taes cartas passarem, por serem taes q̄ relevā ao bem comum de nossos reynos & nosso serviço; as mandamos aqui poer, as quaes sam estas: convém a saber que lhe damos licença que possam comprar quaequer beēs de raiz atee adita contia & mais nō, com condiçā que os ditos beēs nō sejam em nossos reguēgos, nēterras iuguadeiras, nem beēs que a nos sejā obriguados fazer alguū fredo ou tributo.

3 **E** que outro si nossos contadores & almoxarifses façam registar a dita carta de licença em ho nossolívro dos proprios: & o dito almoxarife seja presente a todas as compras que por vígor della se fezerē, as quaes fará registar no ditolívro em maneira que em todo tempo se possa saber como as ditas compras nō passaram da dita cōria por nos outorguada.

4 **E** com estas clausulas queremos que passem as cartas que das ditas licenças dermos: & passando sem algūa dellas, mandamos ao nosso chançeler mor que as noim asselle, posto que por nos sejā assinadas, nem se faça por ellal obra algūa atee com as ditas clausulas se rem corregidas: & mandainos ao escriuam da nossa chançelaria que pera estas cartas façahūu lívro apartado em que todas sejam registradas: & sendo caso que sem as ditas clausulas passem, queremos que sejam em si ninhūas & de ninhūu efecto, força, nē vígor.

5 **E** leuando adita carta as ditas clausulas, & nom se fazendo a dita diligēcia a cima dita com ho almoxarife aotēpo da cōpra, encoreraā na dīta pena, como se adita compra forá feita sein licença.

6 **E** porē nō henossa tēçā que os beēs que as ygrejas & moesteiros de nossos reynos, & outros quaequer luguares religiosos possuam pacificamente aotēpo do falecimento delrey dō Joam o primey-
to meu bisauoo da gloriosa memoria (que foys aos treze dias do mes Dagosto do anno do naçimento de nosso senhor Jesu Christo de mil & quatrocentos & trinta & tres annos, & di em diante assi pacificamente possuiram atee os vinte dias do mes de Setēbro do anno do naçimento de nosso senhor Jesu Christo de mil & quatrocentos & quarēta & sete, em oqual tēpo foiseita sobre esto húa ordenaçā por elrey dom Afonso meu tio cuja alma dsaja,) se possam demandar por
b sedizer

O segundo liuro das Ordenações.

se dizer que foram cōprados cōtra as ditas defesas nestaley t na ou-
tra ante desta contheudas, porque os bēs por as ditas ygrejas t
moesteiros t luguares religiosos, atee os ditos tēpos paçificamente
possuidos, nem poderaā maisserr demandados nem tirados posto q
sejam em nossos reguēguos, t comprados sem licēça dos ditos Re-
ys nossos antecessores que nos taes tempos forā: antes queremos
que liuremente os possam ter t possuir paguando anost anossos offi-
ciaes aquelles tributos t foros q sempre delles paguarā: t se os atee
os ditos tempos possuirā sem delles paguarē foro ou tributo alguū,
assí os ajam t possuam isentamente pera sempre.

TOutros si os bēs que ora tem t justamente possueim, poderaam tro-
quar t escambar por outros bēs de raiz de tanta valia ou pouco
mais como forem os bēs que por adita troqua ou escābo der ē: em
tal modo que amilhoria dos que receberem nom seja tāta que pare-
ça mais doaçam que escambo.

TE por quanto por os ditos Reys nossos predecessores foy isto
mesmo mandado t defeso, queninhūs clériguos dordēs sacras cu-
beneficiados podessem comprar, nem em paguamento receber bēs
algūs de raiz sem auerem pera isso espeçial liçençā: t por q em auerem
adita liçençā recebiam trabalho t despesa, t nossa tençā t vontade
he no que podermos sempre fazer fauor t merce aos ditos clér-
iguos t beneficiados, t fauorecer a liberdade da ygreja concedes-
mos a todos os clériguos ou beneficiados de nossos reynos t se-
nhorios, que sem embarguo das ditas defesas, elles possam liure-
mente comprar quaesquer bēs de raiz t heranças sem nos pedircm
pera isso liçençā, ou por outro qualquier titulo aquirir: t os bēs que
assí comprarem, ou por outro qualqrtitulo aquirirē, elles os pessem
em suas vidas possuir t disfrutar, com tāto que querēdos emalhe-
ar em suas vidas, ou por suas mortes os emalheem t leixem t fi-
quem apessoas leigas t da nossa jurisdiçā: t leirādcos aalgūa ygre-
ja, ou moestáro, ou a qualquier pessoa religiosa, ou ecclesiastica, ou
lhos der, ou trespassar por qualquier outro titulo: inandamos que
por esse mesino feito se percam todos os ditos bēs, t sejam aprica-
dos a coroa de nossos reynos pera delles podermos despocer co-
mo de nossa causa propria.

TE os bēs que assí comprarem nom sejam de nossos reguenguos,
ou terras iuguaeiras, nem bēs que a nos sejā obriguados fazer al-
gum foro ou tributo. E que di em diante paguem a nos, ou ao con-
selha

Que as ygrejas & ordens. Que ninhã pessoa. Fo. x.

çelho onde os comprarem os encarregos q̄ por elles paguauâ aquelas que os assi venderam.

E se os ditos clérigos ou beneficiados em suas vidas ou por suas mortes nom desposarem dos bens aquele deuâ viu: mādamos que venham ao seu parente mais chegado, com tanto que nom seja clérigo ou ordens sacras, ou beneficiado, nem religioso, nem religiosa: ca sendo o seu parente mais chegado cadahum destes, em tal caso elle podera auer os ditos bens atee huiu anno cōprido, cōtado do dia da morte do dito clérigo, e mais nam em oqual tempo mandamos que elle venda esses bens que assi ouuer, e nom os vendendo em ho dito tempo, entâ sejâ dos outros parentes leigos mais chegados do dito clérigo que os comprou: e nom os demādando elles atee seys meses contados do dia que ho dito anno for acabado: mandamos que todos os ditos bens sejâ aplicados aa coroa de nossos reynos.

E por que achamos que sempre foi estilo de nossa corte quando faziamos mercê a alguma pessoa de semelhantes bens cōprados per as ditas ygrejas ou ordens, ou quando os clérigos os bens quetinham comprados os passavam a outros clérigos ou beneficiados, se antes de serem citados os rectores, ou prelados, ou ordens, ou conuetos, ou os ditos clérigos que taes trespassamentos contra nossas ordenações em si receberam, elles trespassavam todo o senhorio e posse dos ditos bens por qualquertítulo em pessoas leigas e da nosa jurisdiçam: os quaes se achauam ser verdadeiros e dereitos senhores e possuidores delles sem outra simulaçam ou enguano ao tēpo que os compradores eram citados, nom se fazia nāis obra nē execuçam per tal carta de mercê contra os ditos compradores e possuidores de taes bens, por jaçsar arazam porq adira defesa foi feita: e por tanto mandamos q̄ o dito estilo se guarde por ley daqui em diante.

Titulo . ix. Que ninhã pessoa nom tem posse dos benefícios quando vaguarem.



Or evitar os males e dānos que se podem fazer no tomar das posses das ygrejas, e moesteyros, e outros benefícios (quando vaguā) sem autoridade da justiça a que pertence: mandamos que ninhã pessoa de qualquer condiçam que seja tome posse de ygreja, moesteyro, ou ou-

b ij tro

xxviii O segundo liuro das Ordenações.

tro qualquer beneficio ecclesiastico, nē semeta em elles, nē filhe suas
cousas sem autoridade do ordinario em cujo bispado for o dito be-
nefício: e qualquer que ho contrairo fezer sera degradado dous annos per a cadahum dos luguares dalem, e sendo piam sera açouta-
do, e a alem dello cadahudelles que nissso for paguara a dous mil rea-
es per a os meyrinhos ou quaequer justicas que os acusare, e mais
satissaraam a aparte dānificada todaperda e dāno que por ello reçe-
ber em dobro. E ho que for principal no tomar da tal posse sera de-
gradado quatro annos per a alein, e may s paguara a cincuenta cru-
zados pera as nossas justicas que os acusarem. E aquelles que tiverem
prouisão dos ditos ordinarios pera tomar atal posse nom faram as-
suda pera a tomar achando outros que estam em posse sob as di-
tas penas: mas em tal caso requereraam o nosso corregedor da co-
marca quelhe dee a dita posse, ao qual mandamos que leuando as
prouisões sobreditas loguo lhe faça dar a dita posse segundo nas-
tas provisões for contheudo. E se ho que se assit meteo na dita pos-
se sein eer alguum titulo tomar algúas cousas do dito moestyro
ou ygreja, auera as penas que por nossas ordenações merecer, co-
mo aquelle que forçosamente, ou furtiuemente toma ho alheo, se-
gundo aquantidade e qualidade do que tomar a alem das penas nes-
ta ordenação contheudas.

Titulo. x. Que os escriuães dos vi-
guairos guardem ataixa das escrituras q̄be dada aos escri-
uães da corte, e nom façã elles nē outros algūs escriuães
dos prelados, ou dos moestyros, e notairos apostoli-
cos, escripturas em que alguu leigo seja parte.

Blrey dom Ioam meu bisauo da gloriosa memoria
em seus dias fez ley que os escriuães danteos prelados
e seus viguairos guardassem ataixa das escripturas q̄
por elle he ordenada aos escriuães de sua corte, e nom
lhe fosse consentido que despeytassem os polios, e os prelados e
seus viguairos castiguassem aquelles escriuães que ho contrairo fezes
sein, se forem pessoas ecclesiasticas, e sendo ley gos encorreraam nas
penas das nossas ordenações: e porque esto foy assi ordenado por
bem comum destes reynos: mandamos que assi se cumpra e guarde
sem lhe ser consentido que mais leuem que ho que dito he.

Item

Que os escriuães dos viguairos. Que os fidal. Fo. xj.

TItem os ditos escriuães dão os viguairos, e outros algúns escriuães dos arcebispos, bispos, abades, prelados, cabidos, conuentos, ou notairos algúns apostolicos, nem façam escripturas de prazos, aforamentos, arrendamentos, nem vendas, permudações, doações, nem procurações, nem outras de quaisquer outros contratos, quando algum dos contrahentes for leigo, posto que os ditos contractos sejam sobre bens de ygreja e confirmados polos prelados. E soamente os ditos escriuães e notairos apostolicos poderão fazer intimações de appellações dão juízes ecclesiasticos, e notificações dellas, e escripturas de instituições, e confirmações de benefícios, e de comamento de posse delles, e assi de outras semelhantes causas quiesejam mere ecclesiasticas, ou espirituais: e fazendo alguém o contrario, mandamos que a escriptura que fezer seja anida por nenhuma e nomaia efecto nem viguar algum em iuyzo nem fora delle, nem poderá por tal escriptura oleyguo ser demandado nem elle por ella demandar aoutrem: e se o escriuam ou notairo que a tal escriptura fezer for leigo, encorria em pena de paguar dez cruzados: e o contrahente leigo que consentio fazêrse a tal escriptura per escriuam ecclesiastico, ou notairo apostolico, em cadaum dos casos que lhe sam defelos, encorria em pena de paguar cinco cruzados, das quaes penas ametade sera pera a rendição dos cativos e a outra pera a nosta chancelaria da corte.

Titulo. xj. Que os fidalgos ou seus moordomos não pousem nas ygrejas ou moesteiros, nem lhe comem o seu contra sua vontade.



In huius fidalguo ou caualeiro, nem outra pessoa de qual quer estado e condição que seja, ou seus moordomos pousem nas ygrejas nem em suas casas, nem façam clérigos, ou adeguas nos moesteiros ou ygrejas, nem adros dellas, nem comem pão, vinho, nem gualinhas, carneiros, nem outros mantimentos das ditas ygrejas e moesteiros contra vontade dos abades, ou seus clérigos, ou moordomos, salvo se algúns tem dereytos de auere em algumas tomadias, ou comedorias, porquesobre esto queremos que fique a elles e aas ditas ygrejas e moesteiros seu derello resguardado. E qualquer que o contrayro fezer pague pera a ygreja ou moestiero todo o dâno que lhe fezer

O segundo liuro das Ordenações.

em tresdōbro, e mais cincuenta cruzados pera anossa camara. E aalem disso auera as mays penas q por nossas ordenações merecer. E posto que as ygrejas jaçam em terra reguengua nom sejam tributarias por ello a nos, saluo quanto por foral ou algum outro justo titulo se mostrar que o deuam ser, porque osentimos assi por ser uicio de dōs e nosso, e bem de nossos reynos.

Titulo. xij. Que os fidalgos ou prelados nō ponham defesa em suas terras, perque façā herimar as herdades das ygrejas ou moesteiros, nē prejudicar a os arrendamentos dellas.

Inbiā pessoa de qualquer condiçam que seja nō ponha defesa nem mandado em suas terras que seja em prejuizo das rēdas e bēs das ygrejas, ou moesteiros que nas ditas suas terras ouuer, nem isso mesmo façam por nínum modo com os rectores das ygrejas, nem com cadabum dos que quiserem arrendar as ditas ygrejas por onde se nom arrendem se nom aquellas pessoas que elles quiserem. Antes lhas leyram colher e arrendar aos ditos rectores com todos seu proueito a sua vontade e aquem lhe por ellas mais der, e quem o contrario fezer sera suspenso da jurisdiçam que na tal terra teuer: e orendeyro que polo dito modo tomar a dita renda, paguaraa o que por ella dava em dobro pera a dita ygreja, e mais o dito contracto sera nínum.

Item que os prelados nom agrauem as ygrejas e moesteiros e homēs dellas nelhes demandem mais daquelle q com derecho deuam dauer: e sedoutra guisa ofazer quiserem, nos o non consentiremos ate sobre ello ser determinado por justiça.

Titulo. xijj. Que nom possam vender nē enpenhar prata algūa das ygrejas ou moesteiros sem licença delrey.

Por os males que se seguem e deseruiço de nosso senhor de as pessoas ecclesiasticas venderem ou apenharem a prata, ou ouro, ou joyas das ygrejas, ou moesteiros sem terem taes necessidades por onde com derecho o possam

Que nō possam vēder. De como se há deen. Fo. xij.

possam e deuam fazer. Mandamos que ninhūa pessoa de qual-
quer qualidade e condiçam que seja nom compre nem possa re-
ceber em apenamento por ninhūa diuida, nem por qualquer ou-
tra maneira nem modo que seja, ninhūa prata, nem ouro, nem jo-
yas de ninhūa sorte do seruiço das ditas ygrejas, ou moestros.
E quando os prelados, abbades, guardiaes, priores, e conuentos
dos ditos moesteyros, e assios priores, rectores, cleriguos das y-
grejas teuerem alguuas taes necessidades aque deuam prouer po-
bam das casas, ou de quaesquer outras couzas que lhe sejam ne-
cessarias: e nom tendo outra couza de que o milhor possam pro-
uer, e lhe seja pera isso necessario venderem ou empenharem a di-
ta prata, ou ouro, ou joyas: em tal caso nolo faram asaber, e nos
apresentaraam suas necessidades: e sendo taes que por dreyto as
ditas couzas se deuam vender, ou apeñhar, nos daremos licença
pera lhe poderem assi ser compradas, ou recebidas em apenha-
mento: e quem quer que as comprar ou receber em apenamento
sem adita nossa licença, auemos por bem que perca avalia das di-
tas couzas que assi comprar, ou em apenamento receber anoue-
do, ametade pera quem os acusar e a outra metade pera os cati-
uos, e mais as ditas couzas se tornaraam aas taes ygrejas ou moe-
steiros, sem por ellolhe ser paguo preço algum, posto que dado ho-
teuisse,

Su Título. xiiij. De como se ham de en-
tender os pruilegios per elrey, dados aas ygrejas e moe-
steiros per aseus lauradores e caseiros.

Por quanto achamos que os reis que ante nos foram
deram e outorguarā aalgūas ygrejas e moesteiros pri-
uilegios, em os quaesse contem, que seus lauradores
que suas herdades laurarem e aprueitarem, e seus ca-
seiros que morarem em suas quintāas, e seus mançebos e seruidores
sejam excusados de todolos encarreguos: e por nom recrecer du-
vida em que maneira se deuem entender as ditas palauras nos di-
tos pruilegios postas: declaramos que onde diz que seus laura-
dores que suas herdades laurarem e aprueitarem, se entenda que
a principal parte da vida do dito laurador seja guouernada e man-
teuida pelas herdades e bens que laura da dita ygreja ou moe-
steiro

O segundo liuro das Ordenações.

teiro, ainda que o dito laurador nom seja encabeçado em algua her-
dade, ou casal, ou laure e aprobeite algua mais pequena parte de
algua outra herdade ou casal.

Item onde diz seus caseiros, se enteda daquelles q continuadame-
te viuerem em suas quintaãs, e a principal parte de suas vidas he guo-
vernada pela lauoira, ou manutento das ditas ygrejas, ou moes-
teiros, em cujas quintaãs viuem, e nõ viuã os ditos caseiros per ou-
tros mesteres, nem per aprobeitamento de seus proprios beés.

Item onde diz seus mançebos e servidores, se entenda que siruam
continuadamente a mayor parte do anno aas ditas ygrejas, ou
moesteyros, e sejam per elles principalmente mantheudos e guo-
uernados e vestidos de capas e sayos.

Quanto aas herdades, quintaãs, e casaes que as ditas ygrejas
ou moesteyros aquiriram e ouiveram contraforma das ordenações
de nossos reynos, per as quaes he ordenado que nom as venden-
do atee huú anno se percam para nos: nom seram escusados os laura-
dores, ou caseiros seus que em os ditos casaes laurem, nem os casey-
ros que em taes quintaãs teuerem.

Titulo. xv. Dos dereitos reaes que a elrey pertence auer em seus reynos.

Direito real he poder criar capitães na terra e no mar.
Item poderio pera fazer officiaes de justiça, assi co-
mos sam corregedores, ouvidores, juizes, meyrinhos,
alcaydes, tabaliães, e quaequer outros officiaes depu-
tados pera ministrar justiça.

Item dar luguar a se fazerem armas de joguo, ou de sanha an-
tre os requestados e teer campo antre elles.

Item auctoridade pera fazer moeda.

Item o direito real he lançar o Rei pedido a o têpo de seu casamento
ou de sua filha, e ser uido hopou em tempo de guerra pessoalmente
e levar mantimentos ao arrayal, assi em carros, como em bestas, co-
mo em barcas, ou nauios, ou por qualquier guisa que mester for.

Item lançar pedidos, e poer imposições no tempo da guerra,
ou de qualquier outra semelhante necessidade.

Item dereyto real he poder o principe tomar os carros, e bestas,
e nauios assi grandes como pequenos de seus subditos e naturaes

cada

Bab. n. l. inimicato n. 2.
agruo. et cors. lib. ij

Dos dereitos reaes q̄ a elrey perteçē auer em. Fo. xiiij.

cada vez que lhe fezer mestor pera seu seruiço: r per semelhante guisa
se lhe lejam theudos r obligados a lhe fazer pontes pera passar
r leuar suas couſas de húa parte pera outra atodo tempo que lhe se-
ja compradoiro,

7 ¶ Item estadas publicas, r ruas publicas antiquamente usadas,
zos rios naueguaueis; r aquelles de que se fazem os naueguaueis se
sam cabedaes que corrão continuadamente em todo tempo. E pe-
ro o que ovo assi das estradas r ruas publicas, como dos rios se-
ja ygualmente comum a toda gente, r a qualquier outra couſa anuina-
da, sempre apropriadade dellas fiqua no patrimonio real.

¶ Item os portos do mar onde os nauios costumam de ancorar
r as rendas r dereitos quedantiguamente costumaram de paguar
das mercadorias que aelies sam trazidas.

9 ¶ Item as ilhas adjacentes ao reyno, aque sam mais cheguadas.

10 ¶ Item os paços que sam deputados em qualquer cidade ou villa
pera fazer dereito r justiça, q̄le dizem vulgar paços do concelho.

11 ¶ Item os dereitos que se paguam polos passageiros, atrauessan-
do os rios cabedaes de húa parte pera outra.

12 ¶ Item as portagens r outros quaelquer dereitos q̄ se paguam segun-
do o dereyto ou costume da terra, das mercadorias r couſas que
se trazem pera a terra ou leuam fora della.

13 ¶ Item as rendas das pescarias q̄ os Reis por vſança de lôgio tempo
costumaram auer e de leuar, assi das q̄ fazem no mar como nos rios.

14 ¶ Item por semelhante guisa as rendas que antiquamente costu-
maram leuar das marinhas, em que se faz o sal no mar, ou em qual-
quier outra parte.

15 ¶ Item dereyto real he, os vieiros r minas douro, ou prata, ou
qualquier outro metal.

16 ¶ Item todos os beēs vaguos, aque nom he achado certo senhorio.

17 ¶ Item as penas de beēs de raiz r moueis, em que os malfeidores
sam condenados polos malefícios que cometem, que nom fos-
sem pera algúia parte ou vſo julguadas, ainda que sejam postas
simprezimente, nom apropriadas expressamente a abolſa fiscal.

18 ¶ Item todas as couſas de que algūis segundo dereyto sam priva-
dos, por nom ser dignos de as poder auer, assi por nossas orde-
nações como por ley imperial, saluo em aquelles casos em que espe-
cialmēte as leis permitem q̄ as possam auer, nō embarguare seu des-
merecimento, ou sejam relevados por graça geral, ou especial nossa.

¶ Item

O segundo liuro das Ordenações.

Item as rendas dos nauios, carros, pontes, & outras cousas que forem confiscadas por algum comisso: porque em tal caso, tanto que a causa he cometida, que se chama em vulgar descaminhada loguo por esse mesmo feito sem outra sentença he feito dereito real, & por conseguinte as rendas dellas.

Item os beés daquelles, que cometem o crime de heresia, ou da le-
sa magestade.

Item os beés daquelles que casam, ou ham ajuntamento car-
nal com seus parentes, ou afins, ascendentes ou descendentes em
qualquer grao que seja, nom auendo descendentes lidímos de li-
gitimo matrimonio.

Item os beés daquelles que casam ou ham ajuntamento car-
nal com seus parentes, afins, ou cunhados transuersaes atee o se-
gundo grao inclusive, contados segundo dreyto canonico, nom
auendo descendentes lidímos de legitimo matrimonio.

Item toda couisa que he deixada em testamento, codicilo, ou der-
radura vontade aalguum herdeiro, testamenteiro, ou leguaterio,
ou fideicomissario, & elle he rogado caladamente polo testador,
de a entreguar despois de sua morte a algúua pessoa nom capaz: ca
em tal caso aquello que assi he deixado caladamente por desraudar
aley he aplicado a ofisco, & he feito dereito real.

Item os beés do procurador delrey que preuaricou seu feito, &
por causa da preuaricaçam maliciosa perdeo o dito rey ofeyto: ca
em tal caso todos os beés do dito procurador sam confiscados &
feytos dreyto real, porque assi peccou contra elrey seu senhor, cui-
jo oficial he.

Item ho preço de toda couisa litigiosa, que he vendida ou ema-
lheda, segundo diremos no quarto liuro no titulo, das vendas
& em alheamentos que se fazem das couisas litigiosas.

Item todos os beés de raiz que algum oficial temporal delrey
compra, em o tempo que assi he oficial, se o dito officio he com algúua
administraçam: ca em tal caso loguo sam confiscados & feitos de-
reito real, nos casos & officiaes que diremos no titulo, que os cor-
regedores das comarcas & juizes ordinarios tc.

Item se algum comprasse algúias casas para desfazer & derrubar
com entençam de vender apedra & madeira, & as outras couisas que
della sahirem, ou neguoçiar em qualquer outra guisa: em tal caso
o vendedor perde o preço por que o vendeo, & o comprador outro
tanto,

Dos dereitos reaés q'aelrey pertéce. Das juga. Fo. xiiiij.

tanto, e todo he apricado ao fisco e feito direito real, salvo se a dita casa for vendida pera bem e uso da república; ca em tal caso avanda heredita e sem outra nenhúa pena.

28 Item os bens dos condenados no caso onde ho condenado perde a vida natural, ou estado, ou liberdade da pessoa, e por sua morte ou condenaçam nom siquou algum seu ascendente, ou descendente e o terçeyro grao.

29 Outrosi em todo caso de condenaçam onde ho cotidenado nom perde a vida natural, estado, ou liberdade, e por direito dos imperadores deve perder expressamente os bens, se ao tempo da condenaçam nom auia algum descendente lido em qual quer grao.

30 Item em todo caso onde por ley do reyno alguem deua perder os bens, nom por via de condenaçam, mas por aley expressamente dizer que perca seus bens polo dito caso; ca em tal caso tanto que forem condenados polo dito caso, seram seus bens confiscados segundo forma da dita ley, por assi trespassar adita ley e nossos mandamentos, posto que tenha ascendentes ou descendentes, salvo se adita ley outra couxa dos ditos bens desposser.

31 Item os bens dos que por causa de seus crimes se absentaram, e em sua absencia foram anotados, e por nom virem dentro do anno e dia a se escusarem dos crimes quelhe eram postos foram julgados a nos, segundo mais comridamente he contheudo no titulo, em que casos se procederaa por editos.

32 Item se algum fosse preso, ou acusado por tal crime, que se prouado fosse e por elle condenado, perderia pera nos seus bens e elle sematasse com medo da pena que poderia auer polo crime porque assi he preso ou acusado, perderaa seus bens pera nos, posto que o crime ainda nom fosse prouado, assi e na maneira que os perderia se pelo dito crime sendo prouado fosse condenado.

33 Item geralmente todo encarreguo, assi real, como pessoal, ou mixto que seja imposto por ley, ou por costume longuamente aprovado.

Titulo. xvij. Das juguadas, & como se deuem arrecadar nas terras juguadeiras.

Jugua

O segundo liuro das Ordenações.

Segunda he hum dereyto Real, que os Reis destes Reynos que antenos foram ordenaram que lhe fosse paguo, em algúas terras em que espeçialmente pera si o dito reyto reseruaram ao tempo que aos moradores e poureadores dellas deram seus foraes: o qual dereyto ordenaram que soomente se paguasse destas coisas, conuenia saber de trigo e de milho, e de vinho, e linho. E aquantidade que geralmente da dita suguada se ha de paguar: he qualquier laurador de cada juguo de boyas com que em terra suguadeira laurar ha de paguar hum in moyo de trigo, ou de milho de qualquier que se mear: e se semear trigo e milho com hum juguo de boyas, paguara a dambas as ditas sementes hum in moyo, soldo a alura segundo de cada húa semente colheo: e do vinho e do linho que se em terra suguadeira colher se paguara o oitavo, salvo onde por os ditos foraes for determinado que em outra maneira seaja de paguar.

TEste moyo que se ha de paguar de suguada ha de ser de cincuenta e seis alqueires pela medida velha: conuenia saber cada quarto de quatorze alqueires, que sam pela medida noua que se ora costuma em Coimbra e em Santarém trinta e seys alqueires no moyo, e nove alqueires no quarto. Esto salvo se por foral ou com posicam nossi, ou composicam daquelles que de nos taeas terras tiverem com nosso consentimento e apronaçam, ou per uso e costume antigo se mostrar que em outra maneira se deua paguar.

TEste dereyto da suguada do pain se deue arrecadar (per nosos officiaes nas terras onde onos auemos dauer, e per os officiaes daquelles que algúas das ditas terras suguadeiras de nos tiverem) ate o natal primeiro seguiente do anno em que se colher: e nom se arrecadando ate o oitro tempo, olaurador que a dita suguada auia de paguar seja desobrigado de apaguar, e apagua della carreguara sobre o almoxarife ou recebedor, ou outro qualquier oficial que a deuera arrecadar, ou perderaa o rendeiro quando a elle pertencesse de arrecadar. E mandamos aos escriuiães das ditas suguadas, que carreguem em receipta sobre os ditos officiaes que negligentes forem arrecadar as ditas suguadas ate o dito tempo, todo aquello que se dellas deuera arrecadar e nom arrecadou, pera per seus bens se auer todo aquello que assi por sua negligencia se perdeo. Esto nom auera luguar em aquelles luguares onde os lauradores forem obrigados per foral, ou composicam, ou costume pacifi-

Das juguadas & como se deue arrecadar nas. Fo.xv.

co imemorial de leuar a dita juguada aos nossos çileyros, ou da-
quelles qas ditas terras juguadeiras denos tem:porq em tal caso se
guardaraa o foral ou cōposiçā segundo em elles for contheudo, t o q
se sempre vsou tacostumou onde foral ou composiçam nom ouuer.
E em todos os outros casos contheudos nesta ordenaçā se guarda-
ra aho q for determinado nos foraes de cada huū lugar ou villa , po-
sto que ho contrario todo dito foral nesta ordenaçā seja contheudo.

3 E quanto ao vinho mandamos que os ditos officiaes ho arre-
cadem nos laguares quando se fezer, com tanto que aquelle que aju-
guada do vinho ouuer de paguar ho faça saber ao official que o ha
darrecadar ante que ho dahi tire pera outra parte, pera ho dito offi-
cial ho hir partir t arrecadar. E se aquelle q adita juguada de vinho
ha de paguar, leuar ho dito vinho do lagar, sem ho fazer saber ao
dito official que ho ha de partir t arrecadar, perca esse vinho q assi
leuar peranos, ou pera aquelle que adita renda de nos teuer.

4 E nom hindo o dito official partir t arrecadar a juguada do dito
vinho no dia em q opera elle requerido for: aqelle q adita juguada ha
de pagar chame hum vezinho, t perante elle parta ho dito vinho:
t aqle vinho q adita juguada mōtar leixaraa na dorna, ou em qual-
quer outra vasilha do dito laguar q despejada esteuer: t todo ou-
tro vinho podera a leuar pera ondelhe aprouner sem pena algūa.

5 E se hosenhor do dito laguar ouuer mestre sua dorna, ou vasi-
lha, t nom teuer outra cosa, ou vasilha sua, ou alhea em que ho
possa deitar, t o dito official nom for, ou mandar por o dito vinho
que assi pera a juguadā ficar partido, podeloa entornar se quiser:
t o dito official per cuja negligēcia se ho dito vinho perder, sera
obriguado ho paguar por sens becs.

6 E porquem em alguūs luguares t terras juguadeiras se pagina per
composiçam ocytauo de pā por juguada: mandamos q os officiaes
ou rindeiros que tal juguada ham de partir t arrecadar, sejā obri-
gados de apartir t arrecadar nas cyras do dia que requeridos fore a-
dous dias: t tanto que assi ho pain for partido nō serā os lauradores
obriguados aguardarem ho dito pain da juguada t nom hindo os
ditos rindeiros ou officiaes partir ho dito pain passado ho dito te-
po de dous dias: mandamos que os ditos lauradores ho partam
perante duas testemunhas, t deitem ho dito pain da juguada a hum
cabo da eyra, sem mays serem obliguados de aguardar. E se per
culpa ou negligēcia dos officiaes alguuin pain das juguadas se
perder

O segundo liuro das Ordenações.

perder ou dñificar, elles seram obrigados ho cōpoer por seus bēes.
E quando polo dito modo ho pam das juguadas na eira se ouuer de partir e arrecadar mādamos que holaurador nomeue ho pā da eira ante de os ditos offícias ou rendeiros ho hirem partir, ou ante de ser partido perante testemunhas, por os ditos offícias ou rendeyros honom hirēpartir no dito tempo de douis dias como dito he, sob pena de perder pera nos, ou pera os ditos rendeyros, ou pera as outras pessoas a que as ditas juguadas teuermos dadas, todo ho pam que assi ante deser partido da eira tirar.

*gahine Basl. in L. inimittate n. 3
de ague et cens. lib. 4*
E poz quanto aalgūas ygrejas, e moesteiros, e assi aoutras pessoas particulares he onto guardo príuilegio, que nom paguē este tributo da juguada, por setirarem as duuidas que se podem recrecer e dar certa forma como os ditos príuilegios, quanto aapaga deste dereito da juguada se ajam de entender, e como se as ditas juguadas dereytamente arrecadem, em os casos em que nos sam deuidas determinamos conformādonos com as ordenações sobre esto por os reys nossos antecessores feitas: que se os prelados das ditas ygrejas, e moesteiros, e outras quaequer q̄ príuilegios teuer ē dñā pagar inguada, laurarem per si ou per seus māçebos aas suas proprias custas as herdades das ditas ygrejas, ou moesteyros, ou suas proprias dos ditos príuilegiados, nō paguem dellas jugada algūia.

E entendemos serem proprias dos ditos príuilegiados noin solumente aquellas em que elles tem dereyto e íntero senhorio, mas ainda aquellas em que soomente te o proueytoso senhorio per cōtractos infetioticos pera sempre, ou em certas pessoas, ou em sua vida, quer dellas paguem cousa certa e sabida de foro, quer certa cota dos fruítos. E pero ose os cōtractos forem feytos per certos annos posto que passem denoue, nō se entēderaa per taes contractos passar em elles o proueytoso senhorio, quanto a este efeito: conuem a saber a escusarem aapaga da juguada como de sua cousa propria: antessem embargo de tal contracto se as ditas terras trouuerem por pam certo, ou dinheiro, ou outra cousa sabida, a paguaraam como os quelaoram em terras alheas. E esso mesmo apaguaraā quādo o senhorio da dita terra nom for príuilegiado, posto que atraguam de raçam e nom por cousa sabida, se ha nom trouuerem aforada, ao menos em sua vida como dito he.

E se os ditos príuilegiados per si ou seus mançebos nom laurarem ditas herdades suas proprias, ou pelo dito modo aforadas

Das juguadas & como se deve arrecadar nas. Fo. xv.

tas derem alauradores que as ajam de laurar: se os tales lauradores morarem nas casas das ditas herdades, e em elles forem encabeçados, e emellas soamente laurarem e as trouxerem de parçaria, pagando de raçam certa cota dos frutos: conuem a saber, metade terço, ou quarto, ou sexto, ou qualquer outra cota, nom paguaraam juguada: com tanto que os ditos lauradores mostrem escripturas publicas, como assitrazem as ditas herdades de parçaria, e nom de mataçam por pam, ou dinheiro, ou outra causa certa e sabida: por que trazendoas por pam, ou dinheiro, ou outra causa sabida e certa, paguaraam juguada, assi como se terras de nom priuilegiados laurassem: saluo se per foral da terra onde tales herdades estiverem forem escusados de pagar, posto que por causa sabida e certa as traguam: e nom mostrando os ditos lauradores escriptura publica de como trazem as ditas herdades, seram costrangidos a pagar adita juguada.

11 E posto que os ditos lauradores sejam encabeçados em alguma herdade de qualquer priuilegiado: se elles sair e a laurar (fora da dita herdade em que forem encabeçados) outras terras quaesquer doutra pessoa priuilegiada ou nom priuilegiada, loguo desencabeçaraam, e perderaam o privilegio que tinham de nom pagar juguada, como lauradores encabeçados de priuilegiados: e esto saluo se por os foraes ou priuilegios for determinado ho contrario.

12 E porem se algum priuilegiado laurar suas terras proprias, e com elles latirar outras alheas, paguaraa soamente juguada das terras alheas que aalem das suas laurar.

13 E bem assi paguaraa o dito privilegiado juguada das terras (doutro nom priuilegiado) que laurar, posto que as traga por raçam de certa cota: conuem a saber terço, ou quarto, ou sexto, saluo se as trouxer aforadas pera sempre, ou em pessoas, ou em vida, e nom por annos certos, ainda que passem denoue como dito he.

14 E no caso em que alguma pessoa nom priuilegiada trouxer aforada alguma herdade de algum priuilegiado, em que seja encabeçado, e em que laure por raçam de certa cota dos frutos da dita herdade, posto que o proueitoso senhorio seja em adita pessoa passado per bento dito aforamento, sera escuso de pagar juguada, per razam do privilegio que he dado aaquelle queda dita herdade he direito senhorio, cujo laurador encabeçado he o dito foyero.

E por

*Bast. m. L. communitate. n.º 11
de agru. et cons. lib. 11*

*Bast. m. L. communitate. n.º 9.
de agru. et cons. lib. 11
et n.º 10*

Jux. o. I O segundo liuro das Ordenações.

¶ E por quanto algúas y gresas, e moesteyros, e fidalguos, e outros privilegiados da pagina de este tributo, poderaã ter algúas aldeas demarcadas per certos limites e demarcações, e dentro dos ditos limites moram algúas lauradores: os quaes posto que encabeçados nom sejam lauram as herdades (que sam dos ditos privilegiados dentro das ditas demarcações e limites) de parçaria, por razam de certa cota dos fructos, e nô por causa certa e sabida:taes como estes que as herdades de semelhantes aldeas laurarem sem outro enguano nem conluyo, seram excusados de paguar juguada dos fruytos que nas ditas herdades, e dentro dos limites das ditas aldeas colherem: e posto q̄os ditos lauradores laurem outras terras fora dos ditos limites das ditas aldeas, de que ajam de paguar juguada, nô desencabeçaraã nem perderaam oprivilegio que assitê, de nom paguarem juguada do q̄ laurare nos limites das ditas aldeas e loom ête paguaraã juguada das outras terras que de fora dellas e dos seus limites lairarem.

¶ Outro si porque nas ordenações antigúas feytas per os reys nossos antecessores era contheudo, que os caualeiros de contia (que sam os acontiados em caualos) fossem excusados de paguar juguada e oitauo se tivessem os ditos caualos bōs, e que nom andasssem a paçer e porque se ouuessem de fazer acontiados nas terras juguadeiras, e por ello ouuessem de ser excusados de paguar juguada se perderia a mayor parte dellas: foy despôis ordenado per eirey dom Alfonso ho quinto meu tio, que taes acontiados em caualos nô fezessem nas terras juguadeiras, rosque atee entam eram feitcs os ouue por desobriguados da obrigaçā em que eram de ter os ditos caualos: e posto que os quisessem ter per suas vontades, ncm fossem excusados de paguar juguada: e nos assi mandamos que daqui em diante se cumpra e guarde.

¶ E por quanto em algúas foraes he contheudo, que os beesteiros ajam foro de caualeiros: os quaes beesteiros se deuē entêder soomente os do conto, por ao tempo dos ditos foraes hi non auer outros, e recrecia duuida, se por taes palauras os ditos beesteiros do conto seriam excusados de paguar juguada: mandamos que sem embargo das ditas palauras: os ditos beesteiros do coto paguem juguada e oitauo, porque achamos que assi foy determinado per eirey dom Eduarte meu auoo, conformando secõ algúas determinações, ja sobre ello dadas, e que loomente as ditas palauras postas nos fo-

raes

Das jugadas & como se deve arrecadar nas. **Fo. xvij.**

raes, tñuessem feito, que os ditos beesteiros podessem levar as cun-
tas, como os ditos aconthiados em caualo, quando em alguñs fey-
tos lhe fossem jnguadas.

18 **O**utros si os vassalos, assi apousentados, como por apousentar
que em terras jnguadeiras laurarem, escusaraão rauo de vinho, e d-
linho, e nom seram excusados de paguar jnguada de pain, pos-
to que caualos tenham saluose forem ou forā feitos per especial mer-
ge, por serem delinhagem ou terem criaçam, ou feitos seruiços raes
per que onmereceram ser.

19 **O**utro si por quanto, por odito rey dom Afonso meu tio, foram
dados priuilegios a algñs vassalos que o foram servir aos reynos
de Castela, que pelos seruiços que lhe laaou em outras partes feze-
ram fossem excusados de paguar jnguada, e por o grande prejuy-
zo que per os ditos priuilegios se fazia aapagua das ditas jngua-
das: odito Rey dom Afonso limitou os ditos priuilegios que nos
ditos reynos tinha dados, ou ao diante desse, pera escusar a pa-
guia da jnguada nestes reynos, se nom entendesssem nem ouuessem
luguar, saluo atee conthia de trinta alqueires de trigo, ou sua de-
reita valia, e que se mais na dita jnguada montasse, que somente fos-
sem excusados de paguar os ditos trinta alqueires, ou sua valia,
e mais paguassem: e nos assi mandamos que se cumpra e guarde,
assi nos ditos priuilegiados, como em todos os semelhantes pri-
uilegios que despois foram dados, ou ao diante se derem: e se os di-
tos vassalos tuerem beés em desuairados luguares jnguadeiros,
em cadahuñ deles escusaraão a jnguada, atee a dita contia dos tri-
ta alqueires de trigo, ou sua valia, e mais noin:

20 **O**utro si beesteiros da camara de caualo, assi apousentados, co-
mo por apousentar, posto que tenham caualos, nom serā escusados
de paguar jnguada do pain: saluo aquelles aque per odito Rey dom
Afonso meu tio foram dados priuilegios per elle assinados, nos di-
tos reynos de Castela, que per os seruiços que lhe laa, ou em outras
partes fezeram, forā escusados de a nestes reynos paguar. E aquel-
les que taes priuilegios ouueram, somete escusaraão de a paguar, atee
aconthia de trinta alqueires de trigo, ou sua valia, e mais nom,
comono capitulo supra proximo dos vassalos he declarado. E quan-
to aos ditos beesteiros que priuilegios nom ouueram por razā dos
ditos seruiços, posto que nos priuilegios (per seus anadeis mo-
res assinados) seja contheudo, que nom paguem jnguada de pain:

c mandamos

O segundo liuro das Ordenações.

mandamos que quanto a esto lhe nom sejam guardados. E bem assi mandamos e defendemos aos ditos anadeis moores, que daqui em diante tal clausula de serem escusados de paguar juguada de pam, lhe nom mandem poer em seus priuilegios: e se em elles for pos ta, os nom assinem ate serem corregidos, e delles tirada adita clausula: e assinandoos com ella, mandamos ao nosso chanceler mor, quethos nom passe pola nossa chancelaria: porq assi acham os que foi sempre vsado e praticado.

Chos besteiros do monte nom seram escusados, de paguar juguada de pam, nem terras juguadeiras laurarem: e no alhe seram seus priuilegios guardados como em elles for contheudo.

COutro si os monteiros, assi apousentados como por apousentar, ser am escusados de paguar e juguada do pa que laurarem com hum singel de bois, e mais nom, quanto quer que do dito singel de bois se deua paguar por foral, ou priuilegio da terra em que laurarem, posto que em seus priuilegios se contenha que nom pague juguada de pam: e esto com tanto que continuadamente tenha hum sabujo, e sua chuça e bozina. Pero ose alguns monteiros forem dados priuilegios per cartas ou aluaraes, per que os ouvessem por escusados de paguar juguada de pam: entendese na juguada que nom passar de trinta alqueires de trigo, ou sua verdadeira valia: e se mais for, pagaraam juguada do mais, segundo he ordenado nos vassalos.

Cpo que algumas pessoas priuilegiadas dam suas herdades, ou quintaas, ou vinhas, alauradores por pam, ou dinheiros, ou outra cosa certa e sabida, e por reeuarem os ditos seus lauradores de paguarem juguada, lhe fazem conluyosamente outra escriptura simulada, que lhe dam as ditas terras, herdades, ou quintaas, ou vinhas por parçaria, e traçam de certa cota dos frutos, cõuem a saber o terço, ou quarto, ou sexto. E por que nom he razão que os que taes conluyos fazem deua passar sem pena: mandamos que sendo prouado que algum priuilegiado tal conluyo e simulaçam fez: este tal sera em todos os dias de sua vida deuasso, e de todas suas herdades (que em terra juguadeira tener) pague juguada, assi como se priuilegiado nom fosse, posto que tal conluyo e simulaçam nom seja feito senom hua so vez, e em hua soa heridade: e esto aalem da pena que deuem auer por nossa ordenaçam, por fazer contracto simulado.

Cpo que nossos officiaes que as ditas juguadas hain darrecadar possam

Das juguadas & como se deve arrecadar nas. Fo. xvij.

possam vir em verdadeyro conhecimento dos taes conluyos
& simulações: mandamos que elles costranguam os lauradores dos
ditos priuilegiados, quelhes mostrem as escripturas per que trazem
os taes bens: & se lhas non quiserem mostrar, os costranguem que pa-
gueim juguadas: & mostrando-lhe escripturas de parçaria & raçam, en-
tão lhes dem suramento sobre os euangelhos, se ha antre elles & os
ditos priuilegiados outra algua conuénça de lhe pagarem cou-
certa & sabida: & jurando que si, constrangâncas que paguem juguadas:
& jurando que nom, despois de semelhante suramento darem aos se-
nhorios dos ditos bens, ou a seus feitores, ou moordomos, quan-
do elles nom forem presentes: & noin achando per taes juramentos, q-
hi aja conluyo ou simulaçam, então os noin costranguem apagar ju-
guada, segundo por os priuilegios que lhe sam dados lhe for cu-
torguado: & no caso em que os ditos lauradores ou os senhorios
nom quiserem fazer o dito suramento, seriam os ditos lauradores
constrangidos, que paguem juguada naquelle anito somete em que
jurar nom quiserem, assi como se lauradores de priuilegiados nom
fossen: porem quando se em outra maneira nom prouat ho dito con-
luyo senon por o dito suramento, nom alteram luguar as penas da
ordenaçam dos que fazem contractos simulados.

25 **Q**Outro si os suyzes & vereadores, & outros quaesquer officiaes
dos concelhos, ou de espaltaes, & guasfarias, noin seriam escusados
de pagar juguada & oytauo nas terras juguadeiras, salvo se per
foral das villas & luguares em que viuerem, della forem escusados,
outei rem outro priuilegio, ou qualidader per q' anõ deuam pagar.

26 **Q**Outro si, por quanto algūs lauradores de ygreas & moesteiros
ou doutros priuilegiados, trazem aforados dos ditos priuilegia-
dos, casaes, em os quaes sam encabeçados, & moram nas casas del-
les, & paguem de raçā certa cota dos frutos: conuea saber, terço, quar-
to, ou sexto, & lauram outras terras de piães nom priuilegiados, que
sam das pertenças do ditocasal em que assi moram, & sam encabe-
çados, as quaes lauram por certo pain, ou dinheiro, ou por outra
couisa certa & sabida: taes coimbraes paguara aith juguada daquellas
terrassomente, q'da mão dos ditos piães trouverem.

27 **C**E os lauradores dos ditos priuilegiados, que suas herdades
em que morarem & forem encabeçados, laurare, as passarem a algum
piam, com encarreguo, que aaleim de pagar oforo de terço, quar-
to, ou sexto ao senhorio de direito, por que as traziam, paguem aelles,

O segundo liuro das Ordenações

ou a seus herdeiros , certa renda em cadahum anno de pain, ou di-
nheiro , ou outra cosa certa : tal piam (ao qual assi adita herda-
de passar) se for encabeçado e morar em ella , e paguar raçam de
certa cota dos fruítos, nom paguaraa iuguada, posto que aalem da
dita raçam pague renda de cosa certa e sabida, aaquelle que lhe
adita herdade leyrou e em elle trespassou : porque este em que assy
he trespassada , auemos por verdadeyro caseyro e laurador en-
cabeçado do dito priuilegiado , e do que lha leyrou com seu en-
carguo, nom se deve ja fazer mençam.

¶ Outro si olaurador encabeçado do priuilegiado , que laurar o 28
dito casal em que assi he encabeçado , e com elle laurar terras dou-
tro casal, posto que o dito priuilegiado tenha em elle parte , se no
dito casal em que nom he encabeçado, outros senhorios posto que
priuilegiados sejam, teuerem algua parte, quanta quer que seja: tal la-
urador paguaraa iuguada, assi do casal em que he encabeçado , co-
modo outro em q encabeçado nom he.

¶ E quanto aos lauradores do Regedor da casa da sopricaçam, e 29
Gouvernador da casa do çivel , e do chanceler moor , e veedo-
res de nossa fazenda , e desembargadores dambas as ditas ca-
sas, se guardem seus priuilegios em todo, segundo em elles he con-
theudo.

¶ Outro si os lauradores que lauram nos reguenguos do Rabá-
çal e Ansiam , de que nos auemos húa dízema, e ateigua dabião: 30
e sancta Cruz de Coimbra outra dízema e mais os foros das ca-
sas , nom seram costrangidos por iuguada : porque achamos que
assy foy determinado e mandado per os Reys nossos antecesso-
res.

¶ E quanto aos outros reguenguos quesain encarreguados dou-
tros maiores tributos do que he a iuguada: contuem asaber, terço,
ou quarto , ou quinto , ou mays e menos: os lauradores que em
elles laurarem, nom paguaraam iuguada algua, porque per os di-
tos tributos que assi delles paguam , sam relevados de paguar adi-
ta iuguada.

¶ Dero se houver alguis reguenguos ou ližiras que polos Reis 32
nossos antecessores ou per nos foram exemptos da pagua dos di-
tos tributos , de que eram encarreguados: os lauradores que em
taes reguenguos laurarem , seram obliguados paguar iuguada ,
como os queluram em quaesquer outras terras iuguaderas, se os
ditos

Das juguadas & como se deve arrecadar nas. Fo. xix.

ditos reguengos ou liziras estiverem em terra juguadeira.

33 **Q**outro si os clérigos dordes sacras, ou beneficiados que ha urarem herdades de ygresas, ou moesteyros que delles traguan asforadas por certos annos, ou arrendadas de parçaria por certa cota dos fruytos, non seram constrangidos a paguar juguada, com tanto que laurem as vitas herdades aas suas proprias despesas. Pero se as ditas herdades forem de piões, ou doutros hinc priuilegiados, seram costrangidos os ditos clérigos a paguar ju guada, quer traguan as ditas herdades de parçaria e raçam por certa cota dos fruytos, quer por certa causa e sabida: salvo se em os ditos clérigos for passado ho senhorio proueytoso das ditas herdades, por lhe serem asforadas pera sempre, ou tres pessoas, ou em sua vida: ca posto que lhe fossem asforadas por annos certos, posto que passem de noue: non se entende em elles ser passado o proueytoso senhorio, pera esteefito de escusar a pagua da ju guada, coitho ençima ja he declarado.

34 **Q**utro si se dou os mayors senhorios priuilegiados teuerem huas herdade comúa e non partida, e somente partem a Renda della, segundo as partes que cada hum em ella tem, e acasa desta herda de em que ho laurador mora, he insolido de hum dos ditos senhorios: ho tal laurador que em tal herdade laurar por parçaria e raçam de certa cota dos fruytos, sera soominente escusado de paguar juguada daquella parte dos fruytos que haa dauer ho senhorio da dita casa, e das partes dos outros apaguarara, pois o dito laurador non mora em casa em que elles reihain parte: porque se acasa fosse comúa de todos, assi como he a herdade, o dito laurador seria escusado de paguar juguada de todo.

*bast. in L. immunitates p. 12.
Caput. et cens. libij*

35 **Q**utro si olaurador de muitos priuilegiados em algua herda de, que de todos seja comúa: e por partir, se com esta herdade laurat algua courda da dita herdade, que seja insolido de hum dos ditos senhorios, posto que seja escusado de paguar juguada da herdade que de todos he comúa, non ho sera desta courela que he insolido de hum delles, e paguarara a juguada quelhe montar pa guiar do que em ella laurar.

36 **Q**utro si porque algúis non sam lauradores encabeçados, nem viuem principalmente por lauoiras, mas soominente fazem searas com bois, em terras suas, ou alheas: vestes taes sam chaimados scareiros: mandamos que estes scareyros que soominente samea-

O segundo liuro das Ordenações.

Tem ate e trinta e dous alqueires ou menos paguem de juguada húa quarteiro de trigo, ou milho da sobredita medida, de qualquier que samearem, e se mais samearem paguem juguada inteyra. Perro esto dos seareiros nom auera luguar em aquelles a que forem feitas algúas searas por amor de deos, por serem proues e mesteyros, nem em os mançebos que vierem por soldada, se seus amos lhes fezerem searas sem outro enguano, porque nestes dous casos nom se paguara a juguada.

Esto que dito auemos dos seareiros, auera luguar soomente nasterias onde per foral dellas em outra maneira nom for determinado; porque onde foral ouuer que contra esto em algúia maneira desponha, mandamos que o dito foral se cypre e guarde, como em elle forconteudo.

Ese algúia pessoa fezer seara aa enxada, paguara a de juguada húa teigua soomente pela sobredita medida velha.

Epor quanto em os nossos luguares dalem mar, e assinas armadas que mandamos fazer, se fazem soltamente muitos caualeyros pelos nossos capitães: determinamos e mandamos que os ditos caualeyros que se fezeram de vinte e hum dias do mes de Mayo do anno de nosso senhor Iesu Christo de mil e quinhentos e dous em diante, e assi os que se daqui em diante fezerem nom sejam escusos de pagar juguada, posto que polos foraes sejam escusos: salvo aquelles que leuarem nosso sobre aluaraa, em que declaradamente faça mençam, que auemos por bem que sejam escusos della.

Titulo. xvij. Da maneyra que se ha de ter na successam das terras e beés da coroa do reyno.

ERey dom Eduarde meu auo por dar certa forma e maneyra como os beés e terras da coroa do reyno ante seus vassalos e naturaes se ouuessem de regular e soçeder, mandou escrever e poer em sua chancelaria húa ley, que se diz mental, por ser primeyro feita segundo avontade e tençam del Rey dom Joam o primeyro seu padre, meu bisavo, que em seu tempo se praticou, ainda que nom fosse escripta:



e p e r a

Damancira q̄ se ha dēter na soçessam das ter. Fo. xx.

¶ pera dar certa limitaçam, e verdadeira interpretaçam das doações das terras, e cousas da coroa de nossos reynos, mandou nela assentar algumas adições, declarações, e determinações, per que algumas ouvidas e debates que acerqua do entendimento verdadeiro das ditas doações, podiam recrêcer, fossem de todo determinadas: a qual ley por nom estar encorporada, e assentada em nossas ordenações, e ser pera oque dito he muy proueitosa, e necessaria, nos amandamos encorporar em este segundo liuro delas: aqual mandamos que daqui em diante por ley e determinações se guarde e cumpra, como nella he contheudo, a qual he aseguinte.

¶ Primeiramente determinamos, e poemos por ley em todos nossos reynos e senhorios: e mandamos que todas as terras, bens e herdamentos da coroa de nossos reynos, que per nos per os reys foram, ou forem dadas e doadas aquaesquer pessoas, de qualquier estado que sejam pera elles, e todos seus descendentes, ou seus herdeiros e soçessores, fiquem sempre inteiramente per morto possuidor dos taes bens e terras) ao seu filho legitimo baram maior que delle fiquar.

¶ Outro si determinamos, que as ditas terras da coroa do rey nonom sejam autre os herdeiros partidas, nem em alguma maneira emalhadas: mas andem sempre inteiramente em ho filho maior baram legitimo daquelle que se finar, e as ditas terras tiverem: e esto no sera, por ser obrigado servir co certas lanças, como por feudo, porque queremos que nom sejam auidas por terras fendas, nem ajá natura de feudo, mas sera obrigado anos servir, quādo lho nos mandarmos.

¶ E quando por morte do possuidor das terras da coroa do reyno, ou de algūs bens e direitos da coroa no fiquar tal filho baram, nem neto baram legitimo filho de filho baram lidimo, aque deuā fiquar, e fiquar algūa filha: queremos que esta tal filha as noim possa herdar, salvo por especial doação ou merce quelhe queremos delas fizerr: segundo os contractos e doações q̄ nos e os Reys nossos antecessores fezemos, ou fezermos aaquelles, aq̄ assi demos as ditas terras.

¶ Outro si determinamos e poemos por ley, que os padroados das igrejas que sam da coroa de nossos reynos, e foram dados algūs fidalgos, e acutras pessoas, per seus merecimentos, pe-

O segundo liuro das Ordenações

ra elles, e per a todos seus herdeiros e sucessores, non possam ser partidos nem emalheados, e venham soamente ao filho mayor barão lidimo, e assi de bi em diante per linha dereita descendente, assi como dito he nas heranças e terras, e cousas da coroa do reyno.

*valado 20002 cons
132 anº 14*

E esta mesma ordenança queremos e mandamos que se tenha em quaesquer foros, rendas, e direitos reaes, de que polos Reys que foram ante nos feita merce, ou doação, ou per nos feita a algua pessoa de qualquier condição que seja, de juro e de herdade per si e per a seu e herdeiros e sucessores: em tal guisa que tales foros e rendas e direitos reaes andem sempre todos juntamente no filho mayor barão lidimo, sem serem partidos antre os herdeiros, nem podera á ser emalheados polos donatarios em outras nenhuma pessoa em suas vidas como dito he na sas terras e padroados da coroa dos reynos: non embarguante que nas ditas doações seja contheudo que os donatarios possam dar, escambiar e emalhear as couisas quelhe foram dadas e doadas assim como suas proprias, porque nossa tençam e vontade he que sem embargo de tais clausulas, as ditas doações venham sempre ao filho mayor barão lidimo como dito he, salvo quando per nossa especial graca por outra couisa em contrario ordenada com expressa e especial derogação desta ley.

*exhorta p. 1.º mentalem
n' hinc locu' in libro one
resis de quo valase. Tomo
2.º cons. 120 n.º 52 132 136*

E quanto nas couisas e bens aforados ou emprazados, mandamos q se guarde a forma dos contractos sobre tais bens e couisas feitas: em tal guisa que as ditas couisas e bens aforados, ou emprazados andem nas pessoas nos ditos contractos contheudas, e se regulem em todo como contractos de pessoas priuadas: e por tanto mandamos, e estabeleçemos, e poemos por ley que todas as contendas e debates que ao diante se recrrecerem em semelhantes casos sejam findas e determinadas pelas ditas declarações que foram feytas per o dito Rey meu senhor e padre, e per nos: as quaes auemos por ley, e assi como ley mandamos que se guarde e cumpra daqui em diante. E declarando mais, que onde nas sobreditas declarações diz filho barão, sempre se entenda lidimo porque esta foy sua e nossa tençam, e nos assi mandamos que se guarde. Dada em Santaré aoito dias do mes de Abril, anno de nosso senhor Iesu Christo de mil e quatrocentos e trinta e quatro annos.

Duvidas que forão mouidas a el Rey Duarte, e o que é a ditta ley metá, e por elles determinadas na maneira seguinte.

• Primeira.

Da maneira q̄ se ha de ter na sucessão das ter. Fo. xxj.

¶ Primitivamente se adita ley assi declarada auera luguar no filho mayor lidimo de ordens sacras , ou beneficiado , que em todo he sometido a a jurisdiçam ecclesiastica , e exempto da nossa : a qual duuida declaramos , que nom he nossa tençam que adita ley aja luguar em tales pessoas : ante mandamos e ordenamos que quando tal caso acontecer , que per morte daquelle que a terra ou terras da coroa de nossos reynos tener , ficar tal filho lidimo do dito seu padres o sem outror māo : tal terra ou terras seram loguo tornadas aa coroa de nossos reynos : e quando hi outro filho lidimo do dito fīzado que as ditas terras teuer , ajaas o mayor delles , que nom for das condições sobreditas , segundo a formada dita ley , e segundo em estas declarações he contheudo .

¶ Outra duuida soy , se tal filho mayor lidimo daquelle per cuja morte a dita terra ficou , nom he clero igno dordens sacras ou beneficiado , mas he caualeiro dordem , se tal caualeiro poderaa herdar e auer a dita terra ou terras por vertude da dita ley : a qual duuida determinamos , que se o dito caualeyro for de tal ordem que possa casar , ainda que de feyto nom case , aja e herde as ditas terras sem outra contenda , assi como senom fosse homem dordem , e depoys da sua morte sique ao seu filho mayor lidimo baram , se o teuer , e di por diante segundo forma de suas doações reguladas por aley sobredita . E se for de tal ordem que nom possa casar , aja seu padre em sua vida , liure , poder , e faculdade de leypar as ditas terras a elle , ou a outro seu filho lidimo baram , se oteuer , a qual delles ante quiser , auendo pera ello nossa auctoridade : e nom fazendo a dita declaração em sua vida com nossa expressa auctoridade como dito he , em tal caso as ditas terras finhem ao filho mayor , nom embarguante que seja caualeyro dordem , e per sua morte se tornem loguo aa coroa dos reyno , sem outro trespassamento a nínhum do seu linhagem , poys que delle nom pode desceder baram liduno , por ser homem dordem que casar nom podia , como dito he , nem possa visir aadita ordem donde aquelle caualeiro for , nem auer em ella alguim dereito em sua vida nem despois de sua morte : e no caso que acontece bo postumeyro que a dita terra teuer auer muitos filhos barões lidimos , se lhe nom prouuer que o dito filho caualeiro dordem aja as ditas terras , nom poderaa escolher dos outros , se nom o filho mais velho dos outros , e esto com nossa auctoridade como dito he : em tal gusfa

O segundo liuro das Ordenações.

la, que sempre as ditas terras venhā ao mayor filho baram, como fuso dito he.

¶ Outradimida foy se adita ley auera luguar no filho, ou neto natural, ou espurio legitimado per auctoridade real, ou per nomeação feita pelo padre em seu testamento, nomeandoo por filho: ou no filho perfilhado, que se chama em derecho adoptivo, ou arroguado: aqual diuina declaramos, que nom he nossa tençam, que talfilho, ou neto assi legitimado, ou perfilhado possa herdar tal terra, ou terras da coroa dos reynos: saluo se no caso onde for per nossa auctoridade legitimado, ou perfilhado na dita legitimação per nos feita, ou no perfilhamento per nos confirmado, expressamente for declarado, que as possa herdar e auer sem embargo do desfeito da sua naçençā, e sem embargo desta ordenaçam. Peroo se tal filho for legitimado per matrimonio seguente depois de sua naçençā celebrado antre seu padre e sua madre: porque este legitimado he em todo perfeitamente lidimo, auera luguar adita ley em elle: assi como se ao tempo de sua naçençā ja o dito matrimonio fora celebrado, com tanto que este filho seja tal, que per derecho seja legitimado per seguinte matrimonio, sendo ho dito casamento feito praçairamente, ou em face de ygreja. E nom embarguante que atee aqui ajam passadas muitas legitimações, e confirmações de perfilhamento, ou daqui por diante passarem per que os legitimados, ou perfilhados possam auer, e herdar feudos, e morguados, e outras semelhantes heranças: nō he nossa tençam, que per taes palauras, nem outras semelhantes de qualquer guisa que sejam ditas, assi acerqua da restituiçam do naçimento, como acerqua da abilitaçam pera poder auer, e herdar as cousas que lhe forem dadas, ou leixadas, tal legitimado, ou perfilhado possa auer e herdar as ditas terras da coroa do reyno: saluo no caso onde especialmente lhe for outorguado, que as possa auer, ou herdar sem embargo desta ley, e doutra guisa nom.

¶ Em ocase onde per morte daquelle, que a terra possuia, ficou algum filho baram lidimo nado de legitimo matrimonio, nom poderaa herdar per sua morte, nem auer em sua vida as ditas terras ninhuum filho legitimado per nossa carta, ainda que especialmente se contenda em ella, que as possa auer e herdar; e esto posto que seja legitimado, ante que o dito filho lidimo lidimamente nado

Damaneira q se hâ de ter na soçessam daster. Fo. xxij.

nado naçesse: porque nossa tençam he, que tal legitimaçam nuncia possa em algum caso empeçer ao filho lidimamente nado, ainda que seja valada, afortelizada de quaesquer clausulas, derrogatorias, t vinculos de dereyto, per qualquer guisa que sejam ou possam ser ditas t compostas.

COutra duvida foy, se por morte daquelle que a terra postumeyramente ouue, nom fiquar ninhuiii baram lidimo descendente per linha masculina, t fiquar hi algum seu descendente lidimo de filha lidima: se tal como este poderaa auer a dita terra da coroa do reyno: a qual duvida declaramos, que nom he nossa tençam que tal descendente per linha feminina, herde a dita terra; antes acordamos que seja loguo tornada a coroa do reyno sem outra ninhuiia contendia: porque achamos por dereyto, que pois a filha de que tal lidimo baram descendeo, nom podia auer a dita terra, assia incapazidade faz o seu descendente nom apoder auer, t segundo as leys imperiaes, a dita terra nom pode fazer salto ao dito seu descendente baram; t por tanto deve ser tornada a coroa do reyno como dito he.

COutra duvida foy, se per morte daquelle que postumetramente ouue t possuyo a terra, ou terras da coroa dos reynos, nom fiqueu ninhuiii seu descendente baram lidimo per linha deryta masculina, se herdara a em ella seu irmão lidimo descendente per linha deryta masculina lidima daquelle a que a dita terra primeiramente foy dada: a qual duvida declaramos que nom, porque somos certo, que tal foy a tençam do dito Rey meusenhor t padre, t assi oyimos por elle determinar em alguūs casos semelhantes que em seu tempo aconteceram: conuē asaber em Abartiuu vaaz de melo, que foi senhor de Pdouos, t de Castanheira, t de Chelheyros: t em Alvaro rodriguez de lima senhor da terra de Valdevez, per cujas mortes vellea no fiquaram ninhūs descendentes: per oo que fiquassim seus irmãos lidimos, filhos daquelles aque as ditas terras primeiramente reforā dadas de juro t de herdade, nom herdaram emellas, ante foram loguo tornadas a coroa dos reynos: t o dito senhor Rey fez delas nouamente merce a Pero vaaz t a Lionel de lima seus irmãos sem querer nunca consentir que fezesse trespassamento a elles ditos irmãos per via de soçessam: però que o dito Pero vaaz fosse neto lidimo de Gonçalo vaaz de melo, t o dito Lionel de lima filho lidimo de Fernam de anes de lima, a que primeiramente foram dadas

lxix. o. O segundo liuro das Ordenações.

dadas de juro e de herdade, como dito he: e porem mandamos que quando tal caso acontecer se guarde e cumpra, assi como pelo dito rey meu senhor e padre soy determinado, e que as ditas terras sejam loguo tornadas a acorda do reyno sem outra ninhuua contenda.

Outra duuida foy, se a terra nouamente foy dada a algum de juro e de herdade, e elle morreo sem ninhum descendente lidimo: se a tal como este herdara seu padre ou avo na dita terra, no caso onde ho filho foy nado lidimamente: a qual duuida declaramos, que nom henosla tençam que as ditas terras façam trespassamento a ninhum ascendente: ante mandamos, que quando tal caso acontecer, adita terra ou terras sejam loguo devolutas a accorda do reyno, sem outra algua contenda: per oo se a dita terra for primitivamente do dito padre ou avo, e per nossa auctoridade foy per elle dada ao dito filho ou neto: em tal caso per morte do dito filho ou neto, tornarsea ao dito padre ou avo, cuja antes foy: e per sua morte fique a seu filho baralidimo, segundo a forma da dita ley e declaraciam aquicontheuda.

Outra duuida foy, se em algua doçam de terras da coroa do reyno he contheudo, que se possam partir yghualmente antre os irmãos, se per virtude de tal clausula auer arm de ser partidas sem embargo da dita ley: a qual duuida determinamos que non, antes mandamos que non embargante a dita clausula, as ditas terras venham sempre, e fiquem todas insolido ao filho mayor baralidimo, segundo na dita ley he contheudo: por quanto segundo per muitas vezes ouvimos ao dito senhor rey meu senhor e padre, as ditas doações pela mayor parte forom feytas n o tempo das guerras passadas, e pela occupaciam dellas non podiam tam perfeytamente ser examinadas, coim o caso de cada húa se requeria: e despois que os reynos foron postos com a graca do senhor deos em asseseguo, achou que eram feytas em tal forma, que sendo assi compridamente guardadas, coim em elles era contheudo, seguirseia disso grande dano e perjuizo a acorda dos reynos: e por tanto ordenou com acordo de letrados do seu conselho, fazer em sua vontade a dita ley, per que declarou e limitou as ditas doações, segundo a dita sua declaraciam, a qual sempre mandou guardar sem embargo de quaesquer palauras em elles contheudas, que parecessem ser contrarias a a dita declaraciam, salvo

Da maneira q̄ se ha deter na soçessam das ter. Fo. xxij.

uo onde expressamente declaraua , que as podessem auer filhas : que em tal caso mandaua que as ouivessem , quando filhos barões lidimos nom fiquassem daquelle que a terra possuya , enforçado per elles , que segundo d'erto opodia fazer : a qual perco que nom fosse escripta em seu tempo , soy porem sempre guardada e praticada em todo caso , que de feito acontecia como dito he .

Outra duvida soy , se aquelle aque a dita terra ou terras da coroa dos reynos , forain nouamente dadas , ou vieram a elle per herança , ou por qualquer outa soçessam , quer dellas , ou de cadahúa dellas fazer doaçam simpre , ou per causa de casamento a algum outro filho , ou filha lidimos , segunda ou terçeyramente gerados em prejuizo do filho primogenito baram lidimo , aque adita terra he deuida per bein da dita ley , se opoderaa fazer sem embargo della : a qual duvida declaramos que nossa tençam he , que em tal caso adita doaçam se possa fazer com nossa expressa auctoridade : nom embargoante , que ao tempo que assi soy feyta , aquele que adita doaçam fezer aja outro filho mayor baram lidimo . Esto quer o filho mayor e a prima primeyra doaçam (que a opay soy feyta) expressamente nomeado , quer nom : com tanto que a dita doaçam seja feyta de terra ou terras inteiramente , assi como antigamente cada húa soy limitada , e demarcada : em tal guisa que nom sejam partidas em nínbum tempo per nínbua guisa : e se a dita doaçam for feyta com nossa expressa auctoridade , por causa de casamento em dote com algúa filha , faleçendo ella da vida deste mundo sem filho ou neto baram lidimo : em tal caso adita terra ou terras sejam loguo tornadas a a coroa dos reynos , sem outro nínbum embargo . E siquando per sua morte algum filho ou neto baram lidimo descendente dela per linha masculina , aja elle a dita terra ou terras em sua vida , e di em diante vaa ao seu filho mayor , ou neto barões lidimos , que descendam per linha deryta , e nom doutra guisa , se o ouuer ao tempo de sua morte , segundo aforma da dita ley : e nom ho auendo hi , tornese a a coroa dos reynos . Pero onossa tençam he , que tal doaçam assi feyta em prejuizo do primogenito , nom chegue a ametade de todalas terras da coroa do reyno , que teuer aquelle que fezer a dita doaçam . Pero se aquelle que assy tal doaçam quiser fazer , nom teuer mays que huúa terra , nom a possa daar sem nossa expressa auctoridade , e consentimento do filho primogenito , a que a terra he de a vida

O segundo liuro das Ordenações:

Vida per bem da dita ley.

COutra duuida foi, se aquelle que adita terra ou terras, ouue per real doaçam, ou per outra qualquer soçessam, ouuer filho lidi-
mo baram, e em seu prejuyzo aquiser dar ou vender a algua outra
pessoa estranha, se opoderaa fazer: a qual duuida declaramos,
que nossa tençam he, que em tal caso a dita terra ou terras nom
possam ser dadas, nem vendidas per ninhúa guisa aninhúa pes-
soa, saluo a cadahuum dos outros filhos ou netos nados despo-
is do primogenito, como dito he na outra duuida suso declara-

valage. 2 tomo con-
122 an. 5 de laide
mata.

possao fazer com nossa expressa autoridade, com tanto que nom va-
lha menos aterça parte, daquella per que for escaimbara, e doutra
guisa nom. E no caso que nom teuer filho baram lidiimo, que hei dar
deua na dita terra, nom apoderaa vender, dar, nem escaimbar, nem
em alhear per ninhúa guisa, em ninhúa maneira em pessoa alguua
de qualquier estado e condiçam que seja, senom cõ nossa expressa au-
toridade: e fazendose o contrario, a dita terra ou terras sejam loguo
tornadas a accorao dos reynos, por serem assi vendidas, dadas, ou
escaimbadas contra nossa ley: e aquelle aque assi fore vendidas, ou
escaimbadas, ou emalheadas, possa auer recurso contra aquelle que
lhas assi vendeo, deu, ou escaimbou, ou emalheou, segundo per de-
reyto lhe for theudo e obrigado. E todo esto aja luguar sem em-
bargo que em as ditas doações se contenha, que os donatarios
as possam vender, dar, e doar, e escaimbar, e fazer dellas o quelhe
aprouuer, como de sua causa propria.

COutra duuida foy, se aquelle aque adita terra ou terras forā nota-
mente dadas, ou as ouue per algua herança, ou qualquier outra so-
cessam, as poderaa apenhar por causa de dote, ou por arras em seu
casamento: a qual duuida declaramos, que nossa tençam he, que opos-
sa fazer, auendo pera ello nossa expressa autoridade: nom embar-
guando que a esse tempo elle aja filho lidiimo baram dalgua outra
molher, com que ja primeiramente fosse casado: com tal condiçam
que separado o dito casamento per morte de cadahuum dos con-
trahentes, sejam descontados os frutos da dita terra ou terras,
nas ditas dotes e arras, segundo que em saluo renderem em cada-
huum anno, posto que no tratado apenhamento assi feyto se con-
tenha que possa a molher auer as ditas rendas em saluo, atee ella ser
compridamente pagua de toda adita dote ou arras, sem descom-
pensar

Da maneira q̄ se ha de ter na soçessā das ter. Fo. xxiiij.

pensar dello ninhā cousa , por quanto somos enformado per letrados do nosso conselho , que separado o dito matrimonio as ditas rendas nom se poderiam levar em saluo (nom descontando da diuida principal) sem peccado de usura , em o qual peccado encorriamos dando aelle luguar t autoridade per algūa guisa . E feyto assi paguamento de toda a dita dote t arras , ou per outro qual quer modo , seja loguo aditata terra ou terras tornadas ao filho , ou neto mayor baram lidimo : t assi di em diante daquelle que a dita terra ou terras assi apenhar como dito he , se aesse tempo viuo for , segundo forma da dita ley : t nom auendo hi filho , ou neto baram lidimo per linha masculina descendente : em tal caso seja loguo a dita terra ou terras tornadas a acoroa dos reynos , sem outroninhum embargo , entreguandose primeiro a dita molher per as nouidades da terra , como dito he . E se no caso que o dito matrimonio for separado , hi ouuer tantos beēs patrimoniaes , per que se possa paguar a dita dote t arras : mandamos que per elles seja entregue , t ho que falecer que opossa a dita molher auer pelas rendas das terras a coroa dos reynos , se per autoridade nossa forem aello obriguados : porque nossa tençam he , que primeiramente se aja t pague a dita dote t arras pelos beēs patrimoniaes , t a amingua delles se ajam t paguem pelas nouidades das terras da coroa dos reynos .

18 **O**utra diuida foy , se aquelle a que a dita terra nouamente foy dada , ou aelle veo per algūa herança , ou per qualquer outra soçessam , aquiser anos vender ou escaimbar , se opoderaa fazer em prejuizo do filho baram lidimo que aesse tempo hi ouuer : aqual diuida declaramos , que em todo caso a dita terra ou terras podera alivemente a nos ser vēdidas , ou escaimbadas , ou per outra qualquer guisa em alheadas : nom embarguāte que aesse tēpo da venda , ou escaimbo , ou outro qualquer emalheamento , o vendedor ou escaimbador aja filho baram lidimo : porque somos enformado per letrados , q̄ nenhā ley per nos feita nos ligua , nem obrigua , senom em quanto nos fundado em bom suyzo t ygualdade quisermos a ella sojugar o nosso real poderio : t por quāto as ditas terras procederam do nosso real patrimonio , o qual somos thendo de acrecentar : acordamos em fauor a coroa dos reynos , por nom tolher avia como licitamente t com justa razām possam ser tornadas ao ditopatrimonio real donde procederam as ditas terras , poderem anos ser vendidas ou escaimbadas

O segundo liuro das Ordenações.

caimbadas liuremente em todo caso, como dito he. E ainda achamos que o dito Rey meusenhôr e padre assi oysou e praticou sempre em muitas terras que comprou, e escaimbou em semelhante caso.

Outra duvida foy, se adita ley auera luguar, nos bens que forâ apricados ou confiscados aa coroa dos reynos por alguâs malefícios, ou por serem indignos, ou por desobediências, ou por ficarem viaguos per morte dalguns abifestados: a qual duvida declaramos, que nos bens que atee ora foram dados se guardem as leys do reyno, e dereyto comum, segûdo que atee qui em semelhantes casos foipraticado. E nos bens deraiz que se derem daqui em diante, se ao tempo que foram dados ja eram encorporados no patrimonio real, conuem asaber ecriptos nos liuros dos nossos proprios, ou na carta da merce faça expressa mèçam, que forâ encorporados em nosso patrimonio: em taes casos como estes e cadahum delles, sejam os ditos bens auidos por da coroa do reyno, e sejam julguados segundo a natureza e condiçâ delles: e nos outros qse derê simpremête e nom forem encorporados em nosso patrimonio fiscal, por cada húa das razões susoditas, taes como estes sejam auidos por bens patrimoniaes, e segundo sua natureza e condiçam sejam julguados. E quanto he aos bens moneis que se daqui em diante derem, siguan sempre a natureza dos bens patrimoniaes, e segundo aquella condiçâ sejam julguados.

Outra duvida foy, se algúas terras da coroa do reyno ou de reitos reaes, foram escaimbadas per cadahum dos Reys que atee aqui foram, ou fore daqui em diante destes reynos) por outros bens patrimoniaes, com tal condiçam, que as ditas terras ou dereytos reaes sejam em todo, do patrimonio daquelle que os recebe, e os que nos elle der, sejam em todo do patrimonio real: quaes destes bens seram auidos por da coroa do reyno, e sometidos aa ordenança desta ley com suas declarações: a qual duvida determinamos em esta guisa: conuem asaber se os ditos bens priuados que a nos vierein per virtude dos ditos escaimbos, sempre foram e sain por nos possuidos, sem delles nunca ser feita mercepelos Reis que ante nos foram ou per nos, a ninhuâ pessoa: em tal caso sera em aluîdro nosso, achando que foram feitos em dano ou perjuizo do reyno, de os repreuar e resoluer, da feitura delles atee quatro annos primeiros seguintes, guardandose açerca desto em todo o dereyto comum: e sendo repreuados, e resolutos taes escaimbos realmente, e cõ esey-

Damaneiraç se ha de ter na soçessam das ter. Fo. xxv.

to:em tal caso as ditas terras t dereitos reaes fiquem em sua pro-
pria natureza,de q primeiramente foram,ante que os ditos escaim-
bos fossem feitos,assi t tam compridamente como se nunca os ditos
escaimbos fossem feitos:per o se odâno for tanto que passe aalé da
metade do justo preço:em tal caso se possam reuoguar ate quinze
annos. E se os ditos beés que assi annos ou aod ditos Reis nossos an-
tecessores vieram,per virtude dos ditos escaimbos forâ trespassa-
dos aalgûas outras pessoas,per merce que lhe delles fosse feita:em
tal caso tornando taes beés em alguiû tempo a opatrimonio real per
qualquer guisa:t sendo outros si em alguiû tempo extinta alinhagem
dereytamente descendente per linha masculina,segundo a forma
desta ordenaçam,daquelle conque as ditas terras da coroa do rey-
no,ou dereytes reaes foram escaimbadas:se achado for pelo Rey,
(que aesse tempo for)que taes escaimbos,ou cadahuû delles sam em
dâno ou presuyzo da coroa dos reynos,possa liuremente ate quan-
tro annos,contados do dia que os ditos beés foram tornados aa-
coroa do reyno,reuoguar t resoluer os ditos escaimbos t cada-
bum delles,t cobrar realmente t com efecto as ditas terras da coroa
do reyno t dereitos reaes,tornando outros si com efecto outros qua-
esquer beés por que assi foram escaimbados como dito he. E sendo
achado que o dito enguano ou lesam passou a metade do justo pre-
ço:em este caso mandamos,que os ditos escaimbos possam ser
desfeitos t resolutos ao tempo que for achado por dereito que o po-
dem ser:o qual queremos que em esta parte seja guardado em todo,
t as ditas terras t dereytes reaes sejam tornados di em diâte aasua
propria t verdadeira natureza da coroa do reyno de que primeyra-
mête foram sometidos a ordenaçam destaley cõ suas declaraçôes. E
em quanto esta restituiçam noim for em todo realmente feita per am-
balas partes,como dito h: os ditos beés patrimoniaes que per bê
do dito escaimbo aos ditos Reis vierem,sejâ auidos por beés da co-
roa do reyno,t assi sejam aufdos t julguados,t as outras terras t
dereitos reaes que por elles forâ escaimbados:sejâ porein tanto auf-
dos t julguados por beés patrimoniaes,em todo caso em quanto
assim forem tornados a acorao do reyno como dito he.

21 Outra duvida foi,se pelos Reis que ante nos foram foi feita doa-
çam aalgûu fidalguo,ou aqualquer outra pessoa aalgûa terra,villa,
ou castelo geralmente com toda sua jurisdicçam,mero micto imperio
com todo outro qualquer dereito real q aelle dito senhor hi pertença

O segundo liuro das Ordenações.

Dauer, se em tal caso passaram, per taes palauras assi geraes, os padroados das ygrejas que elle dito senhor hi aja a estes donatarios: aqual duuida declaramos, segundo a tençam do dito Rey meu senhor e padre, ao qual vimos per muitas vezes assy usar e julgar em seu tempo, quando tal caso de feyto acontecia: enformado per letrados do seu conselho que per dereyto se devia assi de fazer, conuenia saber quando em tal doaçam espeçialmente for declarado que o Rey daa os ditos padroados: em tal caso passem ao dito donatario, e di em diante a seu filho baram lidimo que herdar a dita terra, segundo forma da dita ley: e doutra guisa nom passaraa ao dito donatario per tal doaçam, no embargado queadita terra, villa, ou castelo seja dado com toda sua jurisdiçam, mero e mixto imperio, e todo outro dereyto real que el Rey hi aja, ou auer possa, ou quaequer outras palauras geraes per qualquer guisa q possam ser compostas, ainda que algua pareça que per bem de sua generalida depositam ein si comprender os ditos padroados: e se os ditos padroados a algum forem dados apartados per graca especial de juro e de herdade, sem terra, villa, ou castelo: em tal caso passaram per morte do donatario ao seu filho mayor baram per aquelle modo que he ordenado, que passem as terras da coroa do reyno, segundo forma da ditz ley: e esto queremos e mandamos que se guarde e aja luguar geralmente em quaequer doações feytas pelos Reis que ante nos foram, ou per nos ou pelos que adiante forem.

22Outra duuida foy, se per algum Rey for ou foi feita doaçam a alguim fidalguo, ou qualquier outra pessoa dalguna terra, villa, ou castelo em vida, ou em quanto for merce do Rey que abeu, e o dito donatario deu em sua vida a prazo, ou a foro pera sempre, ou em certas pessoas, algumas quintaãs, casas, casas, ou quaequer outras herdades, ou dereitos que aadita terra, villa, ou castelo pertençem, se acabada avida do dito donatario, ou renoguada aadita doaçam, sera o dito Rey theudo a manter taes contractos: a qual duuida declaramos que nossa teçambe, que os ditos donatarios no façam taes contractos sem nossa especial auctoridade: e sendo doutra guisa feitos, nome seja o Rey theudo aos manter, salvo em quanto lhe aprouer e osentir por seu seruicio: porque anido cõselho com alguns letrados, achamos por dereito que taes contractos nom devem durar mais que aimerçe feita ao dito donatario. E sendo dadas as ditas terras da coroa do reyno de juro e de herdade, se algum tem-

po

Damaneira q̄ se ha deter na soçessam das ter. Fo. xxvj.

po tornarem aa coroa do reyno, achando alguū contracto que fosse feito maliciosamente , ou em perda conhecida de nossas rendas t dereytes que em este caso se possa desfazer ho contracto se ao dito senhor Rey aprouver.

23 **C**as quaes declaracões assi por nos feitas, auemos por ley , t mandamos que daqui em diante como ley vniuersal sejam compridas t guardadas, t assim luguar geralmente em qualquer caso dos sobreditos que ao diante de feito acontecerem, assi nas doações atee aqui feitas das terras da coroa do reyno pelos Reis que ante nos foram ou per nos , ou pelos Reis que ao diante forem, aquaesquer pessoas de qualquer estado t condiçam quesejā, ou forem feitas daqui auante. *val tom 2 cap 132 n° 22* Dero nom he nossa tençam tolhei mos a nos opoderio pera despensar com esta ley , em todo caso que nos parecer justo ou razoado, ou for nossa merce, assi em parte como em todo , ante ho possamos liuremente fazer quando nos bem parecer nom embarguante quaequer dereitos canonicos, cíueis, costumes, façanhas, estilos , que em contrario desto sejam em parte, ou em todo: porque todo no embarguante , queremos t mandamos , t de nosso poder absoluto t certa sabedoria , que estaley valha t tenha firmemente : sentindo assi por seruiço de nossos senhor d's t nosso, t bem de nossos reynos , t conformandonos aa vontade t tençam do dito senhor Rey meu senhor t padre, t ac que lhe assi vímos vsarem seus dias atee ho tempo de seu falecimento como dito he , t per muitas vezes nos sobre ello falou, feita em Lirboa a o trinta dias do mes de Junho, anno do naçimento de nossos senhor Iesu christo demil t quatrocentos t trinta t quattro annos.

24 **C** porque per as sobreditas determinaçōes nom he declarado o modoper quese faz averbal encorporaçam dos beēs t herâças q por algūs casos sam confiscados : detei minamos que quando quer que se mostrarem algūas doações feitas a quaequer pessoas de alguūs bēs, terras, ou herdamentos que por razam de algūs delictos q cometessen as pessoas cujos foram , ou por morrerem ab intestato t sem herdeiros, ou por causa de serem indignos, ou per outro qualquier modo fossem confiscados, se em as ditas doações forem possas estas palauras : conuem asaber que nos confiscamos, apropriaemos, ou vñimos, ou encorporamos os ditos beēs, terras, herdamentos a a coroa de nossos reynos , t elles assi confiscados , t apropriadoss, os damos t doainos, per taes palauras em taes doações

d ij postas

O segundo liuro das Ordenações

postis: os ditos bens, terras, herdamentos, e quaesquer outros de-
reytos ficam assi realmente encorporados e feitos da coroado rey-
no, como se fossem com toda solenidade de dereyto ecriptos e pos-
tos nos liuros dos proprios bens da coroado reyno: e os taes bens
assi verbalmente aa coroa apropriados ou encorporados, deuem
suer e ham aquellas proprias qualidades e condicões, em todo
e per todo, que ham aquelles bens e terras que forã com toda solenida-
de encorporados e ecriptos nos liuros dos proprios, porque
atal verbal encorporaçam he de tal e tanta eficacia que deue auer
aquele mesmo efecto que a auual e corporal encorporaçam, e que
ham os bens e terras que antigamente e de sempre foram e sam da
coroado reyno: e per aquellas leis e ordenações, costumes, e quali-
dades, e condicões deuem ser julgadas.

E porque despois que aley mental foy feyta e publicada, vco
muytas vezes em duvida, se a dita ley aueria luguar nas terras da
coroado reyno, que ao tempo que a dita ley foy feyta ja andauam
fora da natureza das terras da coroa do reyno, e ao dito tempo
foram ja partidas e vendidas como couisas patrimoniales: e so-
bre adita duvida foy determinado por el Rey dom Alfonso meu tio
com muitos do seu conselho e desembarguo, que posto que húa ter-
ra fosse da coroa do reyno, e como couisa da coroa fosse da-
da primeiramente, se despois ante que se fezesse aley mental a di-
ta terra foy vendida, ou dada em casamento, ou trazida aa parti-
lha antre herdeiros como couisa patrimonial, que a dita ley men-
tal nom ouuisse luguar na semelhante terra, pois adita ley ao tem-
po que feyta foy, ja nom achou aditaterra em mão e poder do pri-
meiro donatario, nem de sens herdeiros e descendentes lidima-
mente, nos termos da primeyra doaçam, e com anatureza e qua-
lidade da terra da coroa do reyno, ao tempo que foy publica-
da, pera a dita ley em elias auer luguar: pola qual determinaçam
do dito Rey dom Alfonso foy muytas vezes despois julgado, e
nos assumindamos que se cumpre e guarde, partindo por e solumen-
te (quando tal caso vier) rectificaçam da dita terra, porq a terra em
si nom queremos que seja partida.

S Título. xvij. Em que tempo as car-
tas das doações e merces deuen ser asselladas e passadas
pela chancelaria.



Uylas vezes acontece, que algūas pessoas aque por
nos sam feitas merçes & doações, ou concedidos pri-
us legios & graças, ou dādos algūis officios, & outras
cousas que passāmos & concedemos, assi per aluas as-
cas, como per cartas despois de as terem assūtadas, sem serem asselle-
das & passadas pela noſſa chancelaria, as leuam por nō paguar ē os
dereitos que dellas sam heudos paguar, & os corregeadores, & con-
tadores, almoxaiſes, & as outras justiças & officiaes as cumprem,
delleſ per negligēcia, & outi os por lhe fazerem fauor, posto que
onome uesse em fazer por ser per nossas ordenaçōes defeso, da qual
cousa se segue perda & dāno aas partes, & perjuizo a nosso serviço
por as taes cousas se compairem & guardarem sem primeiro ser ē vi-
tas & passadas polo noſſo chanceler moor, & assi pelos officiaes da
noſſa chancelaria, segundo noſſa ordenançā, onde sam vistas & exa-
minadas, & se corregem & emendam aquellas qccim justiça nom pas-
sam, como a noſſo serviço & bem das partes cumpre, per onde se
escusam inuytas diuidas & demandas quē sobrelloſe recrēce. Que-
rendo nos a esto prouer, determināmos & mandāmos que quae-
quer pessoas aque fizēmos doação & mercede algūas villas, caste-
los, terras, iurisdições, rēdas, dereitos, reguēguos, tēcas, paci da-
dos de ygrejas, ou quaequier outras couſas que passāmos, ou
concederemos por noſſas cartas, ou aluaraes, sejam obriguados
de as passar & tirar da noſſa chancelaria, do dia que as taes cartas
ou aluaraes foren feitos ate e quatro meses primeiros seguintes: & pas-
sados os ditos quattro meses nom o comprindo assi, mandāmos ao
noſſo chanceler moor & officiaes da noſſa chancelaria que lhe nom
recebam mais tal carta ou aluara, nem asselleim nē a passar pola chā-
celaria, & amerçe que per ella teuerimos feitaſe janinhúa.

*valag. utroco cons.
ab. n. 7.*
E porque algūas pessoas tem de nos algūas doações & merçes
em suas vidas & pera seus filhos, ou de juro & herdade: & por se-
us falecimentos os ditos seus filhos segundo noſſa ordenançā han-
detirar carta de confirmaçā, per soçessam dos ditos seus pais: & algūas vezes por estarem em posse das terras, rendas, & couſas q̄ por
ellas tem, onom querem fazer: mandāmos que as taes pessoas sejam
obriguadas requerer sua confirmaçā, & tirar ē & despechar em pella
noſſa chancelaria, do dia que os ditos seus padres falecerem ate e se-
is meses primeiros seguintes: & nom fazendo assi, queremos q̄ per
esse mesmo caso encorram em pena de aalé de paguar a chancelaria,

d iij que per

O segundo liuro das Ordenações.

que per ordenança deue paguar, paguarẽ mais pera nos, ou pera os
rendeiros daquelle anno em q̄ seus pais falecerā, outro tanto quan-
to montar na metade da verdadeirachancelaria. E os officiaes da
chancelaria aueram todos seus dereitos, e mais ametade do que nel-
les montar, se passados os ditos seys meses dentro doutros seys
meses os vierem tirar da chancelaria: e nō as tirando atee huim anno,
então queremos que em sua vida seja amerçē ninhā.

E se nos ouuermos por bem, sem embargo do dito tempo de qua-
tro meses declarados no primeyro capitulo, ou do anno contheu-
do no segundo capitulo, que toda via passem as cartas ou aluaraes,
ou algūa dellas, e se assellein e passem pela chancelaria, por nisso fazer
mos merçē a algūas pessoas, mandamos q̄ pague a chancelaria dellas
pola sobredita maneira, e sera adita chancelaria do anno em que a-
carta ou aluara for feito, e os officiaes aueram dellas todos seus de-
reitos, e mais ametade da soma que nos ditos dereitos montar, co-
mo no capitulo precedente he contheudo.

E para que atodo tempo se possa saber e ver se as ditas cartas pas-
saram na ordenança sobredita, mandamos ao escriuā da nossa chan-
celaria que ponha nas costas dellas com o sinal da pagina, os dias
do mes, e anno em que forem despachadas na dita chancelaria.

¶ Titulo. xix. Que se nom cumpra nem faça obra algūa por portaria que da parte del Rey se der.

Por tirarmos algūs inconvenientes que se poderia seguir
de se comprir e as portarias dadas da nossa parte per al-
gūas pessoas: ordenamos e mandamos q̄ ninhum offici-
al de nossa justiça, nē da fazenda, e outros q̄ esquer, nō
façam por portaria q̄ de nossa parte lhes seja dada coufa algūa, pos-
to que nossos officiaes sejam, ou pessoas a nos aceitas, os que astaes
portarias derem: e quem ocotrairo fezer auera aquella pena que por
dereito mereceria se atal coufa fezera de seu moto proprio, sem lhe
ser mandado por nos verbalmente ou por nosso aluara.

¶ Titulo. xx. Que nom façam obra por car- ta ou aluara del Rey, nē de algum seu oficial, sem primeiro passar pola chancelaria, e q̄ as coufas cujo efecto ha de du- rar mais de huim anno non passem por aluaraes.

Amandamos

Que nō façam obra por carta ou aluara. Fo. xxvij.

Andamos que todalas cartas assinadas por nos, ou polos nossos desembargadores, e veedores da nossa fazenda, moordomo mor, veedor da nossa casa, porquenos mandamos dar do nosso auer, ou façamos outra algua graça e merce, ou porque mandemos fazer algua cosa que pertença abem de justiça, assi antre nos e nosso povo, como antre outras partes, sejam asselladas com cadabu dos nossos sellos e passem pola nossa chançelaria: e nom sendo asselladas e passadas pola chançelaria, mandamos q por elles se nom faça obra ne execuçā algua, porque o auemos assi por nosso serviço e bē de nosso povo.

Esquequer corregedores, juizes, e justiças q por nossas cartas que nō sejam passadas pola nossa chācelaria, e asselladas como dito be, derem aposse a algua pessoa as dalguaas jurisdições, encoreraam em pena de çem cruzados, a metade pera quem os acusar, e a outra metade pera os catiuos, tmais auerá qlqr outra pena q nossa merçefor.

Item se os ditos corregedores, desembargadores, juizes ordinarios, e dos orfãos, contadores dos residos, alcaides das sacas e quaequer outros officiaes e pessoas comprirē, e derē aaexecuçā quaequer outras cartas nossas, e dos officiaes sobreditos, contheudos no começo desta ordenaçām, ou aluaraes nossos por nos assinados, sem serem passados pola dita chācelaria, paguaraam dez cruzados de pena, a metade pera quem os acusar, e a outra metade pera o rendimento da chançelaria dos annos em que forem feytos, tmais auerá qualquier outra pena que nossa merçefor.

Item qualquier proueedor, ou contador, ou official outro aq pertença que der posse dalguaas rendas, e dereitos, e propriedades nossas, polas ditas cartas paguaraam cinqoenta cruzados na maneira sobredita.

Item qualquier nosso tisoureira, almoxarife, recebedor, ou outra pessoa que nossos dereitos e fazeda teuer, e paguar alguū desembarguo nosso, ou guardar quitas, ou esperas que façamos a alguiū rendeiros ou pessoas outras, semos taes mādidos assi serem passados pola dita chançelaria: mādamos que pague anoueado a chançelaria que do tal desembarguo ou cartalhe montasse, a metade pera o rendeyro da dita chançelaria do anno em que for feyto, e a outra pera quem o acusar: e nō oacusando ninguem recadar sea pera nos, ao tempo que derē suas contas, ou quando quer q se souber por nossos officiaes: tmais queremos que lhe nō sejam leuados em conta os desem

O segundo liuro das Ordenações

bargos que assi paguarem. E os contadores q̄ lhe tomare suascōcas, se lhos passarem sem isso, paguarão isto mesmo outra tanta pena pola dita maneira, e mais perderam seus officios. E mandamos aos veedores de nossa fazenda, que quando visarem as ditas contas ou soubarem que fazem o contrario, façam com diligēcia comprir e dar a execuçām as ditas penas, naquelles que acharem que nellas encorrem.

¶ Outro si ordenamos e mandamos que aquellas couisas q̄ por nos ouuerem de passar, cujo efecto aja de durar mais de dum anno, nō se façam por aluaraes, mas todas se façam por cartas patentes que co-meçem, dom Manuel: e fazendose por aluaraes, mandamos que sejam ninhūs e de nínum efecto, e se nom faça por elles obra nem execuçām: e descriuam que fezer por aluara o que auia de fazer por carta, pagara o interesse aaparte. Morem se nos passarmos aluaraes valgūa mercē, de qualquercousa que seja, ou promessa della que algūa pessoa façamos, pera auer dauer di algum tempo, posto que o comprimento da tal mercē possa ser despoys do dito anno: toda via valeraa o dito nosso aluara sem ser necessario passar por carta, sendo porem passado pola nossachancelaria.

¶ E sendo ja os ditos aluaraes apresentados e juntos em algum feito ou auto, sem serem passados pola chancelaria: mandamos que nom sejam mais tornados aa parte ou partes, pera os poder passar pola chancelaria, antes os pronunçiem loguo por ninhūs e de nínum efecto, sob as penas sobreditas.

¶ E anesta nossa defesa, se nom entenderā os aluaraes que passare polos ditos officiaes de nossa corte, peraluguares quenom sejā alon guados da dita corte, ou dōde elles esteuerem com a nossa casa da supriçām mais de cinco leguas, por q̄ pera taes luguares poderaam passar seus mandados no que aseus officios pertencer, por aluaraes feitos per os escriuāes dante elles, e por elles assinados, sem mais passar pola chancelaria.

¶ Item o corregedor da nossa corte dos feitos crimes, ou quē seu officio por nosso mandado seruir, e assi outros officiaes de nossa corte, em os casos que por razām de seus officios podem mandar preder poderaam per aluaraes feitos pelos escriuāes dātesi, e por elles assinados, mandar prender em todos os luguares de nossos reynos e senhorios, as pessoas de q̄ lhe forem dadas querelas na corte, q̄ elles receberem e forem obliguatorias pera preder os quaes aluaraes nō assinaraā.

Em q̄ modo & em q̄ tempo se faz algú vezinho. Fo. xxix.

assimaraā ate elhes as partes q̄ os ouuerē de leuar mostrar ē ho tressa-
do das querelas escriptas & assinadas polo escriuā q̄ as teuer, & dello
sera feita mençam nos ditos aluaraes, como as partes querelosas le-
uam os tressados. Sacerca dos ditos aluaraes se tera a forma q̄ disse-
mos no príncy ro liuro no titulo, dos corregedores das comarcas
no parrafo, z os ditos corregedores.

Título. xxj. Em que modo & em que tempo
se faz algú vezinho, pera poder gouuir do príuilegio da-
do aos vezinhos.

Vezinho se entende de cada būa cīdade, vīlla, ou luguar,
aquele q̄ della, ou de seu termo for natural, ou em ella te-
uer algua dignidade, ou officio nosso, ou da Rainha, ou
algum senhor da terra, ou do concelho dessa villa, ou
luguar, & seja o dito officio tal, perque razoadamente possa viver &
de feyto viva, & more no dito luguar ou seu termo, ou seem adita
villa ou luguar alguem for feito liure da seruidam em que ante era pos-
to, ou seja perfilhado em ella per algum hi morador, & operfilha-
mento confirmado per nos: ca em cadahum destes casos, he por de-
reito auido por vezinho. E seja ainda auido por vezinho (qualqr na-
tural, ou non natural de nossos reynos) da villa ou luguar em que
casar com molher da terra, em quanto hi morar, ou onde teuer ma-
yor parte de seus bēs, com tençam & vontade de ali morar.

E se por ventura de hi se partir & for morar a outra parte com
sua molher, casa, & fazenda, com tençam de mudar o domiçilio, &
despois tornar a morar a o dito luguar onde assicasou, nom sera aui-
do por vezinho, saluo morando hi por quatro annos continuada-
mente com sua molher, filhos, & fazenda: os quaes acabados, māda-
mos que seja auido por vezinho. E se algum se mudar cō sua molher
& com toda sua fazenda, ou mayor parte della, do luguar onde era
vezinho para algum outro luguar, tal como este nom sera auido por
vezinho daq̄lle luguar pera ondenouamēte se for viver, a menos de
morar continuadamente em o dito luguar cō sua molher & toda sua
fazēda, ou amayor parte della outros quatro annos, os q̄es acabados
seja auido por vezinho. E doutra algua guisa aalem dos casos em
esta noſſa ley declarados, ninhum poderaa ser auido por vezinho,
nē gouuir dos príuilegios & liberdades dc vezinho quanto aſſt exēp-

g'nd sufficit interpellab' 30.
605. in 2^a de lug 1. n° 3. 2019. m.
4^a de iunho dem. n° 200. 2019.
e'nt sufficie Da ap' marion
p' conu' am' et n° 99.

O segundo liuro das Ordenações.

Io de paguar os vereitos reaes, de que por bem dalguns foraes, pri-
uilegios dados aalguns luguares os vezinhos sam exemptos.

Esto todo que dito he, se guardaraa pera serem auidos por vezin-
hos as pessoas sobreditas, salvo se por foral da terra for ordena-
do o contrario, porq em tal caso se guardaraa ocotheudo no dito foral.

Porem nossa tençam nō he, que por esta lei seja em algua parte ti-
radas as vsanças antigas de todalas cidades, villas, e lugua-
res de nossos reynos e senhorios, per que os moradores delles sam
hi auidos por vezinhos, pera soportar os encarreguos e servidõ-
es dos concelhos onde sam moradores: porq quanto a esta parte tāje
mādamos q se guardem suas vsanças antigas, de q sempre antigua
mēte vsará, sem outra algua enouaçā, sem embarguo desta nossa ley.

S Título. xxij. Que os almoxarifes del- Rey, ou outro algū, nō leue causa algua do nauio q se perder.

Vádo acontecer q algúas causas venham ter aacosta-
de nossos mares ou portos delles, por perdimento de
naos, ou por qualqr outro modo que seja, nom seja to-
madas pera nos, nē pera outras ninhúas pessoas, nem
pera os q as achare: mas os senhorios delas tāto q as vierem reque-
rer, lhes jā loguo entregues, e as ajā em paz, paguado aos que assi
gs achare ou tirarem qualqr despesa e trabalho q nisso leuarem e jus-
to seja. E porem sendocaso q seus donos nō venham antes de seis
meses, as ditas causas seram entregues acabados os ditos scys me-
ses ao memposteiro dos catiuos desseluguar, e se carreguaraā sobre
elle em recepta, pera se os ditos catiuos delas aprouitar ē: e em qual-
quer tempo q os ditos senhorios vierem, lhes erā paguas pola rendi-
çām dos catiuos, todo o q aditarendicā delas teuer recebido. E po-
rem quādo assi o dito memposteiro receber as ditas causas, paguaraa
aqueles q as acharem todo o quelhe os senhorios eram obriguados
paguar: e se por ventura alguem contra esto for, retendolhe o seu, ou
leuando dos sobreditos algua causa feita primeiramente compri-
da entregua das causas assi perdidas e tomadas ao senhor delas
ou satisfaçām da valia das ditas causas quando ellas ja nom forem
auidas paguem pera nos em tresdobro qualqr causa que per força ou
escondidamēte ouverampola sobredita maneira, sem embarguo de
qualquer costume que em contrario haja.

Eporem

Sporem esta nossa ordenaçā nom auera luguar quando os nativos que assi se perderem forem de infieis imigos da nossa sancta fee, q̄ nom forem nossos subditos, ou doutras pessoas com que tenhamos guerra, ou de cosarios que andarem a toda roupa, porq̄ em estes casos as couisas assi perdidas seriam daquelles q̄as primeirō ocuparē.

Título. xxijj. Das cartas impetradas del Rey por falsa en formaçā, ou calada a verdade, ou das das por petiçā da parte.



Oundo quer q̄ cartas nossas ou aluaraes forem impetrados por algūas pessoas calandonos algūa verdade, ou exprimindo tal falsidade, a qual seno assinō fora calada ou exprimida, nō era verissimil auerinos de cōceder at al prouisam: o julguador ou comissario a que for apresentada a nom compriraa nem por ella fara obra algūa, e a pronunciara a por subreptiçā, e auida por falsa en formaçā, e cōdenara a aparte q̄ a impetrhou, posto que pola outra parte em cujo prejuizo se ouue nom seja requerido em vintecruzados pera elle, e mais çem reaes de custas por cada hum dia q̄ h o por semelhantes cartas ou aluaraes demandar, ou seu despacho impedir: e sendo tal pessoa que mais custas se deuain cōtar q̄ os ditos çem reaes mādamos q̄ a alē d ilhas pague e nom o cōdenādo logon: e sobredita maneira encorreraa nas penas em q̄ encorrē a quelles julguadores q̄ nō guardā nossas ordenações: e se for nosso oficialho que assitaes cartas ou aluaraes impetrar de nos, seja suspēlo do officio q̄ teuer ate nossa merce, e paguaraa os ditos vintecruzados e as ditas custas a aparte, e aalem das sobreditas penas, sendo o caso tal por que outra pena mayor mereça ho que as ditas cartas ou aluaraes ou mandados de nos ouuer, siquaraa resguardado a nos darlhe aquella pena q̄ nos derelto parecer.

Título. xxijj. De como a el Rey soomente pertēce apousentar alguē por auer hidade de setēta ános.



Sconcelhos nem outro algum fidalgio de qualquer estado e premiencia que seja nom apousente algum por hidade grande que aja, nem por outra algūa causa ou razām que ser possa: e se algum quiser ser apousentado

*elegante corr. inc. super
tritum 44. de tenuis.
et intellige ut p. 111. l. 2.
68. lira. C.*

O segundo liuro das Ordenações.

tado, pareça per pessoa perante nos, ou perante os nossos officia-
es aque pertencer, non auendo tal necessidade de algua doer, ou in-
fernidade per que nem possa pessoalmente vir: e se os ditos officia-
es virem per aspecto e guardameto de sua pessoa q̄ poderia razoa-
damente querer hidade de setenta annos, entam lhe dēcarta pera se ti-
rar inquiriçam de testemunhas na terra sobre adita hidade, sendo
pera ello chamados os juizes e procurador do concelho pera verem
como se tira adita inquiriçam, e fazer e cōtrariedade, ou poer e cōtra-
ditas as testemunhas se as teuerem: e acabada adita inquiriçam se-
ja trazida aos ditos officia es pera averem, e se per ella achar e prova-
da adita hidade de setenta annos, demilhe carta de apousentado, e
em outra maneira lhan o dem: e sendolhe em outra maneyra dada,
mandamos q̄lha nom guarda, nem sera audiopor apousentado.

Titulo. xxv. Que o priuilegio da exempçam dado ao morador da terra, no faça prejuizo ao senhor della.

m mons 1837

Se per os Reis que ante nos forā, ou per nos soy dada
terra a algum fidalguo, ou caualeiro, ou qualquier otra
pessoa, com os dereitos reaes q̄em adita terra nos per-
tencem, ou lhe forem dados os dereitos soomente: e des-
pois quelhe adit: tera ou dereitos forā dados, nouamente soy da-
do priuilegio aalgūis que nom paguasssem portagem, ou algūis ou-
tros dereitos reaes, dos que ja eram dados ao dito fidalguo ou caua-
leiro: tal priuilegio nom empeçeraa, nem fara prejuizo ao dito fidal-
guo ou caualeiro aque ja adita terra e dereitos reaes della eram da-
dos: e se os ditos priuilegios fossem dados ante que a dita terra e
dereitos reaes fossem dados, seram guardados, assi e tam compri-
damente como em elles for contheudo: porque em tal caso a dita ter-
ra e dereitos passaraam aaquelle aque foram dados na maneyra em
que ael Rey tinha ao tempo quelha deu, e com todo outro encarre-
go em que ao tempo da doaçam era encarregada.

TEm por que a cerca desta ordenaçam podera a recrêcer algūas duni-
das antre os ditos fidalgos ou caualeyros que as ditas terras com
os dereitos reaes de nos tem, ou dos Reis nossos antecessores, e os
moradores em ellas: querendo tolher as ditas duvidas, declara-
mos que se despois que a terra da coroa do reyno for dada cō os de-
reitos reaes, ou os ditos dereytos reaes por si a algua pessoa, cada
hum

Que oprivilegiada exēpçā. Como as Rai. Fo. xxxj.

hum dos moradores em ella for feyt de tal qualidade t condicām,
que segundo as ordenações denossos reynos ou foraes das terras,
seja priuilegiado de tal priuilegio per que seja exempto de paguar al-
gūs d'reytos reaes: em tal caso odito priuilegiado gouairá a de seu
priuilegio t exempçā, ainda que oaja depois q' a terra onde he mora-
dor t d'reitos reaes della foram dados aadita pessoa. **P**ode se poer
exemplo no q' mora em terra iugadeira, q' ao tempo que a terra foy
dada ao fidalgo ou caualeiro, era piamou leygo, t despois he feyo
to caualeyro despota dourada, ou clérigo, ou he feito vassalo por
nossa seruico t defensam da terra: t pelo foral dado aadita terra,
caualeiro, ou clérigo, ou vassalo, he escusado de paguar iugua-
da: ca em tal caso deve cadahum dos sobreditos gouir de seu pri-
uilegio, assi como se oouuesse ante que a terra fosse dada ao fidalgo
ou caualeiro: po: q' em taes casos t cadahum delles, onde algum per-
nos he priuilegiado de tal priuilegio, odito priuilegio nem soomen-
te lhe he dado per nos, mas ainda lhe he dado t concedido per
as ordenações do reyno t fornes antiguos dados pelos Reis nos-
sos antecessores que as terras guâçaram aos pouoradores dellas ao
tempo de sua pouoraçā: t por tanto nom he feito agrauo per tal pri-
uilegio a queile aq' a terra t d'reitos reaes della sam bados, pois he
conforme com os ditos foraes t ordenações do reyno como dito he.

Titulo. xxvj. Como as Raynhas & in-
fantes t outros senhores vsaraam das jurisdições que por
el Rey sam dadas.

Gundonatural razām, como antre as pessoas de gran-
de estado t dignidade, t as outras, se deve fazer deferen-
ça, assi em as doações t priuilegios q' polos Reys sam
concedidos aas taes pessoas, se costumou poer mayo-
res t mais exçelentes clausulas t de inoor prerrogatiua, por se mos-
trar amayor afeição t amor q' as ditas pessoas tê: polo qual em as
doações feitas aas Rainhas, t aos infantes, t a outros algūs senho-
res, foram postas clausulas q'lhe conçediā algūas terras, villas, t lu-
guares com toda sua jurisdiçām q'uel t crime, meror mixto imperio,
nō reseruando per si parte algūa da dita jurisdiçām, tcm outras re-
seruarām algūa parte della: t posto que as ditas doações assi lar-
guamente passassem, sempre foram entendidas, t se entenderām que
fique

O segundo liuro das Ordenações.

que a nos reseruada amais alta superioridade t real senhorio que o Rey tem em todos seus subditos t naturaes testates em seus reynos: t portanto por se tirarem as diuidas que sobre o entender das ditas doações podiam recrecer, forā pelos Reis nossos antecessores feitas leis t ordenações, porque declararā o modo em qas Rainhas t infantes t todos os outros q terras com jurisdiçam teuessem, deuam della vsar: as quaes vistas por nos, determinamos as declarar em esta forma.

Item as Rainhas ham de vsar de jurisdiçā nas terras que lhes sam dadas em esta maneira: os juizes, t vereadores, t outros officiaes que segundo ordenança denossos reynos por eleiçā se deuem fazer, seram enlegidos polos homens bōs das villas t luguares como em nossas ordenações he contheudo, t ham de ser confirmados por seu ouvidor.

Item todas as appellações t agrauos que das ditas terras sahirē assinos feitos çueis como nos crimes, hir amperante o seu ouvidor que continuadamente ha dandar em nossa corte t casa da sopiaçā, o qual desembarguarā as ditas appellações t agrauos, segūdo no titulo de seu regimento he contheudo.

Item se costumou sempre ocorregedor da comarca em que as ditas terras sam, entrar em elles, t fazer nellas correiçā em nome das ditas Rainhas t com sua auctoridade, assi como em toda a outra comarca de que he corregedor: t òpois que das ditas terras sahir, pode conhecer com sua auctoridade dos agrauos q aelle das ditas terras forē, t dos desembarguos que em os ditos agrauos der, poderāas partes q se agrauadas sentir ē agrauar t seguir seus agrauos perante odito ouvidor, t odito corregedor nom conheceraa a appellaçā algūa porque todas hā de hir ao ouvidor, nē tomaraa ocorregedor conhecimento dos agrauos das sentenças diffinitivas pera determinar segundo os merecimentos da causa, se foi bem ou mal julgado, mas soomente conheceraa se aparte foi agrauada em lhe nō receberē appellaçā, t sobre esto soomente determinaraa quando tal agrauo a elle for, segundo dissemos no primeiro liuro no titulo, dos corregedores das comarcas.

E quando o dito ouvidor esteuer em cada hūa das ditas villas, ou por ellas passar, fara em ellas correiçā geralmente, segundo o t por seu regimento t em nossa ordenaçā he contheudo: pero o nom se deterāa em cada hum dos ditos luguares mais que quinzedias.

Q E k

Como as Rainhas & infantes & outros sén. Fo. xxxij.

¶ Se algum orfão, ou viúva, ou pessoa miserável, ou que tenha príuilegio de poder escolher juizes, for morador nas terras da rainha nom poderá escolher (quando for Reo) outros juizes se nom os juizes ordinarios da terra onde for morador, ou o ouvidor da dita Rainha.

¶ Itemos ouvidores dos infantes, nem doutros senhores algúns, nom dará cartas de segurança em caso algúñ. E das sentenças e desembarguos q̄os ditos ouvidores derē, darão appellaçā ou agrauo aas paates, q̄ appellar ou agrauar quiserem pera a nossa casa da sopiaçaçām ou do çuel, onde ho conhecimento segundo nossas ordenações pertencer.

¶ Se algúna viúva, ou cadabúa das outras pessoas que podem escolher juizes, morar nas terras dos infantes, e quiser escolher juiz, quando for demandada, nom poderá escolher se nom os juizes ordinarios donde for morador, ou o ouvidor do infante, ou o corregedor da nossa corte.

¶ Item os duques, mestres das ordens, marqueses, condes, e prior do Crato, prelados, e fidalgos, e pessoas q̄de nos terra com jurisdiçām tē, vsaraā della como por suas doações por nos confirmadas expressamente lhe for outorgado: e se em as doações e príuilegios de algum dos sobreditos nom for declarado em que maneira devem vsar da jurisdiçām, vsaraā em esta maneira: conuē asaber os juizes ordinarios, e vereadores, e procurador do concelho, e os outros officiaess se faram por eleiçām dos homens bōs segundo forma da ordenaçām: e os juizes auerá carta de confirmaçām (pera vsarem de seus officios) dos correidores das comarcas, em que as taes terras forem, ou dos nossos desembargadores do paço: e os ditos senhores e seus ouvidores nom se entreinem nas ditas eleições nem em as apurações dellas, nem confi inaraam os juizes, saluose expressamente for por nos outorgado, ou polos Reis que ante nos foram, e por nos confirmado.

¶ Os juizes conhecerām de todos os feitos çineis e crimes, por nouaçā, e as appellações hirā delles aos ouvidores (quando polos juizes forem recebidas) ou aos senhores das terras, quando delas quiserem tomar conhecimento, e em suas terras esteucrem: e quando elles as quiserem por si desembarguar, nom conhecerām dellas os ouvidores: e despois que teuerem hum ouvidor ordenado nom cometam algúns feitos ou feito em particular a outra pessoa

O segundo liuro das Ordenações.

pessoa, saluo quando h̄i ouuer algūa justa t honesta causa pera ello.

Quos ouuidores dos ditos senhores teram amesma jurisdiçām que
os taes senhores teuerem por suas doaçōes: t assi vſaraā della no co-
nheçimēto dos feitos que aelles vierē, assi t na maneira q̄ os taes se-
nhores podem vſar.

Enõm conheceraā elles nēseus ouuidores, de agrauos algūs que
dante os juizes sabirem, mas todos os agrauos dos juizes hiram ao
corregedor da comarca, ou ao corregedor da corte nos feytos cri-
mes: t nos feitos q̄ueis hiram os agrauos aos correcedores das co-
marquas, ou aos desembarguadores dos agrauos de cada huia
das nossas casas. E por esta mesma guisa hiram os agrauos que sabi-
rem dante os ouuidores, acadahum dos sobreditos como dito he,
t noim hiram aos senhores.

Eas appellaçōes dos feitos crimes, q̄ os ditos senhores ou seus
ouuidores senteçearem, viraā aos ouuidores da nossa casa da sopri-
caçām, salvo se as ditas appellaçōes vierē das terras da comarca da
estremadura, porq̄ entam hiraā a anossa casa do çivel: nom sendo po-
rem as taesterras da Rainha, ou dos mestrados, t assi dalgūs senho-
res de nossos reynos em q̄ por seu pruilegionom entrem os correge-
dores das comarcas.

Outro si os infantes, t todos os outros senhores t fidalguos
q̄ a terra com jurisdiçām teuerē farāseus ouuidores de tres em tres
annos homēs peraissopertençētes, os quaes conheceraā das appella-
çōes t feitos de quelhe pertençer oconheçimento: t os julguaraā
nas terras de que forem ouuidores, t nō em outraparte onde nō te-
uerē jurisdiçā: t elles t os ditos senhores isso mesmo nō poderā co-
nhecer na terra onde nom teuerē jurisdiçā: t se teuerem mais terra q̄
hūa, apartadahūa da outra, poderāam conhecer atee dez leguas:
estando porem o senhor, ou seu ouuidor em hūa das ditas terras: t
defendēmos a todos os ouuidores, assi dos infantes coim̄ deu-
tos quaesquer senhores, t mestres, t prelados que de nos jurisdi-
çām teuerem, que acabado de terē seruido os ditos tres annos, nom
vsem mais nessas terras das ditas ouuidorias, nem conheçam como
ouuidores de feito algum, sem auer em pera ello nossa liçēnça especi-
al: t qualquer que ocontrairo fezer, encorāper esse mesmo feyto em
pena de cincuenta cruzados, ametade pera quem ho acusar, t a ou-
tra pera anossā camara, t nom possa mais auer odito offiçio, nē ou-
tro algum offiçio de justiça: t aale desto todas suas sentenças t au-
tos

Como as Rainhas & infantes & outros. Fo. xxxij.

tos, & feitos proçessados despois dos ditos tres annos, sejam nenhūs & deninhum efecto, & paguaraā a aparte todas as custas & despesas que per razam dos taes autos se fezerem, & lhe satisfaçā toda perda & dāo que por isso receberem.

14
nun. 10
15. 10.
E os ditos senhores & seus ouvidores nom tomaraam conhecimento por noua auçam de feito algum ciuel, nem crime, nem per sim prez querela, nem denunciaçam, ou correiçam, nē por offício de justiça, nem por outra maneira, saluo por appellaçam, tirando aquelles a que por nossa ordenaçam ou por especial privilegio expressamente he, ou for outorguado que opossam fazer.

15
nun. 10
16. 10.
E porque acorreicam he sobre toda jurisdiçā, como couisa que esa guarda a superioridade & o mayor & mais alto senhorio a que todos sam sogeytos, aqual assi he vvida & conjuncta ao principado do Rey, que anom pode de todo desitir: defendemos queninhū senhor de terra ou terras de qualquer estado que seja, nō vise por si nē por seu ouvidor, nem por outrem decorreicam nē de auto alguū della. E mandamos aos corregedores das comarquas onde as ditas terras forem, qao menos húa vez em cadahum anno, façā as ditas correições em todas as ditas terras, como sam corregedores, sob pena de priuacā dos offícios: & qualquier dos ditos senhores das taes terras, que empedir & embargar a entrada dos ditos nossos corregedores em as terras que de nos teuerem, por esse mesimo feste se apiuado da jurisdiçam & senhorio que nas ditas terras tem, & setornem a nos. E mandamos que todo ho sobredito neste titulo se cumpra assi & guarde sem embargo de qualquier posse noua ou antigua, em que os ditos senhores das taes terras estem, ou ao diante esteuerem, ou vso & costume de qvsasseim, por quanto & qualquier tempo que dello tenham vsado, nem ao diante vsarem, ainda que seja imemorial: & outro si sem embargo de quaelquer doações que lhe fossem feytas por os Reys nossos antecessores, ate o falecimento del Rey dom Fernando, porque quanto a esto de vsarem de correiçā, & de os corregedores nom entrarem em suas terras achamos qas ditas doações foram por odito Rey dom Fernando reuoguadas. E quanto aas doações depois do falecimento do dito Rey dom Fernando fetsas, em que expressamente for declarado que possam seus ouvidores vsar decorreicam, ou de algūs autos della, com clausula derogatoria das ordenaçōes & capitulos de cortes, ou que os corregedores

e non

lxix xxvii

O segundo liuro das Ordenações.

nom entrem em suas terras, t por h[ab]er feito nisto especial merce assi foram confirmadas, queremos q vseim dello como nellas for cōtheudo. Heroo nom he nossa tençam que por ninhūas clausulas, nem palauras quanto quer quesejam larguas t geraes, se entenda serem concedidos os ditos douscasos, saluo quando delles for feita particular t expressa mençam: t os que vsarem dalgum auto de correçam contra estanossa ordenaçā, seram suspēsos de sua jurisdicçam em quanto nossa merce for, t o ouvidor auera aquella pena que em tal caso por derecho merecer.

16 m[ar]ço
1455
E por quanto em myntas doaçōes antigas foram postas algūas clausulas, porque pareçe ser concedida moor jurisdicçam t poderes, do que foy a vontade dos conçedentes, as quaes foram per ho dito Rey dom fernando limitadas t declaradas, t em algūa parte renoguadas: t por serein per os Reys nossos antecessores t per nos confirmadas, os que as tem querem vslar de todalas clausulas em ellas contheudas, por h[ab]er assi indistinctamente em confirmadas: querendo nos a esto prouer mandamos que as taes doaçōes, t suas confirmaçōes se regulem segundo as ordenaçōes, que despois das ditas primeyras doaçōes foram feytas, t assi sejam entendidas t interpretadas, porque nossa tençam t dos Reys que as confirmaram, nom foy apruar, nem confirmar o que ja per as ordenaçōes doreyno era renoguado, ou em outra maneira interpretado t limitado, t per quaisquer clausulas t palauras postas em as confirmaçōes das taes doaçōes, posto que derogatorias sejam, nunca se entende ser confirmado nem concedido ho que ja era renoguado ou limitado: t quando nos de nouo quisermos algūa pessoa per especial graça conceder algūa cosa das contheudas em as ditas primeyras doaçōes, que per as ordenaçōes sejam renoguadas, ou limitadas, tirarsea disso carta de noua merce, em que todo seja expressamente declarado, t nom passaraam em maneira algūa per via de confirmaçam. E porem se nas doaçōes per nos feytas atee agora, t assi nas confirmaçōes das doaçōes dos Reys nossos antecessores, loguo expressamente forem declaradas algūas clausulas de graças, daquellas que pelas ordenaçōes forem derogadas, guardarseam as ditas nossas doaçōes t confirmaçōes comonellas for contheudo.

E bem assi nos tempos passados foram dadas terras com suas jurisdicçōes algūas Rainhas que destes reynos foram, t assi a infan-

Como as Rainhas & infantes & outros. Fo. xxxiiij.

tes, & outros senhores, & em suas doações foram postas algúas es-
peçiaes & exuberantes palauras & clausulas, & de moor efecto do que
em as doações a outras pessoas feitas se costuma poer: & de algúas
das ditas terras foram despois feitas doações a outras pessoas,
prelados, & fidalgos: & por se dizer nellas, que as aiam como as
tinham & auiam aquelles cujas antes foram, vsam & querem vsar
daquelles poderes que aas Rainhas & aos que das taes terras fo-
ram senhores, per respeito de sua preminênciâa foram especialmen-
te concedidos: & querendo nos a esto remediar & tolher as duui-
das que se das palauras das taes doações recreçem, determinâ-
mos, que sendo em algúia doaçam postas estas palauras, que
aquele a que for feita aja algúia terra ou terras com toda sua juris-
diçam, assi como as tinha, auia, & possuia aquelle cujas antes foram,
ou outras semelhantes palauras, nunca se entenda per tal doa-
çam passar no donatario aquellas couças, que a outra pessoa per
espeçiaes clausulas, ou pruilegio, & contra a disposiçam & limita-
çam das ordenações, fora concedido: & auera soomente (sem embar-
guo das taes palauras) a jurisdiçam & poderes, regulados segundo
a forma de nossas ordenações: & de mais jurisdiçam & poderes nom
vsaraa, nem lhe seja consentido que de mais vse. Peroo se as clau-
sulas da primeira doaçam forem todas em aseunda insertas, & vis-
tas per nos de nossa certa sciençia, sendo de todo certificado, por
lhe querermos fazer merce especial, & sem embargo de as ordena-
ções serem em contrairo mādarmos pola dita doaçā que possa del-
las vsar, guardar sea o que pelo dito modo teuermos outorgua-
do, & expressamente concedido.

18
19
Outros si se aalgūs senhores per suas doações ou pruilegios for
concedido, que possam fazer correiçam em suas terras, nom leua-
raam porein dízema, nem vintena, ou quarentena das sentenças que
eiles ou seus ouvidores derem, nem chancelaria algúia das cartas &
sentenças que passarem, saluo se expressamente lhe he ou for outor-
guado que as possa levar: & aquelles a que he outorguado que pos-
sam leuar chancelarias, nom as leuaraā maiores do que he ordena-
do que se leuem em nossa corte.

19
Emassim se chamaraam senhores das terras, nē se chamaraā
os juizes, nem os tabaliães por elles, se em suas doações nō fezer ex-
pressa mençam que possam vsar das couças assi defesas, ou de cada
hūa dellas: & qualquer juiz que se chamar pelo q tal doaçam nom te-
e iſ uer

O segundo liuro das Ordenações

uer, paguara a quarenta cruzados, a metade pera quem ho acusar, e a outra pera os cativos, e o tabaliam que se chamar pelo senhor da terra, que pera ello nom teuer expressa doaçam, queremos q perca officio, e nunca omais aja, nem outro alguim officio de justiça, e mais pague vinte cruzados, a metade pera quem o acusar, e a outra pera nossa camara: e aparte que os quiser acusar, os podera citar e demadar presente ho corregedor da corte, ou da comarca, qual mais quiser: e nom os acusando ninguem, mandamos aos corregedores das comarcas, que sabendo que tê encorrido nas ditas penas por hirê contra esta nossa determinaçam, os mandem citar perante si, e os ouçã, e achandoos em culpa, dem em todo a execuçam as ditas penas, como per nos lhe sam postas.

20 m.
He 15
43
E porque criar tabaliados de nouo em nossos reynos, a nos soamente pertence, e nom a outrem: defendemos q pessoa alguma de qualquer dignidade, estado, e preminêcia, e condiçam que seja, no faça de nouo tabaliam algum, assi das notas como do judicial, em a terra ou terras que de nos teuer: e o que o contrário fezer seja pera sempre peresse mesmo feyto privado de todo poder e privilegio que teuer, de poer o i apresentar os tabaliães: e qualquerpessoa q acceptar e servir tal officio assi de nouocriado, auera pena defalsario.

21 m.
D 10 p. 6
E porque a muitos senhores de terras, e fidalgos, e prelados, per suas doações e privilegios he dado poder pera em suas terras poderem dar os tabaliados: mandamos q aquelles que taes cartas de privilegios e doações d nos teuerem, ou dos Reis antepassados per nos confirmadas, nom dem os tabaliados por suas cartas: mas quando alguns tabaliados em suas terras vaguarem, poderaam escolher pessoas pera elles idoneas, e com sua apresentação entiara a a nosso chanceler moor pera os examinar, e se taes forem, lhes seram dadas nossas cartas, e auctoridade que possam vsar dos ditos officios em noss nome, e se chamem tabaliães por nos, e lenara a da nos sachincelaria ho regimento e artiguos de como deuem delles vsar, e taxaçam do que deuem levar de seu salairo.

22 m.
He 15 87
E qualquier dos ditos senhores que auctoridade der a alguma pessoa pera persua carta ou alvara vsar de officio de tabaliam, sem o enniar apresentar ao nosso chanceler moor, peralhe dar nossa carta e auctoridade per esse mesmo feito queremos que perca todo o derrito que teuer nos ditos tabaliados, assi de dar, como dapresentar: e mandamos aos corregedores das comarcas, que ofaçam assi comprar e guardar

Como as Raynhas & infantes & outros.

Fo. xxxv.

guardar, e nom consintam aos ditos senhores q̄ o contrario faça, sob pena de priuaciam do officio, e aalē dello nos lhe darmos aq̄lle castigo que nossa merce for. E o que vſar d'atal prouisam, perderaa otal officio, e nunca omais poderaa auer, nem outro algum officio de justiça, e sera preso e degradado douis annos pera alem, e da cadea paguaraa vinte cruzados, a metade pera quem o acusar, e a outra pera nossa camara.

23
invento
45. p. 14
Q E porem se aalgum dos ditos senhores foi expressamente outorgado por el Rey dom Joam meu bisauo, que podesse por suas cartas fazer, e poer, ou dar em suas terras os tabaliães, e suas doações forem confirmadas: e os q̄ ora as taes terras possuem, e seus antecessores esteueram sempre em posse de dar per suas cartas os tabaliados quando vagaua, sem serem per ochançeler moor examinados, nem confirmados, e em estaposse esteueram assi em tempo do dito Rey dō Joam, como despois atee ora, auemos por bem que vsem dello como sempre vſaram, com tanto q̄ por tal costume nō excedam o contheudo em suas doações.

24
invento
820.
T E se polos outros Reis q̄ despois foram em estes reynos, forā feitas doações, ou dados priuilegios aalguns senhores, que possam dar em suas terras os tabaliados por suas cartas, sem virem a anossa chancelaria tirar as cartas dos taes officios, e q̄ os tabaliães se cha mem por elles, e os taes priuilegios ou doações teuerem clausulas deroguatorias das ordenações em contrayrofeytas, e forem por nos confirmadas, ou nouamente concedidas: e estando elles em posse de dar polo modo os ditos officios por suas cartas quando vauore, mādamos q̄ lhe seja guardados acerca destos seus priuilegios.

25
invento
818
Q E sendocaso que algum encorranas ditas penas, ou cadahúa delas, por vſar de officio de tabaliam sem adita carta por nos dada, ou posto que atenha, por nom tirar o dito regimento de nossa chancelaria, e tornar a seruir otal officio, ou outro algum de justiça, assi por noua prouisam quelhe delle seja feita, como por qualqr outro modo: auemos por bem que seja degradado pera sempre pera a ylha de sam Thome, e perca seus bens pera acoroa de nossos reynos, salvo se otornar auer por nossa especial auctoridade, que faça expressa mença de como seruio sem carta, ou sem tirar ho regimento.

26
invento
821
Q E aquelles senhores e fidalgos q̄ teuerem doações e priuilegios, para dar os tabaliães por suas cartas como atras fiqua declarado: queremos e nos praz, que lhe possam isto mesmodar e deem os re-

e iiij gimentos

O segundo liuro das Ordenações.

gimentos de seus officios, assi como se lhe daria polo nosso chanceler moor em nossa chancelaria vijndo a ella tirar as cartas de seus officios, porq; assi o auemos por bê. E os senhores que os ditos officios e regimentos derem, sejam avisados q nom de outros regiméto senom os contheudos em nossas ordenações, que o nosso chanceler moor auia de dar: t nom o cõp:indo assi, e dâdo outro regiméto perderá a adada do dito officio, e di em diante fiquara a deuoluta a nos: e tabaliã q acceptar otal regimento, q nô for o da nossa ordenação perderá a o dito officio, e mais sera degradado dou sãos para as partes dafrica: e tabaliã q nô leuar o dito regimento, e os juizes q os assi laixare a seruir sem os ditos regiméto e cartas, encorrera a nas penas que dissemos no liuro primeiro no titulo, dos tabaliães das notas. E qremos e nos pçz, q aqllies q tener e poder e auctoridade per suas doações, para dar e os tabaliados por suas cartas, os possâ dar assi mesmo por erros, por suas cartas de se assi he em forma de uida, e os julgar como co dereito lhe pteçer, dâdo appellaçâ e agrauopera onos sochâceler moor, aq de derrito pteçê vijr as ditas appellações tagruios. E sem ebarguo de os ditos senhores os poder e assi dar, nos os poderemos assi mesmo dar por se assi he, quando nos fore reçridos. Item mandamos q os ditos tabaliães q assi fore dados polos ditos senhores e fidalgos, por suas cartas, por pera ello ter e poder e auctoridade por suas doações, como atras fica declarado, sejam perpetuos em suas vidas: t nom possam ser tirados dos ditos seus officios polos ditos senhores e fidalgos q delles os prouerê, soomete no caso em q for julgado por senteça cõfirinada e a no sâ casa das opricaçam q os perca. E estes taes q hua vez os tabaliados perderê, no modo q dito he, nô podera a ser tornados a seu officio, para os auer e de seruir, saluo por nossa espeçial p:rouisam: e tornando a seruir sem ella, encorrera a nas penas atras declaradas, cõue a saber q per ca o dito officio, e nunca mais opossa auer, nê outro alguu officio de justiça, e sera preso e degradado dou sãos para alem, e da cadea pague vinte cruzados, a metade para quem acusar, e a outra metade para no sâ camara. Outro si nô darâ os ditos senhores aluaraes nê cartas, porque algus tabaliães d sua terra possam poer em seus officios outras pessoas, q os por elle siruã, posto q sejam impedidos para os nom poderem seruir, porq esto soomente pertence a nos, nê darâ isso mesmo poder nem auctoridade, porq algua pessoa que tabaliã nom seja possa fazer publico, e aquelles que por taes cartas ou aluaraes seruirê os tabaliados

Como as Rainhas & infantes & outros. Fo. xxxvij.

lados alheos, ou fezerem pubrício, nom sendo tabaliães encorram em as ditas penas postas aos que seruem sem cartas.

30
in nunc 10^o
85.125
Quæ naquelle maneira q̄ dissemos, que podem poer tabaliães por suas doações, dessa mesma podem poer escriuães dante os seus ouvidores, com tanto que os nō criem de nouo, mais que aquelles q̄ seimpre h̄ouue, porque criar de nouo soomente pertence anos.

31
nouo 10^o
45.125
Quæ bem assi mandamos atodos os ouvidores dos ditos senhores, de qualquer estado e preminencia que sejam, que as sentêças que derem, e mandados que passarem, passem em seus próprios nomes, e nom dos senhores cujos ouvidores forem.

32
nouo 10^o
612
Quæ as appellações e agrauos q̄ dâte elles sabirê, nō as leuê nē enusé aos ditos senhores: e defendemos aos ditos senhores que nom tomem dellas conhecimento, e deixem vir as ditas appellações e agrauos aos nossos desembargadores e officiaes, aquedos taes feitos oconhecimento dereitamente pertencer.

33
nouo 10^o
76
Quæ Outros si mandamos atodos los sobreditos senhores que nō despechê elles, nē os seus ouvidores os feitos per modo derelaçā, nem pnbâos desembargos, per accordâ os do desembargo, nē acordamos cō os do nosso desembargo, nem per accordâ, porq̄ estosoomente pertence de se fazer pelos nossos desembargadores das nossas casas da soprovaçā e do ciuel. E oscriuam q̄ poser pubricaçā ao tal desembargo, ou delle passar carta, ou passar algúalentença, carta, ou mandado, que for assinado polo seu ouvidor, em nome do senhor da terra, perderaa os officios e fazenda q̄ teuer, ametade da fazenda pera quē oacusar, e a outra pera os catiuos: e os officios poderemos nos dar aquem for nossa merce, sem ossenhores das terras e jurisdições os poderem dar polos ditos erros, posto que prouisam tenham pera dar os semelhantes officios por erros.

34
Quæ os ouvidores q̄ nom cōp̄irê, todo oq̄ por esta ordenaçā he mādado, e cōtra algúcapitolo dos nella cōtheudos forê, queremos q̄ sejá priuados dos officios e nūca os mais ajā, nē outros algúos officios publicos, e mais paguē c̄icueta cruzados cadahū, ametade peranos sacamar a, e a outra pera quē oacusar, e mais seja degradado iij. ânos pera alê, saluo se em outros casos especiaes lhe for dada outra pena.

35
in nunc 10^o
1029.18
26.
Quæ Outros si se algûdos sobreditos senhores, e grandes de nossos reynos, teuer e officiaes dputados pera as couisas d suas fazêdas: mādamos q̄ nos feitos dellas q̄ perante elles se tratarem, assi antre partes como antre os senhores e as partes, de qualqr q̄lidade q̄ os feitos se.

O segundo liuro das Ordenações

jam, se poder teuerem pera delles conhecer sempre de suas sentenças, t mandados, t interlucutorias, daram appellaçam t agrauo aas partes que appellar t agrauar quiserem, como no caso couber: as quaes appellações t agrauos viraain aos nossos desembargadores, aque oconheçimento segundo nossas ordenações pertençer.

36 in nov
M 27
E oofficial q denegar em taes casos appellaçā ou agrauo, auemos por bem q pague cincuenta cruzados, ametade pera anossa camara, t aoutra pera quem oacusar. E tal sentēça de q nō foirecebido appellaçā, nē agrauo seja ninhūa t se nō faça por ella obra nem execuçā, t mais pagaraa aas partes as custas q por razā datal denegaçā ou agrauo feze rē: t poderaãser citados t mādados pāte ocorregedor de nossa corte ou da comarca, por estas penas, qual aparte q os acusar mais q ser.

37 in nov
M 28
E se algum senhor deterra ou terras, denegare em estes casos appellaçā ou agrauo, q̄r as sentēças sejā dadas por elles, quer por seus officiados: auemos por bem, q aalē das taes sentenças serē ninhūas, oconheçimento dos taes feitos seja por esse mesmo feyto devoluto ao nosso corregedor da corte, ou da comarca, qual o agrauante escolher.

38 in nov
M 29
E bē assi mādamos q̄s ditos officiaes, q̄ssi pa as coulas da fazē dateuerē ordenados, nō comeim conheçimento de feitos alguūis, que se antrepartes tratarem sobre semaria, nem sobre herāças algūas q̄ aos ditos senhores pertēçam, t deixe conhecer delles aos juizes t almorifes aq̄ oconheçimēto segūdo aq̄lidade do feito pertēcer, ou aq̄s q̄r officiaes q̄ denadameite pera os taes casos fore deputados: t fazendo ho cōtrairo, mādamos q̄ suas sentēças sejā ninhūas, t se nō faça por ellas obra, nē execuçā, t mais pague trinta cruzados cada um, ametade pera quem oacusar, t a outra pera anossa camara.

39 in nov
M 29
E defendemos aos infates, duq̄s, mestres, marq̄ses, cōdes, t a todos outros señores, plados, t pessoas q̄ de nos terras ou jurisdicā teuerē, q̄ nō impidā eellas execuçā d nossos mādados, nē das sētēças t mādados dos nossos desembargadores, corregeedores, t officiaes de justiça, q̄ pera ello poder tenhā, nē das cartas p̄catorias emiadas de hūas justiças aoutras, nē isslo mesmō mandē aos ouvidores, juizes, t officiaes de suas terras, q̄ nō cūpiā, nē dē aexecuçā os ditos mādados t cartas sein lho primeir ofazer e saber, ou lhe serem mostrados. Nē outrossi defendā aos tabaliães q̄ sobre os taes casos nō dē estorūeros aas partes q̄ os req̄retē: t qlqr dos sobreditos q̄ o cōtrairo fezer, ou cōsentir, sera suspeito da jurisdicā da terra q̄ de nos teuer, em q̄ algūa das sobreditas coulas fezer ou mādar, em quanto nossa merce for

Como as Rainhas & infantes & outros. Fo. xxxvij.

for: t esto se embargo de qesqr cartas t aluaraes q nosso ou dos Reis
nosso antecessores em cõtrairo teuer e. E os seus ouvidores ou ju-
zes, t officiaes, aq ostaes mädados for e aderençados, q os nô com-
prir e, ou os impedir e, ou dilatar e, e correr a aalé da suspensa q aos di-
tos senhores sera feita) e q tro ânos de ògredo pa alé, t mais cincue-
ta cruzados, ametade pera quem oacusar, t a outra pera nossa cimara.

40
in nomi
H 41 170
E qualqr tabaliã q estormentos sobre os ditos casos nô der sendo
lhe requeridos cõ reposa do ouvido: ou juyz de q se agrauarem, ou
sem ell: se adar nô quiserein ao têpo em nossa ordenaçã limitado: por
esse mesmo feito encorrera nas penas q hecôthendo no titulo, dos
tabaliães das notas no parrafo, t otabaliam ou escriuam: t a dada
dos ditos officios em estes casos por aquella vez sique deuoluta a-
nos, posto que ha apresentaçã, ou dada delle pertencesse ao senhoz
da terra: t poderaam ser citados t demandados pera a execuçam
das ditas penas, perante o corregedor da corte, ou da comarca,
qual aparte que oquier acnifar, mais quiser.

Enom os acusandos nq por todas as penas contheudas nesta
ordenaçam, ou por cadahua dellas: mandamos aos corregedo-
res das comarcas, quesendo sabedores q tê encorrido nas ditas pe-
nas, os façã perâte si citar, t ouvidos, dê a execuçã as ditas penas.

41
in nomi
H 41 170
J 35.
Outros si mandamos aos ditos infantes, duques, mestres, mai q-
ses, côdes, t todos os outros senhores t prelados, t atodas as ou-
tras pessoas q de nosteras ou jurisdiçam teuer e, q per si nê per ou-
trê em suas terras, mais foios, tributos, nê de eytos dos qibes per
suas doações por nos cõfirmadas, ou per foraes, t nossas sentenças
for e ou orguadas, possâ per maneira algúaleuar, nê façã p modo al-
gú contra o q dito he en nouaçam algúia, sob pena q qualqr dos sobre-
ditos q oco trairo fezer, ou mädar fazer, seja suspêso (em quanto nossa
merce for) da jurisdiçam q no lugar teuer, onde atal en nouaçã fezer.
Equalquer outra pessoa que em nome dos enhor da terra, ou per seu
respecto leuar mais ou inoiores de reitos, do que por nossas senten-
ças, doações, t foraes, se deuem arrecadar, seja degradado per hum
anno per a fora da villa t termo, t pagara a aparte trinta reaes por
cadahû real, de todo aqullo q mais leuar, aalem daqullo q de reitamente
leuar dcua: t se aparte esta pena nom quiser arrecadar, pode laa de-
mädar t arrecadar qualqr do pouo, t auera per a si ametade da dita
pena, t a outra metade per a os cativos: t aalé desto os almorarises t
escriuães, t outros officiaes dos ditos de reitos q assi oco trairo feze-
rem

O segundo liurop das Ordenações.

re,percão os officios, e os nō possā mais auer, nē outros semelhātes.

¶ E mādamos aos juizes, vereadores, e procuradores do concelho
e q̄ se os ditos dritos mais leuarē, ou iposerē, sob pena de serē degra-
dados douz ânos pera as partes dale, e nūca mais entrarē e officios
horrados, q̄ logo sobre ello faça auto cō testemunhas, e o enuim ao
Regedor da noſſa casa da ſoprizaçā, ao qual mādamos que faça logo
citar apessoas ou pessoas q̄ em esto achar culpadas, e cōtra ellas proce-
der, cōtra os quaes o promotor da justiça terá carreguo de procurar.

¶ Outros si defendeinhos atodos os sobreditos, q̄ nom ponhā em su-
as terras, villas, e luguares, juizes de fora, e leixem aos concelhos
vſar de suas eleições segundo noſſa ordenaçā, e fazēdo ho contrairo
serā suspensos da jurisdiçā do tal lugar por hum anno: e apessoas q̄
fam noſſa liçēnça de tal officio de julgado vſar, paguaraa cincuen-
ta cruzados, ametade pera quem ho acusar, e a outra pera noſſa
camara, e mais sera degradado por quattro annos pera Cepta.

¶ E affi mādamos atodos os sobreditos sob adita pena, que nō po-
nhā em suas terras nē e algūa dellas, meirinho q̄aja dseruir odito of-
ficio, mas deixaraa aos alcaides onde os ouuer feitos segundo noſſa
ordenāçā, e nos outros luguares aos meirinhos postos pelos
cōcelhos segūdos eis atiguos costumes, seruir seus officios, affisperā
te os juizes e officiaes dos lugares onde teuerē oſtaes officios, co-
mo perāte os ouuidores q̄ndo hiforē: pero o aq̄lles q̄ per seus p̄uilegi
os teuerē, q̄os corregeedores nō eſtē em suas terras, poderaa fazer se
us meirinhos, cōnē alaber hū ſoo em todas as terras de q̄ teuer hū
ouuidor, o qual seruiraa e adara a cōtinuadameſte cō oouuidor. E nō
farā meirinhos e os luguares particulares, pera hiauer e destar e mo-
rar, seruindo os t̄es officios. E qualqr̄ pessoa q̄ otal carregó dmeiri-
nho por qualqr̄ das ditas maneiras, cōtra esta noſſa defesa a ceptar e
delle vſar, mandamos q̄ seja p̄ciso, e da cadea pague vinte cruzados,
ametade pa os catiuos, e a outra pa quem os acusar, e mais sera dgra-
dado dorânos pera noſſa cidadē de cepta: e os meirinhos q̄ assitue-
rē cō os ditos ouuidores, nō poderaa citar nē demādar perāte o
noſſo corregeedor dí corte, ou da comarca qual a parte q̄o acusar ma-
is quiser, no modo q̄ atras fica declarado nas penas dos ouuidores.

¶ Outro si se algūis oſdēs, ou luguares religiosos, prelados, ou cui-
tros q̄ s̄qr̄ ſeniores de terras teuerē jurisdiçā dellas per suas doaçōes
ou

Como as Raynhas & infantes & outros. Fo. xxxvij.

ou lhe foi julguada pelo edito geral, q̄ foi feito em tempo del Rey dom Alfonso o quarto, ysaram della naqlla forma e maneira que lhes foy cōcedida e julguada, e nom passara nem maneira algia os termos do contheudo em as ditas doações e sentenças.

46
in nouij 11.
45.17

E se daqui por diante ysar e doutra ou de maior jurisdiçā da q̄ lhes foi outorgada, ou doutros casos q̄ lhes forem concedidos: q̄remos e mandamos, q̄ per esse feito seja a ospēlos atee nossa merce da jurisdiçā da terra, em q̄ o semelhante fezer e, prouadose q̄ se fez por seu mandado, ou cōsetimēto: e ouvidor pague quareta cruzados, a metade para a chāçaria, e a outra para quem oacusar: e para a execuçā das taes penas podera ser demādados perante ocorregedor da corte, ou da comarca, q̄ la parte q̄ oq̄ser acusar mais q̄ser: e se alguem nō oacusar ocorregedor da comarca sabêdo oinadar aa çitar, e demādar polas ditas penas como atrasifica mandado nos capítulos das semelhantes penas.

47
in nouij 11.
41.5.31

E defendemos a todos os senhores e pessoas que de nos jurisdições teuerem, q̄ elles e seus ouvidores nō conheçā de feitos algūs ordenados sobre portagens e juguadas, nē de quaesquer outros direitos reaes que a nos seja deuidos, ou de q̄ lhes tenhamos feita merce, nem tenham almoçar ifes, nē officiaes q̄ dos taes feitos e direitos ajā de conhecer, nem conheçam dos feitos das sisas, por q̄ o conhecimento dos taes feitos pertece soomente a nossos officiaes para ello ordenados, salvo se para ello tenerem nosso expresso e especial priuilegio.

48
in nouij 11.
26.8.22

E se no dito priuilegio ou em suas doações for cōtheudo, q̄ as appellações dos taes feitos e direitos, ajā de hir a seus ouvidores, se entenderaa, tendo o senhor da terra ouvidor por si na villa, ou luguar, onde se tal feito tratar, por q̄ nō oitona dita villa, ou luguar, posto que o tenha e outras terras da mesma sua jurisdiçā, nō hir a as taes appellações nem agrauos, ao dito seu ouvidor, mas hir logo diretamente a nossa corte, onde quā de hir dāte os seus ouvidores: e esto posto que por seus priuilegios, ou doações, ou por esta ordenaçā, os seus ouvidores possā conhecer por appellaçā ou agrauo, estando fora da ditta villa, ou luguar, onde se ademāda trata e he acotēda, por quanto achamos q̄ as taes clausulas postas no dito priuilegio, ou doação, e ordenaçā, sā soomēte pas cōtēdas átrepartes, e sobre outras cousas, e nō sobre os direitos q̄ deue paguar: por q̄ seria cōtra nossa cōciēcia, se sobre os direitos q̄ se hād pagar ou nesse as ptes d sofrer tātas dilações e despesas, como seria de hir em buscar os ouvidores dos senhores fortas terras, onde lāas cōtēdas, e cō menos opressão q̄ taes priuilegios

O segundo liuro das Ordenações.

gios teuerem, podêpoer pera ello em cada villa ou luguar huū ouuidor. E por tanto auemos por seruiço de deos t descarreguo de nossa conçiençia, de assi se comprir t guardar.

COutro si mandamos, qas Raynha, t infantes, t outros senhores de qualquer dignidade t estado q sejā, nō conheçā por si nē por outrem, dos feytos dos aconthiados ou apurados pera nosso seruiço, que se ordenarem por razam das ditas cōtias, ou apurações, ou das armas, ou caualos, que hain de ter pera nosso seruiço.

CItē nō dē cartas despacho de diuidas alheas, ou de qualquer obri-
guacām, nē de restituçā de fama, nē dperdam, nē algūa outra carta
graçiosa, que contenha em si graca t mereçē geral ou especial.

CE se os senhores das terras fezerem, ou vsarem das couisas aelles
aqui defesas, ou de cadahūa dellas, nom astendoem suas doações,
foraes, t sentenças, posto que possam dizer, que por costume tē mais
do em ellas contheudo: queremos que polo mesmo feito sejā suspen-
sos da jurisdiçām da tal terra em quanto for nossa mereçē, t esto nos
casos em que nom temos postar t declarada certa pena: t os seus ouvi-
dores, t justiças, t officiaes que de semelhantes couisas vsar ē, encor-
reraam em pena de quatro annos de degredo pera alem, t de cincuen-
ta cruzados, t seram por elles demandados, per a maneira que nos
capitulos das outras penas a cima ditas mandamos que se faça.

CE se algum dos sobreditos daqui em diante fezer ho contraíro do
q em esta nossa ordenaçām hecōtheudo, aalē das penas atras decla-
radas, queremos quetal posse, vso, t costume seja nínhum t de ni-
nhum efecto t vígor, nem possam por tempo alguū aquirir dereito,
por quanto auemos por danado tal costume t posse, posto que seja
immemorial: t mandamos aos corregedores que tenhā grande cui-
dado, de sempre saberem como cadahuūvs a da jurisdiçām, t se leua
mais dereitos, t nolo faça saber quando opor si nom poder correger.

CE posto que todo assi por nos seja estabelecido t ordenado, nom
he nossatençām em algūa parte quebrātar, nē deroguar os priuilegi-
os pelos Reys nossos predecessores aas Raynhas destes reinos da-
dos, t per nos confirmados, porque queremos q em todo lhe sejam
compridamente guardados, segundoem elles for contheudo.

CE mandamos q os infantes, duques, mestres, marqueses, cōdes,
t outras pessoas de qualquer dignidade, estado, t cōdiçām q sejā, nō
dem cartas, nem aluaraes de priuilegios a pessoas algūas, porq os
ajam por priuilegiados t escusados dos encarreguos t servidões

dos

corr. de pax art. 6. n.º 238
ad fin. Dab. m. s. fund. pax
n.º 3 realas. - 2.º m. cons. 1670.
an. p. cum seg. an. idem
sit dñi in uribz regalibz
re. vala. 1.º m. cons. 1670.
14 priuilegi. 20 v. de c.
esph. q. 8. n.º 36

49 in nou
4958.33

50 in nou
4958.40

51 in nou
4958.55

52 in
nou
4958.65

53

54
nou
4958.77

Como as Rainhas & infantes & outros. Fo. xxxix.

Dat. ad. iunij mense nro b. Capr. et Cor. lib. 4
dos concelhos, nem doutros algúis: t se algúas cartas ou mādados em contrario desto passarem, mandamos q os nō guardē, nem se faç por elles obra nem execuçā, segñdo por el Rei dō Duarte meu auo, t por el Rey dom Afonso meu tio, foi determinado t ordenado, per ho assi sentirépor bē dopouo: t qualqr pessoa que otal priuilegio tomar t delle quiser vſar, seja preso t degradado hum anno pera nosſa cidadede Lepta, t pague da cadea dez cruzados pera quem ho acusar: t a execuçā das ditas penas queremos q faça qualquer julgador aque as taes cartas t aluaraes forem apresentadas, sob pena de paguar vinte cruzados, ametade pera quem oacusar, t a outra pera os cativos, t mais ser suspenso do officio seis meſes. E os juizes t officiaes que os taes priuilegios, cartas, t aluaraes comprirem t guardarem, ou mandarem guardar: auemos por bē q percam os officios zos nom possam mais auer, nem outros ninhūs officios hōrrados sem nossa especial t expressa prouissam, t mais paguaraa cada hum vinte cruzados, ametade pera os cativos, t a outra metade pera quem os acusar: t estas mesmas penas aueram os juizes t officiaes, que per cartas t aluaraes dencomenda de senhores de terras, ou quaesquer outras pessoas, escusarē das fintas, seruétias, t qesçr outros encarreguos t seruiços do concelho, aqllies q nom forecridados, ou amos, ou detal qualidāde, que por razā dos priuilegios desse cujos forem, hā deser excusos: t mādamos aos corregedores das comarcas, t aos ouvidores das terras onde corregedores nom entrarem, q tenham especial carreguo de executarē t fazerem executar as sobreditas penas, em aquelles q nellas encorrerē: sendo certos que nom ofazendo assi, auerā aqlle castigo q por sua culpa t negligēcia merecerem, porq soomente queremos q sejā excusos dos taes encarreguos aquellas pessoas q teuerē nossos priuilegios por nos assinados, ou por nossos officiaes peraello deputados, t assellados t passados poia noſſa chancelaria, ou amos, criados, t caseiros daquellas pessoas, q por bem de seuſ priuilegios sain excusos dos encarreguos t seruidōes dos concelhos, porque as taes se guardaraa, como nos priuilegios de cujos forem for contheudo. E porem sem embarguo do qdito he, a Rainha t principe poderaa excusar soomente em suas terras quem lhes aprouuer, dos encarreguos t seruidōes dos concelhos das ditas suas terras, t nom doutros algúis, t esto por via de mandado t nom priuilegio.

Dat. vbi. n°
E isso mesmo ninhā de todas as sobreditas pessoas n̄ m̄ dara carta

O segundo liuro das Ordenações.

carta desudeyro aoutras algúas pessoas, salvo aaquelle que criarem, t verdadeiramente tirarem por escudeiros, trazendo os acaualo em sua casa, t dandolha doutra maneira, sera de níngum vi-
guor t efecto, t lhenom seram guardadas.

*Hincus b.
48/839* ¶ Item se algúas pessoas amostrarem cartas, ou aluaraes nossos,
porque os tomamos por escudeiros em nossa guarda t encomenda,
seríheam soómente guardadas aquelas liberdades, que expressamente
nas ditas cartas ou aluaraes lhe mandarímos guardar, t outras
ninhúas nam.

*Innois A.
48/530/2* ¶ Item mandamos a todos os ouvidores, juizes, t aquaesquer
outros officiaes da Rainha, príncipe, infantes, duques, mestres,
marqueses, còdes, senhores, t todas outras pessoas que denos teue-
rem terra com jurisdiçam, qnom ponhã nenhúas penas pera as châ-
çelarias, t que a cerca das ditas penas cumprã t guardem inteiramē-
te ho que mandamos aos nossos corregedores noliuro primeiro
titulo, da chancelaria das comarcas, sob pena de aquelles que oco-
ntrairo fezerem, encorrerem nas penas que aos ditos nossos correge-
dores por adita ordenaçam posemos, t serem por elles assi demanda-
dos, t nelles executadas: t o senhor de terra ou jurisdiçam, que as po-
ser ou consentir poer a seu ouvidor, seja suspenso da jurisdiçam em
quâto for nossa merça: t se algúia partenoim acusar polas ditas penas
os ditos ouvidores t officiaes, mandamos ao corregedor de nossa
corte, t assi ao da comarca, que sabêdo que elles passaram nesta par-
te nosso mandado, os mandem perante si çitar, t ouvidos, executem
nelles as ditas penas, sendo nellas comprendidos.

¶ Titulo. xxvij. Da jurisdiçam que he- dada nos capitães dos luguares Dafrica.



S nossos capitães q per nos esteuerem em os nossos lu-
gares daem, terã esta jurisdiçam t maneira em os cri-
mes t malefícios cometidos em os ditos luguares: cõ-
uem asaber nos malefícios em quem nom couber pena de
morte, ou cortamento de membro, poderaão os ditos capitães conde-
nar t mandar executar suas sentenças, segundo lhe per dereto pa-
reçer que deuen ser os malefícios punidos, sem de taes sentenças dar
appellaçam nem agrauo.

¶ Enos casos onde couber pena de morte, ou cortamento de mem-
bro

Da jurisdiçā q̄ he dada aos Dos offiçiaes delrei. Fo. xl.

bro, darā geralmente appellaçam ou agrauio peranos, salvo sómēte nestes casos que se segueim: connéasaber traiçā, sodomia, furto, roubo de navio que leuam ou queiram leuar dos luguares donde forem capitāes. E se algum quebrātar aseurança que per nos mesmo t em nossā pessoa seja posta t dada, ou saltar per cima dos muros, com preposito t tençam de fazer mal: em taes casos como estes t cadahū delles, poderaam os ditos capitāes mādar punir t justiçar os malfetores, segundo o caso for t lhe per direito parecer, sem dar appellaçam nem agrauo. Morem se em as cartas t regimētos dos ditos capitāes, lhe for outorguado que em outra maneira vlem da jurisdiçā, comprirsea o que nas ditas cartas ou regimētos for contheudo, sem embarguo desta ordenaçam.

2. **Q** E os ditos capitāes darā milicēça aos homiziados q̄ esteuerē contados nos ditos luguares, per a virem a estes reynos, segundo diremos no título, dos coutos ordenados pera se coutarem: t aos degradados nom darā milicēça algūa, segundo diremos no título, cm que luguares nom entraraam os degradados.

Titulo. xxvij. Dos offiçiaes del Rey que lhe farta, ou cō malicīa deixāperder afazēda do ditosenhor.

Q ualquer nosso offiçial, ou outra pessoa q̄ algūa couça por nos ouver dereceber, guardar, ou despender, ou nossas rēdas arriadar, ou por qualqr outra maneira administrar, se algūa das ditas couças furtar, ou malicio sam enteleuar, ou leixar furtar, ou leuar aoutrem, perca o dito offiçio t outra qualquier couça que de nos teuer, t paguenos o preço ou valia daquelle que assi for furtado ou leuado, anoueado, t aalem desto auera pena de ladram, segundo a quantidade da couça for, t por nossas ordenações aos ladriões he ordenada.

Q E as ditas penas aueram isso mesmo luguar em quaequer offiçiaes nossos de qualquier offiçio q̄ seja, que derē ajuda, ou cōçelho, ou fauor aos offiçiaes contheudos nesta ordenaçam, pera cada hūa das ditas couças fazer.

Titulo. xxix. Das liberdades & priuilegios outorguados aos rendeiros, t como podē encampar as rendas polas injurias que lhe forem feitas.

Todo

O segundo liuro das Ordenações.



Dodos nossos rendeiros q̄nossas rendas teuer e sejā escusos de com elles pousar e nelhes tomen da pousentadaria suas casas de morada, adeguas, cileiros, e estrebarias: t assilhes nom seja tomado roupa, pā, vinhos, azeites, palhas, gualinhas, bestas, nem outra nenhūa couisa do seu contra suas vontades. E defendemos a todos apousentadores de nossa corte, e das villas e luguares de nossos reynos e senhorios, e aquaesquer juizes, e justicas, e pessoas que pera ello poder tenham, que suas casas, nem as couisas sobreditas lhes nom tomē, e ocupram assi, sob pena de qualqr dos sobreditos q̄ncom comprir, paguar por cada vez (que contra ello for) dez mil reaes brancos, ametade pera os catiuos, e a outra metade pera o meirinho, ou alcaide e seus hoynēs que esta execuçām fezerem: aqual execuçām sera feita per mandado dos nossos veedores da fazenda que dello conheçeraam nos luguares onde esteuermos, e arredor q̄nco leguoas. E acoteçendo que em outras partes se tomēas ditas couisas e os ditos rendeiros pera algūas apousentadorias, se fara adita execuçām per mandado dos nossos contadores das comarcas. E mandamos aos ditos meirinhos e alcaides, que ccm toda diligēcia cumpram os seus mandados, sob pena de paguarem outro tanto por cada vez que os nom comprirē: t aalē desto poderaão os ditos veedores e contadores, proceder contra huūs e outros com pena de prisām e degredo, e quaesquer outras penas que aos sobreditos parecer neçessario pera se o sobrēito comprar: t ao nosso corregedor da corte mandamos que os ditos mandados mande logo dar a execuçām, porque assi auemos por bem e nosso seruiço.

E assi auemos por bem, que elles possam andar em bestas muiares de sella, sem embarguo de nossas ordenações que em contrair e possam ser feytas, e lhe nom sejam coutadas: t possam isso mesmo elles e seus requeredores trazer as armas que quiserem, assi de noite, como de dia, nos luguares defelos em toda a comarca em que forem rendeiros, e lhe nom sejam tomadas, salvo sendo achados que fazem com ellas o que nom deuem.

QOutro si auemos por bem que os ditos rendeiros sejam escusos de seruirem em guerras e armadas: t sendo elles chamados per nossas cartas, ou requeridos por algūas pessoas e senhores ccm que viuerem, queremos q̄ estee em sua escolha, h̄irem ou nam, porque pera ello mandamos que nom sejam costrangidos em quanto durar ho tempo.

Das liberdades & priuilegios outorgados aos. Fo. xlj.

tempo de seus arrendamentos.

Emandamos, que o contadoz conheça dos feitos dos ditos rendeiros: assi no ciuel, como no crime, conuem asaber nos crimes dos malefícios que cometerem, despois de serem rendeiros: e em quanto durar o tempo de seus arrendamentos. **O** quenô auera a luigar, quando algüs rendeiros dormirem com molheres enfeis, porque em tal caso nom gouiraam deste privilegio, nem menos nos malefícios quae quer que lesam, que teuerem cometidos ante de serem rendeiros, quer delles seja quer elado, quer nom quer elado. **E** nos ciues gouiraam deste privilegio em todos os casos, assi os que tiverem naçimento antes de serem rendeiros, como durando o tempo de seus arrendamentos, se ja nom eram citados perante outros juizes, antes de serem rendeiros: o que auera luigar, assi nos ciuicis, como nos crimes, nos casos em que forem Reos: por que nos que forem autores, nô gouiraam deste privilegio. **E**sto nô sendo os tales casos sobre nossas rendas, e de q o conhecimento pertêce a nos sofficiaes da fazenda per regimento de seus offícios, e nossas ordenações. **O**s quacs feitos, assi ciueis, como crimes, em que forã citados perante os ditos contadores, sendo rendeiros, e alide forja contestada, ao tempo que deixam de ser rendeiros, nô remeterão animhüs juizes, mas seram findos perante os ditos contadores, assi como se durasse ho arrendamento.

Esendo caso, que algüia pessoa aja sentença de algüia causa contra algüia outra pessoa, em que se deua fazer execuçam, o qual despois de assi ser condenado se fezer nosso rendeiro: mandamos que a execuçam dadita sentença se faça, per mandado daquelle que deu, posto que o condenado seja nosso rendeiro: e se algüs embargos forem postos pelo dito condenado da execuçam da dita sentença, ou remataçam dos penhores, isso mesmo seram desembargados pelo julguador, que ha assi deu: porem os despachos que ostaeis julguadores nos tales feitos derem, elles os mandaraã notificar aos nossos contadores das comarcas, e officiaes sobre que as tales rendas carregarem, pera se comprir, prouerem aello, e requererem oq lhes parecer nosso serviço. **E** nô ho fazendo os ditos julguadores assi, se auera a por elles toda aperda, que em nossa fazenda por ello se seguir.

E se algüia em sendo nosso rendeiro for condenado por sentença dos veedores de nossa fazenda, ou contadores das comarcas

f **e depois**

O segundo liuro das Ordenações.

E depois da dita condenaçam hõ leixar de ser, a execuçā da tal sentença se faça por mandado de quem a deu: t se acerca da dita execuçam, ou arremataçam dos penhores, fore dados algūs embargos, seriam isso mesmo despachados pelos ditos veedores, ou contadores que tal sentença derem.

6
E se noluguar nom ouuer contador pera conhecer dos feitos aça-
ma ditos, t ouuer almorarife, elle soo almorarife conheça dos di-
tos feitos sem mais hiracontador: t se h̄ nō ouuer contador nem al-
morarife, mandamos q̄ em tal caso, qualquer delles que mais acer-
ca for donde for cometido o malefício, come ho conhecimento del-
lo, ou onde o Reo for morador, nos feitos çueis. E qualquer coufa
q̄ sahir dante o almorarife, assi dagrauo, como dappellaçam, que nō
forem de nossas rendas, ou q̄ dellas depēdam: mandamos que nom
vaa ao contador nē aos veedores da fazenda, mas vaa aaquellas jus-
tiças a que por dereyto t ordenaçam pertençer de h̄, se os juizes
da terra de tal feyto conhecessem: t este modo t maneira manda-
mos que se tenha, quando o contador conhecer.

7
Porém orendoir de nossas rendas que nom chegar a contia de
vinte mil reaes, nom gouiraa de pruilegio alguū de nosso rendeiro.

8
E defendemos aos ditos contadores, t almorarifes, t aquaes-
quer outras pessoas que em seu loguo conhecerem, que nom dem ni-
nhum rendeiro que for preso por feito crime, sobre fiança, nem afiado-
res carçereiroz: t fazendo o contrario, encorrreraā em as penas con-
theudas em nossa ordenaçam, no quinto liuro no titulo, que nō seja
dado sobre fiança. Porém se o crime porque for preso, for tal, q̄ proua-
do, nom mereceria mais q̄ douz annos de degredo, nom sendo caso
doffensa a algū official de justiça, podeloā dar em fiança naq̄lla quan-
tia que lhe bẽ parecer, por onde assi aparte como a justiça estem segu-
ros: o que assifaram quando arenda de que assi o dito preso for ren-
deiro, em outra maneira senopodesse bem arrecadar.

9
Outro si defendemos aos nossos veedores da fazenda, assy da
nossa corte, coim o das comarcas, q̄ nem por noua auçā, nem por
agrauo, nem appellaçā, nem por estormentos, nē por outro modo al-
guim, come em conhecimento de nínhum feito crime q̄ a rendeiro per-
tença, posto que seja malefício cometido noluguar onde elles esteue-
rem, mas antes leixem o conhecimento dello ao almorarife, ou cota-
dor, segudo a declaraçam sobredita. E bẽ assi nō tomaraam conheci-
mento de nínhūs feitos çueis, que antre partes sejam, t nom depen-
derão

Das liberdades & priuilegios outorguados. Fo. xlj.

derem de nossas rendas, & esto sob pena detres mil reaes pera a parte contraria: & se aparte os nom quiser, mandamos que se apliquem pera os catiuos, & mays os autos que se perante elles proceſſarem seram ninhūs.

¶ E defendemos ao contador, que onde o conhecimento pertencer ao almoxarife, que nom tome conhecimento do dito feito: & assi mesmo defendemos ao almoxarife, que onde o conhecimento pertencer ao contador segundo ho modo suso dito, nom tome conhecimento do dito feyto, sob a dita pena de tres mil reaes, & mais os autos & procedimentos seram ninhūs.

¶ Item porque ouuemos por enformaçam, q em algūs luguares de nossos reinos & senhorios, algūas pessoas por nom quererem pagar assa, segundo sam obriguados, ou por danificarem aos nossos rendeiros, & os fazerem perder em suas rendas, quādo as os ditos rendeiros correm & recadam, segundo per nossos artigos he ordenado, as ditas pessoas lhe impidem seu arrecadamento, & tambē os ameaçam, prometendolhe biferadas & pancadas, & os injuriā de muytas palavras desonestas & injuriosas, per cuja causa elles nem poden arradar as ditas rendas como deuen, & perdem muyto nellas, & algūas vezes nos requerem por ello encampaçam: oq nom auemos por bem feito, porq nossa vontade he, q os nossos rendeiros sejam de todos fadoreçidos & honrrados, & que sem temor de pessoa algūa possam correr & arradar nossas rendas, por tal quenellas folguē de creçtar, & q por receodas semelhantes ameaças & injurias, as ditas rendas nom recebā abatimento algū. E porem querendo nos sobre ello prouer, como se ho semelhante evite & sefaça no modo que deue, como anoso seruiço compre: mandamos atodas as pessoas de qualquer sorte & qualidade q sejam, que sobre oreqrer & arradar de nossas rendas, & por lho impedir nom ameaçen ninhū nosso rendeiro, ne odesonrrem, nem façam ou diguā tal injuria, per q elle possa auer temor, & deixe de requerer oque aeile comprehenas ditas rendas, ou possa perder cosa algūa dellas: & qualqr que ocontrario fezer, & contra algum rendeiro for, da maneira que dito he, ou lhe impedir seu arrecadamento per cadahūa das maneiras sobreditas: auemos por bem que tal rendeyrolhe possa encampar adita renda, no ponto & testa do en que atener ao tempo em qlhe otal acontecer, com mais trinta mil reaes, que queremos que sejam pera o ditorendeiro, pelo guanho que nella podia auer & seu trabalho: tendo porê atal pessoa bēes & fa-

O segundo liuro das Ordenações.

zenda, per onde se todo possa auer. E se tanta fazeda nom teuer, toda aqlla q lhe for achada, seja tomada pera nos pello nosso almorari fe sobre qatal renda carreguar, e qtl tomaraa ao dito rendeiro (o que se por ella poder auer) em paguamento, e desconto da dita renda: e aalem dello ao dito rendeiro fique resguardado seu dereito, poder lhe demandar aenjuria, segundo a qualidade da causa. E oconheçimento de todo queremos que pertêça aos nossos veedores da fazenda, no luguar onde esteuermos, e arredor çinco leguas. E nos mais arredados de nos aos contadores das comarcas, e almorarifes, onde os contadores nô esteuarem, cõ appellaçâ e agrauopera os ditos veedores. E porê se otal rendeiro teuer arenda por annos, nô a poder aa encampar se nã aqllle anno, em q tal caso acontecer. E sendo a dita renda de contia de quarenta mil reaes pera baixo, ficaraa em tal caso no aluidro de nossos veedores, darâlhe da contia dos trinta mil reaes da encampaçâ, aqlla parte q lhes bê parecer. E o dito rendeiro em quanto nom for julguado por sentença final, e apartenom quiser tomar a encampaçâ correrâa a dita renda tee ser julgado, e por aassi correr, nom lhe farâa per juizo a seu dereito.

Titu. xxx. Que os thisoureiros, almoxarifes, ou recebedores del Rey, nom dê os dinheiros do dito senhor avsura, nem emprestê, nê dê sem seu mädado cousa algua suam nelle, nê os q por elles seruirê, nê os escriuâes dâte elles nô dem conhecimêtos, do q verdadeiramente nom receberem.



S nossos thisoureiros, almoxarifes, ou recebedores, é quanto os ditos officios d nos teuerê, nô dê nossos dinheiros aguâço algui, nê sairâ das suas mãos, nê emprestê, nê tirem da sua mão outra qlquer cousa nossa, q em seu poder e guarda tenhâse nô per aqllles aque os nos mandarmos dar, ou pera delles se fazer oque nos mandarmos, sob pena de pruaçam dos officios, e perdereim pera nos todos seus bês.

Outros nô dem espaço de tempo, por aquello q anos for deuido sem nosso especial mandado: e qlquer q ocontrario fezer pague a nos q tro vezes tanto, como era acousa aq deu espaço de tempo, e aalê desto seja degradado pera os nossos luguares dale ateie nossa merce.

E porque algûs nossos officios q recebê nossos dinheiros, pão, mercadorias, e outras coucas, quando mandamos quedê suas con-

Que ostisoureiros. Da ordenança q̄ terá os. Fo. xliv.

tas por que do que assi recebem, tem gastado algúna parte no quelhes bem vêm) fazê com os officiaes que entrâ a seruir seus officios, q̄ lhe deu conhcimentos em forma, das couſas que assi tē gastadas, nos quaes confessam q̄ as tem delles recebidas, e de foralhe dā segurâça delho paguarem açertotempo, ou lhe darem outros conhcimentos das ditas contias, a o tempo que tornâ a seruir seus officios: e por que isto hemuyto dâno e perjuzo de nossa fazenda, defendemos a todos nossos tisoureyros, almorarifes, recebedores, e pessoas que nossos dinheiros, pam, mercadorias, e couſas outras recebem, assi nestes nossos reynos e senhorios, como foradelles, em qualquer parte que seja, que semelhante enguano nom façã: e isso mesmo lhe defendemos, que dinheiro algúnom entreguê aos ditos officiaes que em seus cargos entrarem, porq̄ queremos q̄ os taes dinheiros sejam trazidos a anossa fazenda, e entregues ao oficial pera ysto ordenado. E defendemos isso mesmo aos escriuães dos ditos carregos, queta es conhcimentos nō façã, porq̄ nō auemos por bem q̄ os passem, se nom daq̄llo q̄ por seu olho virê receber, sob pena de qualquer oficial q̄ semelhante conhcimento der ou receber, e assi o scriuam que o passar, perder pera nos toda sua fazenda, e ser degradado pera todo sempre pera a ilha de san Thome. E esto se entêderaa, assi naq̄lles de q̄ os taes officios fore, como em quaelquer pessoas que velles fore encarreguados por pouco tempo, ou por muyto.

Titulo. xxxij. Da ordenança que teram os sacadores del Rey, e que corram os pregões sem embar guo dos espacos.

Snossos sacadores e porteiros, nom leuara à dínhetro algú, nem outracousa daq̄lles q̄ penhoraré, por as pe nhoras q̄ lhe fizeré, nē polas entregas das taes penhoras, nē polas vēdas e arrematações q̄ dos beēs dos ditos devedores fezerem, nē pola entrega q̄ fezerem aos compradores dos beēs quelhe forā arrematados (porque pera taes couſas fazeré, hain de nos os mantimentos que com os ditos officios lhe sam ordenados) sob pena de penaçam dos officios, e paguarem em dobro a aparte todo o que lhe leuarem.

Outro si nom leuara à couſa algúia por poerem as paguas nos ro es quelhe forem dados pera arrecadar em aquello q̄ a nos for deuido,

f 113 mas

O segundo liuro das Ordenações.

mas tanto quelheas ditas paguas forem feitas, as ponhā, ou façā logu o poernos roles, ou liuros, em que os ditos deuedores andarem escritos, sem por ello leuar e causa algua sob apena sobredita.

E quando os ditos sacadores, ou porteiros, forem fazer as ditas penhoras, se cōsiguo leuar e escriuam jurado, perante elle e perante testemunhas façam as ditas penhoras, para se saber quaes e quantos penhores foram tomados: e se nō leuarem escriuā, e lhes cōpir de leuar tabaliā, nom seram as partes cōstrangidas paguar ao dito tabaliā causa algua: mas ho sacador ou porteiro que ho leuar quiser, sera obrigado paguar ao dito tabaliā aquello que lhe derytamente pertencer, assi da hida, como da escriptura que em ello fezer.

E quādo os ditos sacadores ou porteiros fezerem taes penhoras sem tabaliā ou escriuam, fali shā per ante testemunhas como dito he, e farā loguo assentar ao escriuā do officio, ou abū tabaliā pubrico, onde foram feitas, e os nomes das testemunhas q̄ presentes foram. Peroo q̄ndo o tabaliā for chamado pola pte, por ella querer q̄taçā do q̄ paguar, ou q̄lhe seja dada certidā dos penhores q̄ lhe sam tomados, ou quiser fazer algū reqrimento ao sacador ou porteiro: em taes casos elle sera obrigado paguar ao dito tabaliā todo aquillo quelhe vereitamente pertencer, assi da escriptura, como da hida. E quādo o dito tabaliā nō for leuado ataes autos por reqrimento da parte, posto que la vaa a querimēto do sacador ou porteiro, nom sera a dita parte obrigada pagar, senom a escriptura do q̄ aseure qrimento fezer.

Outro si se os ditos deuedores mostrarem aos sacadores, ou porteiros cartas de quita do q̄ deue, ou despachos q̄lhejam dados, e aos ditos sacadores ou porteiros comprir os treslados das taes pruissões, serlheam dādos acustadas as partes que os assi mostrarem.

E os sacadores ou porteiros q̄ ouuerem de arrecadar as dizeinas das senteças em q̄ os deuedores se jā cōdenados no principal e penas farā execuçā pola dízema do principal: e nō cōstrangeraā os cōdenados pela dízema das penas, saluo quando os credores tirar e sentença cōtra os deuedores do principal e penas, ou quando os ditos sacadores acharem, que os credores leuaram as penas aos deuedores.

Outro si os deuedores nom seram cōstrangidos paguar o q̄ deuem, senom nos luguares em que sam moradores: e os sacadores ou porteiros nom os obliguara am leuar o q̄ assi deuerem aos luguares onde viuem os almorifes ou recebedores, saluo se elles se obliguaram la leuar os paguamentos, ou forem obrigados per razām dos officios

Da ordenança que teram os sacadores. **Fo. xlviij.**

Offícios que tem de arrecadar e receber os dinheiros, e leualos aos ditos almoxarifes ou recebedores, ou forem obrigados per razam das rendas que tem dos almoxarifados, quando nos lugares onde viuem nom haverem recebedor.

Qoutros si mandamos aos ditos sacadores e porteiros que primeiramente façam as penhoras e execuções nos bens do principal devedor, ou de seus herdeiros se forem achados: e não se achado, entam as façam nos bens de seus fiadores. E não sendo achados bens do principal devedor, ou de seu fiador, entam citê e demandê aqüelles que possuir em quaesquer bens q̄ foram vedidos, ou emalheados per o principal devedor, depoys de nos ter seus bens obrigados: e auendo contra os tais possuidores sentença, entam façâ contra elles as execuções como dito he.

E quando onoso devedor em sua vida vender, ou emalhear os seus bens queja nos tinha obrigados a desluiradas pessoas, ou per sua morte ficaram dous herdeiros, ou mais: os ditos sacadores e porteiros nom farão execução contra huius loo dos ditos herdeiros, ou possuidores, mas far-sea execuçam cōtratodos, por aqlla parte q̄ cada huius ouie dos bens do dito devedor per herança, ou compra, ou qualqr outro titulo. E esto se elles todos teuerem bens em aqlla comarca, em que os sacador teuerem ho carreguo de fazer as execuções. E se algúis delles nō teuerem bens nessa comarca, fara execuçam por toda a diuina, nos bens dos outros herdeiros, ou compradores q̄ teuerem em adita comarca, q̄ socederam ou ouueram do dito devedor que a essa diuina era obrigado, sendo os possuidores primeiramente citados.

Qoutros si quando os ditos sacadores e porteiros nō acharem bens do principal devedor, ou de seus herdeiros, q̄ do dito onoso devedor herdasse, nem dos seus fiadores: e se ouuer de fazer execução nos bens dos devedores de nossos devedores, mādamos q̄ tal execuçā se nom faça em seus bens, ate elles primeiramente serem ouuidos: e achado q̄ ver dadeiramente ho sam, entao bens desses devedores dos nossos devedores andem em pregua, tanto tempo quanto andariam, se as execuções se fizessem arquimento da q̄lle aqüelles forem obrigados. E nō abastara a andar em pregua nō ue dias, se forem mouéis, nem vise e sete dias, se forem de raiz, como deuen andar os q̄ se vendē a nossos devedores, ou a seus fiadores: e guardar-sea em adita remataçam toda aquella solenidade q̄ se deuen guardar nas execuções que se fazem pelas diuidas de quaesquer outras priuadas pessoas.

f iiiij **E**peroo

IIIIZ. oI O segundo liuro das Ordenações

¶ E per oose o deuedor d' nosso duedor lhe for obrigado per razā da
gūiauēça, ou contracto q̄ el tenha feita cō honosso deuedor que per-
tença a aquella ieda ou trato, per q̄ o dito nosso deuedor nos he obri-
gado: em tal caso se vēderaā seus bēs, t̄ se fara em elles execuçā como
se deue fizer nos bēs do dito nosso duedor, assi como p nossa diuida.

¶ Outro si se algūn nosso sacador, ou porteiro, leuar o r̄ol da quello que
nos he deuido, t̄ por ellereceber dalgum nosso deuedor, aquello que
no dito rol for contheudo, t̄ lhe nom poser a pagua: se o dito deue-
dor quiser prouar per testemunhas, que pagou ao dito sacador ou
porteiro acontia posta no dito rol, podeloa fazer. E mandamos que
como o dito deuedor tal pagua prouar nom seja mais constrangido
por aquello que ja pagou, posto que se digua que o dito sacador ou
porteiro nom tinha poder pera tal paguamento receber, t̄ nos
aueremos aquella contia pelos bēs do dito sacador ou porteiro que
areceber, anoueido, com aquella penacrine que for nossa merce.

¶ E se os ditos sacadores ou porteyros penhorarem algūs nossos
deuedores em bēs mouéis, nos termos das villas t̄ luguares, tan-
to q̄ adita penhora fezerē, poeraā esses penhores per conto t̄ recado
em māo de hum vizinho do dito penhorado, que seja fiel t̄ ydonio
per atraes penhores ter: t̄ se os ditos penhores forem abastantes, per
que nos possamos auer todo o que por o dito penhorado nos he de-
uido, ou posto q̄ nom sejā, se o dito deuedor tener outros bēs, per
que adita diuida se possa auer, t̄ elle requerer q̄ os ditos penhores nō
sejam leuados aas villas t̄ luguares, t̄ se vēdam no luguar onde este-
uerem, t̄ q̄ os h̄am por apregoados (passados os noue dias) os ditos
sacadores t̄ porteyros os venderaā t̄ remataraā no dito luguar, sem
fazerem mais custiao dito deuedor em os leuar aas villas t̄ lugua-
res, sendo o dito d̄i tal parte escripto per tabaliam ou escriviam,
t̄ assinado pola parte pera em n̄hum tempo nō neguar o que disse.

¶ E nom sendo os ditos penhores abastantes, ou nō tendo o dito de-
uedor outros bēs per que nos possamos auer todo o q̄ nos for deui-
do, entam se passados os noue dias nom paguarē, t̄ aos ditos saca-
dores t̄ porteyros parecer que se acharaā mais pelos ditos penhores
sendo leuados aas villas t̄ luguares, os leuarā aellas a acosta dos
ditos penhorados, sendo os ditos deuedores requeridos que vā ver
como se os ditos penhores rematam: pero se elles quiserē dar bestas
ou homēs, em que se leuen por menos sua custa, os ditos saca-
dores t̄ porteyros os leuem nas bestas ou homēs que pelos ditos pe-
nhorados

Da ordenaçā q̄ terā. Que as herdades noua. Fo. xlvi.

nhorados lhe forem dados, e nas praças e ruas publicas das ditas villas e luguares se venderam em preguam, e remataram aquē por elles mais der, e nom seram obliguados aos mais trazer em preguam, saluo odio em que se arrematarem, pois os noue dias sam passados, e aos devedores aprovue os auerem por apreguados.

Etudo esto que dito he neste titulo, auer aluguar nos sacadores, ou moordornos, ou porteiros, que por nos ou os Reis passados forem dados aos prelados, e mestres, e ordens, e outras pessoas que de nos tenham poder pera executar e constranger, quando forem penhorar seus devedores.

Em todo ho maſ em que esta ordenaçā em nom contrariar, ao que he contheudo no titulo, das execuções que se fazem geralmente, se guardara as ditas execuções o que hi dissemos.

Emādamos q̄ quādo dermos espaços pera algūas pessoas nō se reexecutadas em suas fazēdas, ou diuidas: e ao tēpo q̄ os assi drmos os tias devedores forem ja penhorados, q̄ os taes penhores andem em p̄guā ate e de todo acabar e os pregões q̄ pera se fazer arremataçā se hā d̄ dar, e aarremataçā soomēte ficara a por fazer ate se acabar o espaço q̄ assi dermos, e acabado o espaço se fara arremataçā (nō semestrado outra prouisam, pera senō fazer) a qual arremataçā se fara sem mais os bēs assi penhorados andar e em p̄guā q̄ aq̄lle dia darremataçā, e se mais aparte ser citada pera a dita arremataçā posto q̄ o espaço fosse por muito tēpo, o q̄ reimos q̄ aq̄ lugar, assinos espaços q̄ dermos em nossas diuidas, como em q̄sqr outras de priuadas pessoas,

Titulo . xxxij . Que as herdades nouas mēte guācadas por el Rey nō sejā auidas por reguēguos nē gouuā dos pruilegios aos reguenguos dados.

Salgūas herdades ou outros bēs de raiz forem aqueridos a nos taaco: da de nossos reynos, por nos serem dados, ou leixados em paguamento de nossas diuidas, ou per qualquer outrotitulo, taes bēs nom sejā auidos por nollos reguenguos, nem gouuiraā das liberdades e pruilegios dados aos ditos reguēguos, nem as pessoas que em taes herdades ou bēs viuer ē gouuiraā dos pruilegios cōcedidos aos nossos reguenguiros, e q̄ mo:ā em nossos reguenguos, seram constrágidos pera avzinhança e encarreguos dos concelhos, assi como em tempo que os ditos bēs eram das pessoas priuadas, de que os nos ouuermos, saluo

O segundo liuro das Ordenações.

saluose aas ditas pessoas for dado algum príuilegio especial, perque de tal seruientia deuam ser escusados. E esto queremos q aja lugar nō soamente nos beés q daquem diante forem aqridos a nos, mas ain- da em aqüles que ho ja eram, desho tēpo del Rey dō p̄edro atee ora, por que achamos que assifoy ja por elle ordenado e mandado.

Título . xxxij . Que os que tem herda- des nos reguengos, nō gouiam do príuilegio de reguen- gueiros, se nom morarem em elles.

Salgúas pessoas teuerem herdades em algúas dos nos- sos reguengos, se nō morarem dentro em elles nom po- deraā gouuir dos príuilegios outorguados aos nossos reguengueiros, antes seram constrangidos a seruir nos encarregos do conselho e vezinhança, assi como o seram quaes- quer outros vizinhos nom príuilegiados.

S Título . xxxiiij . Dos releguos, & como se deveā vêder os vinhos del Rey, durando o tēpo delles.

Habalgúas cidades, villas, e luguares de nossos reynos foram ordenados certos mezes em cada hū anno, em q seno podessem em elles vêder atauernados outros vi- nhos, senon os q os Reis nossos antecessores em elles auiaā de seus reguengos e jugadas: e por ello nos foraes q derā aas di- tas cidades, villas, e luguares, poseram as penas em q deviaā ser cō- denados aquelles q nos ditos mezes vêdessem seus vinhos atauer- nados: e porq algúas officiaes quetinhā amcarrequo de vender os vi- nhos do relego, aas vezes nom contétes das penas nos ditos foraes postas, prendiam aqüles q nos ditos mezes vendiam vinhos, o q nō auemos por bē. Porē mandamos, q ninhā pessoa de qualqr condi- çāim q seja, nō venda vinho atauernado, em quanto durar o tēpo em que se os vinhos do relego han de vender, sob as penas postas nos foraes. E queremos q aquelles que vinhos vêderem, nō sejam por ello presos: e se oforem mandamos aas nossas justiças que os mandem logo soltar, e lhe façam emendar (por aquelle que o inju- tamente prendeo) toda perda e dano, que por causa da dita prisão recebeo, e soomete paguaraā as penas nos taes foraes contheudas.

Outro

Dos releguos, & como se deue vé. Dos residos. Fo. xlviij.

Outros si os nossos officiaes, ou relegueiros, ou aquelles aquedas re-
das dos releguos h̄e feita merce, nom vendâo outros vinhos nos rele-
guos, senom aquelles q̄ nos nossos reguēguos t̄ juguadas foren auidos,
t̄ nō cōp̄ e outros vinhos pera vêder ē ao tēpo do releguo: t̄ quem
o contrayro fezer, t̄ mais vinhos meter, ou vender, perca os ditos
vinhos, ou sua valia, que assi vender, ou meter, ametade pera ho-
concelho onde assi forem vendidos, ou metidos, t̄ a outra meta-
de pera quem oacusar, salvo se por os foraes lhe forem dadas ou-
tras maiores penas por ello.

E por se melhor saber a verdade, quantos sam os vinhos do re-
leguo: t̄ pore uitar enguano, mādamos que tanto que o vinho for re-
colhido nas adeguas ordenadas, os officiaes da camara da dita
villa vaam aos nossos officiaes, ou moordamos das pessoas a que
teuerimos feyta merce do dito releguo, quelhe mostrem os vinhos
que ouueram do dito releguo, t̄ o escriuam da camara os assentes:
t̄ nom querendo mostrar o dito vinho, mandamos que no dito anno
non nom goiuam do pr̄ivilégio dado ao dito releguo.

Despois que o tēpo do releguo sahir, nō vendam os vinhos que
do dito releguo sobejarem na c̄idade, villa, ou luguar, nem em seu
termo donde o dito releguo for: os quaes vinhos (durando o tem-
po do dito releguo) venderaam em as nossas adeguas, ou daquel-
les que os releguos denos teuerem, onde he costume de venderem.

Posto que antigamente em alguūs luguares fosse ordenado
releguo, se ja em elles nos nō ouuerimos vinho, ou aquelles que nos-
sas rendas teuer ē, queremos que o dito releguo seja de todo quebra-
do, t̄ quem quiser, poderaa liureinente vender seu vinho sein pe-
na algūa. E se o vinho que de nossos reguēguos t̄ juguadas ou-
uerinos, for tam pouco, que nom abaste a todo ho tempo do dito
releguo, tanto que for acabado de vender, nom aja h̄i mais releguo.

Titulo. xxxv. Dos residos, & em que
maneira o contador proueraa sobre elles, t̄ sobre os orfãos
t̄ capellas.



Rimeirâmete todos os testamētarios de q̄ quer fina-
dos, serâ obliguados de dar côta do q̄ receberam t̄ des-
penderam por as almas dos ditos finados, quando lhe
por elles foi mandado que despêdessein por suas almas
todos

de ord. valos ad. I. statuo
aut seruo signis libro. n. i.
legat. 2.

O segundo liuro das Ordenações.

todos seus bens, ou certa parte delles, q̄r as ditas despesas aja de ser feitas em cousas certas, por os ditos testadores em suas vltimas vontades declaradas, quer sejā deixadas em aluídros e discricion dos ditos testamenteiros: as quaes contasse serem obrigados dar, posto que os ditos testadores em suas vltimas vontades diguam, que querem que seus testamenteiros nom sejam obrigados dar conta.

¶ Outro si porque por direito h̄e dado luguar aos testadores q̄ possam assinar tempo a seu testamenteiros, em q̄ cump̄rás suas vltimas vontades: mandamos, q̄ quando os ditos testadores limitarem a seu testamenteiros certo tempo, em q̄ cump̄rā o que por elles foi ordenado: em quanto o dito tempo durar os ditos testamenteiros nō sejam consti- gidos adar cota do q̄ assi receberam e despenderā. Pero se os ditos testadores em suas vltimas vontades disserem, q̄ se os ditos testamenteiros nō podereim comprar oq̄ por elles lhe for mandado no primeiro anno, q̄ o possam comprar no segundo, ou no terçero: em tal caso se os ditos testamenteiros mostrarem, q̄ no primeiro anno fezerā toda sua diligência, per a comprar oq̄ por os testadores for mandado e ono poderaem comprar, entam poderaā gozar do segundo ou terçeo anno, fazendo em elles toda a diligência que deuem, em maneira que por sua negligéncia se nom alongue o tempo da dita execuçam.

¶ E no m̄ limitado os ditos testadores tempo algūiem q̄ seus testamenteiros ajam de cōprir h̄o por elles ordenado, entā os ditos testamenteiros serām obrigados comprar oq̄ por os ditos testadores lhe for mandado, dentro de huū anno e huū mes, o qual se cōtara a do dia q̄ o dito testador morrer, saluo se os ditos testamenteiros forem legitimamente impedidos, por os bens de q̄ham de comprar as vontades dos defunctos, serem litigiosos, ou por serem possuidos por outrē, ou lhe serem demandados, por q̄entālhenō correrā o tempo da dita execuçam, senō do dia q̄ as sentenças por sua parte forem dadas, e passarā em causa julgada, cō tanto q̄os ditos testamenteiros façam toda diligéncia pera os loguo demandar, e prosiguam as ditas demandas, em maneira que por sua culpa e negligéncia se nom retardare. E quando os ditos testamenteiros algum outro impedimento tiverem, se socorrā a nos, e alleguando nos o impedimento que assi tem, nos lhe daremos aquella prouisa: que nos bem parecer.

¶ Outro si os ditos testadores poderā dar autoridade a qual e pessoa de q̄cōfiê, pera escreuer arecepta e despesa q̄seus testamenteiros h̄a de fazer; e a escritura de tal pessoa assi escolhida, sera dada comprida

Dos residos, & em q maneira o cōtador pro. Fo. xlviij.

faz, assi como aos tabaliães publicos quando taes autos fezerem.

¶ Porq segundo a desposiçā de dereito, assi pertence aos prelados eclesiasticos, como anos fazer comprir e executar as vltimas vóta-
des dos finados, por se tirar e duvidas, que sobre estopoderia recre-
cer, soy por el Rey dō Alfonso o quinto meu tio, cō acordo dos seus le-
trados, feita ordenaçā, per q determinou, q os contadores, e escri-
uães, e outros officiaes dos ditos residos postos nas comarcas,
cidades, villas, e luguares de nossos reynos e senhorios, esteves-
sem como estauam, e usassem de seus officios, como antes usauam
cō este temperamento, q os feitos dos residos de que os prelados
eclesiasticos, ou seus viguairos tomassem conhecimento: citando
primeiro os testamenteiros, que os nossos officiaes pera ello pos-
tos, que os ditos prelados, ou seus viguairos conheçā dos ditos
feitos, de que assi primeiramente tomara conhecimento: com tanto q os di-
tos prelados nē seus officiaes nō çitē, nē façam citar os ditos testa-
menteiros, durando o tempo do anno e mes que lhes per esta nossa
ordenaçā he dado, ou durando o tempo que polos testadores lhe ded. 142 n° 2
soy limitado, ou durando o tempo dos espaços que por nos aos
ditos testamenteiros forem dados, per acôpir e executar os ditos
testamentos: e citando os ditos prelados, ou seus officiaes, ante
de serem passados os ditos tēpos, tal citacā seja ninhā, e por ella se
nō possa dizer, que he preuenta a jurisdiçām: antes passados os di-
tos tempos, nossos officiaes, e assi os ditos prelados ou seus offici-
aes podera mandar citar os ditos testamenteiros: e aquelles q primi-
ro citare, aquelles tomarā conhecimento dos ditos residos, e execu-
ções. Porém se caso for, q alguā testamenteiro queira dar conta de-
tro do anno e mes, do comprimento do tal testamento, e quer sua
quitaçā, elleopoderaa fazer, cō tanto que ofaça perante o contador
dos residos da comarca, e perante o oficial do eclesiastico junta-
mente. E dentro do dito anno e mes, a nom poderas dar peran-
te cada hū delles soomente: e dando sera a ninhā, e aquitaçām
que ouvir, lhe nom seja guardada: e passado o dito anno e mes,
lhe sera tomado conta de nouo, como que nunca lhe fora toma-
da, e lhe sera mandado executar o dito testamento.

¶ Porq as vezes acontece, que os ditos testamenteiros se esconde, e
ao tēpo q hā de ser citados pera dar e cōta a nossos officiaes: man-
damos, que se passado o tempo, os ditos testamenteiros se escon-
dere, e nō fore achados em suas casas, pera por nossos officiaes ser e-
gitados

O segundo liuro das Ordenações

çitados, possam ser citados em pessoa de suas mulheres, ou em pessoa de seus familiares e servidores, ou em pessoa de seus vizinhos: e tal citação assim feita valha, assim como se em pessoa delles fosse feita. E por se euirarem algúns inconvenientes q̄ se podem seguir de poucoseruiço de deos, e carreguo das almas dos ditos testamenteiros: defendemos, q̄ elles por si nē por outrê nome cōpriē, nē ajábeẽs algúns, nem outra ninhúa causa que ficar por morte dos testadores, cujos testamenteiros forem, per si, nē interposta pessoa, pera si, nē pera ou-trem: e fazendo o contrario, adita compraseja ninhúa e se torne aa fazenda do defuncto, pera se vender e apropriaçar como deue, e o dito testamenteiro perderaa avalia da dita causa em dobro pera o resido: e mandamos aos ditos contadores, que loguo lho tomem e tirem de poder, salvo quando mostrar que o defuncto lho leyrou por doaçam em seu testamento, ou que era seu herdeiro, e q̄ como herdeiro ouue, do queloguo fara certo aos ditos contadores.

E porque aos contadores que por nos pera esto sam postos nas comarcas de nossos reynos e senhorios) perteça fazer com muita diligênciia comprar e executar os testamentos e ultimas vontades dos finados, lhes mandamos que dello tenham especial carrego: e tanto que forẽ em cada húa cidade, villa, ou luguar de sua cōtadoria, cōstranguam e mande constranger por juramento dos euangelhos todos los tabaliaes e escriuães dessa cidade, villa, ou luguar e seu termo, quelhes dē, e mostrem todas as notas, e testamētos, cedulas, e codicilos q̄ teuerem, sem sonegar e algúna, sob pena de priuaçam dos officios, pera verem por elles o que aoresido perteça, e tomādar e arrecadar na maneyra adiante declarada, os quaes daram de vinte e cinco annos atras, se ainda dos ditos testamentos, cedulas, codicilos, ou ultimas vontades, nom foi tomado conta por elle cōtador, ou por outro official que pera ello poder teuesse. E aos ditos tabaliaes e escriuães mandaraam paguar por cada húa das ditas notas e escrituras em que ouuer resido douis reaes, e das em que nom ouuer resido, nō auerá causa algúna. E assi preguntaraá per juramēto, quaisquer pessoa e q̄ entendere, ou ouuer e enformaçam, q̄ sabem algúnas causas, que pera boa execuçam de scus carreguos pertençe.

E mandaraão os ditos cōtadores apreguoar, q̄ todos os testamenteiros e pessoas outras que teuerem carreguo de comprar algúns testamentos, lhos viam mostrar, e com elles os inuētairos das receiptas dos bens dos finados, e as despelas q̄ delles fezerā, abuū tempo cer-

Dos residos, & em que maneira o cōtador. jo. xlviij

to, quibus loguo assinaraā, o qual sera aqüelle q̄lhes parecer conuéniente, segundo for agrandeza do luguar em q̄assí esteuerem, sob pena de perderem qualquer premio, que por tal testamento lhes for dado, & mais paglaré vinte cruzados, a metade pera anossa camara, & a outra per aquan os acusar.

9 E tanto que por os ditos tabaliāes & escriuāes lhes forem trazidas as ditas notas, os ditos contadores as veram com os escriuāes de seus officios, & daram juramento dos sanctos euāgelhos aos ditos tabaliāes & escriuāes, quem leixē ninhūa nota, nem testamēto soneguedo, & assim como os forem vendo, assi poeraā acadabum seu sinal, por que se conheçam q̄ foi ja vista, & passada polo dito cōtador: & o dito seu escriuāo poeraā em lēbrāça em bum quaderno q̄ pera isso fara os finados que os ditos testamētos fezeram, & os testamēteiros q̄ por elles leixaram, & tēpo em q̄ foram feitos, & por q̄ tabaliāou escriuā, & o tēpo que lhe da pera os cōpir, & o dito quaderno tera em sua mão bem guardado. E se os ditos tabaliāes ou escriuāes oassi nō fezerē, & leixarem algūa das ditas notas por mostrar, a alen de auer ē apena de fec perjuros, os auemos loguo por condenados na dita pena de perdimento dos officios: & por este damos poder aos ditos contadores, q̄ tāto q̄s ouberē que algūa das ditas notas leixai a po: mostrar, loguo los pēdādos ditos officios aqüelles q̄ oassi soneguarem: & se despois de los pēnās mais seruirem, mandamos aos juizes do luguar onde acontecer, que os prendā, & no in soltem sem nosso manda- dor: & os ditos contadores fara auto da culpa que tem, & ho envia- raām ao chançeler moor, pera nisso prouer como for justiça.

10 E quando os ditos testamēteiros leuarem a amostrar os testamētos que tem, como per o dito pregua lhes hemādado, os ditos contadores os cōcertaraā cō o dito quaderno, q̄ o dito escriuāha de ter feito das ditas notas, & aos q̄cō as ditas notas cōcertarē, lhes poeraā hum final do concerto, assi no dito quaderno, como no dito testamento. E se algūs falecerem dos que no dito quaderno esteuerem, os ditos contadores mādara ainchamar pessoalmente os testamēteiros, quibhos leuem, & mandaraā nelles executar as penas do dito pregua, em que encorreram, por oassi nom comprirem.

11 E visto todo, & examinado por elles as clausulas dos ditos tes- tamentos, cedulas & codicilos, & as despesas feitas pelos ditos testamēteiros, quando acharē q̄ o tal testamenteiro tē todo despelo, & nas proprias coulas declaradas no tal testamento, & per ante o tabaliāou

escriuām

O segundo liuro das Ordenações.

escriuam delle auelasham por bem despesas, e leuarlhes hā em centa, todo o que assi bem despenderā, ate o tempo q̄ lhes por os contadores for tomado adita conta: posto que sejam feitas despois do anno e mes, que lhe assi dāmos, nos em que o testador nō assinar tēpo: ou despois do tempo que o testador assinou, como forem feitas as despesas, antes de serem citados os testamenteiros, pera darē a dita conta. E quando os ditos contadores acharē que os ditos testamenteiros onō despenderam assi bē e como deviam, e naquelas cousas declaradas no tal testamento, e perante o tabaliā ou escriuam dado pera fazer as despesas delle, sera julgado pera o dito residio: e loguo remoueraam da execuçām do tal testamento, cedula ou codicilo ao dito testamenteiro, e farāam entreguar ao recebedor dos ditos residios todos os bēs que o dito testamenteiro ainda teuer por despender, e quaisquer outros q̄ dos ditos finados despenderam mal, e como nom deviam, perante o tabaliā ou escriuam dado pera escreuer as despesas, e inventario do dito testamento, cedula ou codicilo: ao qual escriuam ou tabaliā mandamos que assente todo em recepta, sobre o dito thesourciro, ou recebedor, bem declarado, pera se despenderem na maneira adiante declarada.

E farāam tornar aos ditos testamenteiros, que assinō comprirā o que dito he, todo o premio que os testadores lhe deixaram, por coimprirem e executarem seus testamentos, o qual mandaram entregar ao mempostciro moor da rendicā dos cativos esse bispado, se h̄i, ou a cerca for: porq̄ otemos apropriado pera aa dita rendicā, segundo em seus regimentos he contheudo.

E achando os ditos contadores, que os testadores deixaram em suas vltimas vontades declaradas as cousas, que seus testamenteiros auiam de fazer: assi como dizer certos trintairos, ou missas, ou esmolas açertas pessoas loguo declaradas, os ditos contadores comprirāam em todo aquello, que quanto aas ditas cousas certas pellos ditos testamenteiros nom foi cōrido, fazendo todo escreuer ao tabaliā ou escriuam, que teuer o inventario e recepta, e despesa, perante os quaes se as despesas farāam pelos ditos thesoureiros, ou recebedores.

E se os ditos testadores deixarā em alvidro de seus testamenteiros, as despesas que por suas alinas auiam de fazer, ou deixaram algua parte de seus bēs apropriada, pera remir cativos: todo esto que

Dos residos, & em q maneira o cōtador proue. Fo. xlxiij

que os ditos testamenteiros nom teuerem comprido no dito tempo: mandaraam os ditos contadores entreguar abūa boa pessoa, si-
el & abonada, que otenha, & o faram loguo saber ao memposteyro
moor da rendiçam dos catiuos desse bispado, pera todo receber per
ante seu escruam, com ho premio leyxado aos ditos testamenteiros
per os ditos testidores, de que os mandamos priuar, coim enç-
ima he declarado: & quando lhe esto for entregue, leyxaraa conhe-
çimento feyto per o tabaliam ou escruam da recepta & despesa do
testamento, & o escruam do officio do dito memposteiro o carregua-
raa sobre elle em recepta, & per sua carta enularaa todo notificar ao
dito memposteiro moor da dita rendiçam, pera se tomar a conta
aos memposteiros dos bispados, & todo vir a boa recadaçam. E
posto que a fazenda que ho dito defuncto leyxon, toda se despen-
da per os contadores, por ho defuncto leyxar cousas loguo orde-
nadas, em que toda a fazenda despenda, faram toda via entreguar
ao memposteyro moor desse bispado o premio que a esse testamen-
teyro polo defuncto foy leyxado, o qual elle perdeo por nom com-
prir o dito testamento no tempo pelo defuncto, ou per nossas or-
denações determinado,

¶ E quando os testadores mandaram fazer algua obra certa, assi
coimo capella, ou outra cousa semelhante: os ditos contadores a-
daram loguo de empreitada por o melhor preço que poderem, pe-
ra atee certo tēpose dar de todo feita & acabada. E se outro si man-
dou fazer algua outra cousa certa, pera que cumpra dilaçam, assi
coimo casar orfāos, & outras cousas semelhantes, os ditos conta-
dores mandaraam os thisoureiros ou recebedores, que leyxein o
que pera taes cousas se ouuer mester em mão de hūa pessoa do lu-
guar onde se ouuerem de fazer, & trabalbaraam por essa pessoa ser a
melhor & de mays conçiença que poderem auer, pera com mays
diüigençia & cuidado & brevidade comprar as cousas de que lhe fi-
car cuidado, ao qual mandaraam que perante o tabaliam ou escruam
da recepta & despesa deste testamento, faça todo aquello que pera
as ditas cousas necessario for. E os ditos contadores pera as seme-
lhantes cousas de dilaçam, assinaraam tempo conuinhaul aessa pes-
soa, aque forem encarreguadas, em que se bem possam acabar, &
terem cuidado de saberem se ho cumprem, & mandaraam que toda
via se cumpra.

¶ E por que atee aqui se costumou, quando quer que algum defun-

O segundo liuro das Ordenações.

to em seu testamento leyraua, que lhe casassem algúas orfaãs, ou vestissem algúis pobres, ou lhes fezessem outras semelhantes esmo-
las, que loguo nom declarassem os proprios nomes das orfaãs
e dos pobres, e pessoas outras a que se as ditas esmolas auiaim de
fazer, que loguo o dinheyro que nissso se auia de despender, se toma-
ua e auia pera o resido, posto que ho finado em seu testamento de-
clarasse o numero dos orfaos e pobres, ou conto do dinheiro que
se nissso auia de gastar: e porque nos pareçeo, que com boa conçien-
çia se nom podia mudar avontade dos defunctos: auemos por bem
que quando o defuncto leyxrar em seu testamento declarado algúas
obras meritorias, que por sua alma se façam, e loguo declarar as
obras que ham de ser, assí como se dissesse, qlhe casem tantas orfaãs,
ou vistam tantos pobres, ou que nas ditas cousas ou cadahúa del-
las se despendesse tanto dinheyro, ou ho que sobejar de sua terça,
posto que noin declare ho numero, nem nome das pessoas, e assí
outras semelhantes cousas: mandamos, que assí e como o elle man-
dar, assí se cumpra por seu testamenteiro, se nam for lançado fora do
testamento, ou por hotisoureiro ou recebedor do dinheiro dos re-
sidos, ou per outra qualquerpessoa que pera isso for escolhido po-
los ditos contadores, quando ho dito testamenteiro for lançado
delle. E soomentese arrecadaraa pera o resido aquelle dinheyro que
o defuncto apartar pera obras meritorias, e leyxrar em pecto e von-
tade do testamenteiro, que sejam aquellas quelhe bê parecer. E assí
qualquer que leyxrar pera tirar catiuos, que ja nom forem tirados,
os ditos contadores daqui em diante teram esta maneira sobredi-
ta, posto que ocontrario se costumasse.

*b. que lhe bem parecer
valde in libro 3º leg.
2.*

¶ Os ditos contadores e todos os outros officiaes dos ditos
residos nom dem espaços a nenhúas pessoas, nem lhes façam qu-
tas algúas, sob pena de priuaciam dos officios, antes seram bem
deligentes, em mandar dar a execuçam todas as sentenças que acs
ditos residos pertençam, fazendo vender os bens desses condena-
dos em preguam nos luguares acostumados, assí como se ven-
dem por nossas diuidas: conuem a saber os mouéis a noue dias, e
os de raiz avinte e sete dias.

¶ Os ditos contadores em fim de cadahum anno façam huia
recadaçam, a qual sera feita por oscrivam dante elle, tirada de seu
liuro, em que declaradamente seja escripto todo aquello que em
cadahum anno demandarem e arrecadarem: conuem a saber ca-
da

Dos residos, & em q̄ maneira o cōtador proueraa. Fo. I.

da testamento em seu titulo por si, & a recepta & despesa delle, & as
couſas em que a diti de p̄sa foy feyta, a qual trazera amanos, ou ao
nôsso v̄edor moor das obras & residos, pera se veer se sam com
pridas todas as couſas que lhes mandamos que façam, & pera
elle & seu recebedor auerem de dar conta do dinheiro que se recebeo
& despendeo dos ditos residos.

19 E defendemos a todos os testamenteiros que forem dalguūs
finados, que nom recebam ninhūs bēes moueis nem de raiz, que
aos finados de que testamenteirossam, pertençam, senom per inten-
tayro feyto per tabaliam, & per mandado da justiça aque oconhe-
cimento pertençer; & se ho contrairo fezerem, & despois lhes for pro-
vado que receberam mais daquello que dam em conta: manda-
mos aos ditos contadores, que loguo os priuem das administra-
ções & execuções dos testamentos, & mais seram presos, & nom se-
ram soltos atee primeiramente paguarem & entreguarem todos
os bēes & f.izendas, que receberam dos defunctos, que ainda nom
tiverem de peso dentro no tempo ordenado: & nom tendo os di-
tos testameyros por onde todo paguar, os ditos contadores
lhes daram aquellas penas, que drecto & justiçalhes parecer, dan-
do appellaçam & agrauos nos casos em que couber.

20 Mandamos aos ditos testamenteiros, que as despesas que cui-
verem de fazer em comprimento dos ditos testamentos, as façam
perante tabaliam das notas que tem auctoridade de fazer publico,
ou perante outra qualquer pessoa que loguo o defuncto em seu
testamento declarou & ordenou que as escrevesse: & as que por elles
se acharem escriptas, mandamos aos ditos contadores quelhas
leuam em conta, & outras ninhūas nam, posto que por outra pes-
soa sejam escriptas, & ainda que amostram conhecimentos de cleri-
guos, & frades, & doutras pessoas que os dinheiros recebessem,
sempre os ditos contadores as aueram, como se nom fossem fey-
tas, pera a cerca dellas os ditos contadores auerem de fazer aquella
obra & execuçam que fariam, sendo certos que nō era feito, nem com-
prido couſa algúia dellas.

21 E auemos por bem que atee conta & valor de douis marcos de
prata, os ditos testamenteiros sejam cridos por seus suramentos
ou por dito de duas testemunhas dignas de fee, em toda a dita
conta, nom passando porem cada adiçam da tal despesa de duas
onças de prata, ou seu intrínſico valor. Porem os ditos nossos con-
tadores

O segundo liuro das Ordenações.

tadores tomaraam de fora toda enformaçam que poderem, e verjam se elles falam ho certo, porque quando por algua maneira se achar oco trairo: aalem de auerem apena de fee perjuros, manda mos que os taes testamenteiros paguem em tresdobro, o que assi falsamente juraram, quetinhambem comprido sem oser, e do tal tresdobro se compriraa avontade do dito defuncto, e as duas partes se arrecadaraam pera o resido: e se algua pessoa o descobrir, auera ametade do que assi pera o dito resido se ouuer darrecadar, a qual metade se entenderaa tambem no solicitador dos ditos residos, se solicitar e descobrir posto que seja oficial, e por outro capitulo a diante lhes seja ordenado ho quinto.

22
¶ Outros si seram obrigados os ditos testamenteiros de dar conta, e os ditos contadores de lha tomarem de todos los beés de raiz e nouidades delles, que se mostrar que ouueram dos defunctos, cujos testamenteiros foram, do dia que os receberam ate vinte e cinco annos, e dos beés moueis ate quinze annos. Pero se algüs beés de raiz que ficaram por morte dos testadores, forem achados em poder dos ditos testamenteiros: queremos que ate quarenta annos (contados do dia que os ditos testadores se finaram) sejam constrangidos que os entreguem pera se venderem, e se auer o dinheiro delles pera o resido como acima dito he, salvo se os ditos beés lhes expressamente forem leydados polos testadores, ou os ouueram per quiesquer justostitulos.

23
E para que os ditos contadores saibam o que ham dauer de seu salario por o tomar das ditas contas, para com milher vontade nissso entenderem, e darem todo aa execuçam: auemos por bem, que aalem de seus mantimentos que de nos ham dauer, e com os ditos officios lhe sam ordenados, os ditos contadores leuem de tomar as ditas contas huim real por cento, tanto que afazenda de que se tomar conta chegar a çem reaes, e dipera çima, ate a scontia e valor de cincuenta marcos de prata, contando cada marco adous mil e dozentos reaes: e dos ditos cincuenta marcos pera cima leuaraam a meo real por cento, o qual salario aueram os ditos contadores dos dinheyros, ou cosa outra que per os testadores for leyrado a seus testamenteiros por seu trabalho, quando se achar que ho deuen perder, por serem negligentes e nom comprirem as vontades e testamentos dos testadores: e quando quer que nom foy leyrado cosa algua a tal testamenteiro, e se achar que

Dos residos, & em q maneira o cōtador proueraā. Fo. I.

que elle foi negligente, & quem nom cōplo bem o dito testamento, & como deuia, entam ouerain a acusado dito testamenteiro, & per se us bēs & fazenda se auera o dito premio & salairo: & quando se visr que comprirā bem & como deuiam & dentro no tempo, entam nom aueram os ditos contadores causa algūa.

Etudo o que por bem deste regimento mandamos que se faça na execuçām dos testamentos que alguūs finados fezeram, se fará & comprirā em todo, nas cedolas, codicilos, que issō mesm o por alguūs finados forem feytas, sendo feytas segundo o de reyto quer, pera sereim valiosas.

Elos escriuāes leuaraām soomente dos processos em que escreuerem, aquello que lhes dereytamente pertençer, & lhes for contado por os contadores das custas do que escreuerem em fauor das partes, & do que aos residos pertençer, nom leuaraām causa algūa, por que por estolhes he ordenado mantimento, que em cada hum anno hain dauer. Pero se os testamenteiros despois de darem suas contas, quisarem quitaçām, do que receberam & despenderam por sua segurança: o dito escriuām leuaraāda tal quitaçām, aquello que de reytamente pertençeria a qualquer tabaliā per semelhante escritura, & mays nom: & nom querendo os ditos testamenteiros qui taçām, nom serām constrangidos que apaguem.

E para que as causas dos residos sejam melhor arrecadadas & espetadas: & para que as almas dos finados sejam descarregadas da obrigaçām que tem, auemos por bem, que com cada hum dos ditos contadores dos ditos residos ande hum solicitador, ou procurador, que por parte dos ditos residos demandem os testamenteiros, & os façam citar para virem dar as contas a que sām obliguados, & assy requerer os tabaliāes, que amostrem as notas per os porteyros, que os contadores hain de trazer, quando por os ditos pregūões onom quiserem fazer, ou outras quaequer pessoas, & testamenteiros, que algūa causa dos finados teuerem sonegado, & como nom deuem: o que fara com tal diligēcia & cuidado, que por sua minguoa se nom perca nenhūa causa, que ao dito resido pertence, & continuarāa as audiencias & autos judiciaes, aos tempos que deve. E os ditos procuradores requereraām aos ditos contadores, que façam executar todas & quaequer sentēças, que forem dadas por parte dos ditos residos, & se derem naquelles q por elles forem condenados, & fara que todo venha abo recadaçām.

g iij **E** porq

O segundo liuro das Ordenações.

Es porque os ditos procuradores nom tem ordenado manti-
mento: auemos por bem, que de todo o que elles por si solicitarerem,
e per demanda vençerem pera o dito resido, ajam a quinta parte,
a qual quinta parte que assi ham dauer, se tiraraa daquelle que pe-
ra o dito resido for julgado por sua industria e boa diligencia.
E daquellas causas que elle por si nom descobrir, soomente como
procurador e solicitador procurar por parte dos ditos residos
contra alguus que se querem defender, do que por os contado-
res lhe he mandado, e sobre yssso se fezereim e ordenarem feytos,
de todos los feytos que per adita maneira elle procurar, e sepe o di-
to resido julguarem, auera a quarentena, como em nossa ordena-
çam he declarado, a qual quarentena loguo auerain per os ditos
residos. Peroo aparte que a tal demanda defendeo sera condena-
da paguar adita quarentena, aqualse delle arrecadaraa, com o mais
em que atal parte for condenada, e ser a todo entregue ao thisoureiro
ou recebedor dos ditos residos.

En quando os ditos testamenteiros sein outra demanda se offe-
referem paguar todo aquello, que contra elles por bem de conta se
achar que deuem, nom auerain os ditos procuradores causa algua,
e os thisoureiros e recebedores auerain soomete os maximetos que
lhes por nos sam ordenados.

Mandamos aos contadores dos ditos residos, que com muy-
ta diligencia e brevidade, despachem os feitos dos ditos residos
que se perante elles tratarem: e se das sentenças ou mandados
que em os ditos feytos derem, as partes appellarem, receberaam as
appellações pera os nossos desembargadores pera esto deputa-
dos, em aquelles feytos soomente que passarem de contia de mil
reas; e se dentro de seis meses do tempo que lhe receber appellam-
bam, o appellante nom leuar melhoramento, o dito contador fa-
ra execuçam por sua sentença. E nos feytos que nom passarem a
contia dos ditos mil reaes, nom darain appellaciam agrario.

Orfaos.

Mandamos aos ditos contadores, que nos luguares de suas
comarcas em que forem, ccm muito cuidado e diligencia pre-
gunteem polos orfaos, que no tal luguar e termo ouuer, e tomem
toda enformaçam de como sam prouidados, e suas fazendas mi-
nistradag

Dos refidos, & em q maneira o cōtador proueraa. Fo. lij:

nistradas & aprouestadas per seus tutores, & se os seus juizes o fa-
zem assi, & como lhes per nos em seu regimento he mandado: o-
qual regimento os ditos contadores muy inteyramente vejam,
para saberem as couzas, que por elle aos ditos juizes mandamos
fazer: & quando acharem que os ditos juizes nom cumprem o di-
to regimento, & fazem o que nom deuen, no que aas contas dos
ditos orfãos tocar, procedam contra elles como virem que he de-
reito: & se em outras couzas aalem do que aas ditas contastocar
errarem, nolo facam saber pera nisso prouermos, como ouuermos
por bem & for justiça.

31 **C**ologuo mandara amchamar os tutores dos orfãos, que no tal
lugar & seu termo ouuer, & veram os inuentayros que de suas
fazendas forem feitos, & por elles tomara am conta aos ditos tuto-
res, de todo o que dos ditos orfãos receberam, & per elles des-
penderam: & todo o que acharem que os ditos tutores deuenim, &
mal despenderam, lhes faram loguo paguar & entreguar, fazen-
do por a dita duiida execuçam em os beés desses tutores, ou qua-
esquer outras pessoas que a isso por dreyto forem obriguadas. E
quando acharem, que os ditos tutores nom tem fazenda pera po-
derem paguar, o que assia os ditos orfãos deuerem, procedera a con-
tra seus fidadores, ou juizes, ou contra quem acharem que nisso
tem obriguaçam, segundo por ho regimento dos ditos juizes he
declarado: as quaes contas tomara am, sendo ja passado ho ter-
mo, aque os juizes dos orfãos aauia de tomar, & leuara a das taes con-
tas, que assi nouamente tomar, o que os juizes dos orfãos auaia de
leuar.

32 **C** quando acharem, que as ditas contas sam tomadas por os
ditos juizes, elles as reuera a, & veram se vam tomadas como deuen &
sam obriguados, & corregera a & cmendara a o que nas ditas contas
acharem errado: & das contas q assireuer, leuara a soamente de cada
húa trinta reaes, & mais nom.

33 **C** E bem assi veram, como as fazendas dos ditos orfãos sam
aprueytadas, & se por minguoa & negligencia de seus tutores forem
diminuidas, & por isso os ditos orfãos receberam algúia perda, isso
mesmo afaram paguar per quem dreyto for.

34 **C** Tambem proueraam sobre os dinheiros dos ditos orfãos, que
forem dados ao guanho, & veram aque pessoas foy dado, & as se-
guranças que delles os juizes tem tomadas, & as pessoas que ho
trazem

O segundo liuro das Ordenações.

trazem, que delle dam guanho aos ditos orfãos, e amaneira que tem em sua recadaçam: e se no dar do dito dinheiro, os ditos juizes guardaram o que por ho dito regimento lhes he mandado.

E se os ditos contadores acharem, que algüs orfãos nom tem tutores, saberam por cuja culpa e negligêncialhenom foram dados, e quem nisso acharem culpado, castigaraã como por direito o merecerem, e lhos daram loguo segundo forma do ditoregimento, e nossas ordenações. 35

E quando acharem que os tutores quiete, no fazem o que deuem, assi as pessoas dos ditos orfãos, como em suas fazendas, e por isso por bem do dito regimento e ordenações deuem ser tirados, os tiraraam, e poeraam outros que obeim façam. 36

E os ditos contadores nos luguares de suas comarquas onde estuerem, conheçam por auçam noua das soldadas, e quaesquer outras diuidas, que aos ditos orfãos forem deuidas, per quaesquer pessoas que iejam, sendo os orfãos taes de que o juiz dos orfãos pode tomar conhecimento por seu regimento: e bem assi dos agrauos que das ditas cousas sahirem dante os juizes dos ditos orfãos, e assi as de que por auçam noua conhecerem, como dos ditos agrauos, despachar aam como lhes parecer justiça. E assentenças que derem ate contia de doue mil reaes, dar am a execuçam, sem d illas auer appellaçam nem agrauo: e nas queda ditacônia passarem, daram appellaçam ou agrauo, qual no caso couber, pera os desembargadores que dissemos no titulo do julzdos orfãos, segundo acontenda for. E seram os ditos contadores avisados, que os ditos feitos de que assi per auçam noua por bem deste regimento ouuereim de conhecer, os nom leuen consigo de huus luguares pera outros: e aquelles que teuerem começados, e nem forem acabados de despachar, ao tempo que se par tirê do luguar onde estuerem, os leiraraã aos juizes aque deitamente pei tener é, por que nom auemos por bem que dauçam noua conheçam, senom no lugar onde assi estuerem.

E se alguüs tutores ou pessoas que ho dinheyro e fazenda dos ditos orfãos teuerem se sentirem agrauados dos juizes dos orfãos no tomar das ditas cotas, ou cousas que aelles toquem, tiraraã scus agrauos pera os ditos contadores, os quaes delles conheçeraam e despacharaã como achar e que he d'certo, e dará appellaçam e agrauo pera quem pertençer, segundo ençima dissemos. 38

Abanda.

Dos residos, & em q maneira o cōtador proueraa. Fo. liij.

39 **C** Mandamos aos ditos contadores, que do que ao prouimento dos ditos ofícios tocar, tenham bom cuidado, e façam com toda diligência, porque como sam pessoas que nom tem verdadeiro conhecimento do que lhes pertence, se bem nom forem prouidados, aalem de suas fazendas se perderem, suas pessoas se lançaraam para mal, sobre as quaes pessoas elles muyto deuem de oulhar, se sam dados por soldadas, e officiaes os que pera isso forem, e se as obrigações que de seus casamentos e soldadas sam feitas, sam seguras, e como nosso regimento manda, e se sam bem tratados, e os que doutra qualidade forem, se sam doutrinados, e postos ao ensino e bôs costumes que deuem ter, segundo as qualidades de que forem, e as fazendas que teuerem: porque fazendo assi bem, como se delles espera, aalem do seruiço que a nosso senhor faram, e omerecimento que ante elle por issos teram, nos oreçebaremos delles em seruiço.

Capellas.

40 **C** quanto aos feytos das administrações e prouisões das capellas, espiritaes, e albreguarias, sey detaminado e acordado, que os juizes e escriuães e outros quaequer officiaes, usassem de seus officios como sempre usaram, com este entendimento e limitaçam, que em os espiritaes, capellas, e albreguarias, que se mostrer pela instituição per algua outralegitima e certaproua, que foram fundados e instituidos per auctoridade e consentimento dos arcebíspos, bispos, prelados, que os ditos prelados eu seus viguayros e officiaes possam visitar e prouer os ditos espiritaes, e capellas, e albreguarias, e tomar a conta aos moordemos e administradores, e os constranger que lhes deim as ditas contas, e fazer reparar os beés, e comprir as vontades daquelle que os instituir áem todo, e constranger os moordemos e confrades, e aproseguirem algua demanda, se for mouida antre leigos sobre os beés detaes espiritaes, ou sobre algúas diuidas que aos ditos espiritaes sejam deuidas. Pero o conhecimento dos taes feytos pertenceraa aos juizes dos espiritaes, e nom aos juizes ecclesiasticos. E os espiritaes, capellas, e albreguarias, que se nom mostrar serem fundados per auctoridade dos sobreditos prelados, mas serem fundados per leigos suprezmente pera algúas obras piadosas, ou pera uso dos proues, e os administradores forem leigos: em este caso o conhecimento

O segundo liuro das Ordenações.

em todo pertence aos suyzes leyguos: os quaes conheçer aem dos ditos feytos, tambem de visitar, proueer, e tomar as contas aos moordomos, e administradores, e de proueer em todo que se cumpram as vontades dos instituidores: porem em este caso podem os prelados visitando proueer, se se cumprem as cousas piadosas que os instituidores mandaram, assi como fazer podem em as outras cousas piadosas.

41
E quando os administradores forem pessoas ecclesiasticas, posto que os sobreditos non sejam fundados per auctoridade do prelado, podem os prelados por os administradores serem clericos, e pessoas ecclesiasticas, constrangelos que cumpram em todo as vontades dos defunctos, segundo sam theudos e obriguados, e proueer como administrain os beés e cousas dos sobreditos luguares. E se algúias capellas sam instituidas e fundadas per leyguos, e os beés sam profanos, e os administradores lesguos, em as quaes capellas se ham de cantar algúias missas, podem os prelados visitando constranger estes administradores, que cumpram as vontades dos ditos instituidores, e fazer cantar as ditas missas, como obriguados sam. E em os outros casos oconheçimento e constrangimento pertence aos juizes leyguos, a qual ordenação cós suas determinações, mandamos que se cumprá e guardé, como em ella he contheudo.

42
E pera que os officiaes dos ditos espiritaes, albreguarias, e confrarias, e capellas, saibam o que acerqua dos aforamentos ham defazer: per este mandamos, que quando quer que se algúia herança ouuer daforar, ande sempre em preguain (primeyro que se remate) vinte dias per todas as praças e luguares principaes, e acostumados, em voz alta, que ho preguo eiro cada dia lançaraa, que seja ouuido. E acabados os ditos vintedias, se aforaraa, e arreimataraa no dito preguain, em publico aaquella pessoa que maior lanço teuer feyto, e non a pessoa das defesas em direito: e se em outra maneyra se os ditos aforamentos fezerem, auemolos por ninhuūs: e mandamos aos ditos contadores, que achando que non foram feytos assi, os desfaçam, e façam ajuntar ho juiz, moordomo, e officiaes, e confrades, e se tornaraa a meter em preguam o ditotēpo, e per todos sera aforado na maneira acima declaraada, e castiguará quem nisso for culpado.

43
E por que temos visto, e sabido per experiençia, que as heranças

Dos residos, & em q maneira o cōtador proue. Fo. lxxij.

ças que se em pessoas aforam , cada vez sam mais dānificadas por aquelles que as assi tem de foro, nom quererem nellas despende r cousa algūia, por onde nom tam soomente as çidades , villas , t luguares de nossos reynos , onde as taes heranças estam , sam dānificadas t desnobreçidas , mas ainda os proprios senhorios recebem perdanos ditos foros , por nom acharem por ellas (quando espedem as vidas) os foros quelhes dauam aquelles , per quem espedem , por causa de seu dānificamento : t querendo nos açer - qua disso proueer , auemos por bem , que todas as heranças das ditas capellas , espirtaes , albreguartas , confrarias , t guafarias , que se ouuerem daforar , se forem casas , vinhas , oliuaes , po - mares , hortas , moinhos , ou marinhas , se aforam ensatiota pera sempre no dito preguam , pelo mais preço que por ellas derem : sal - vo se os compromissos das capellas , espirtaes , t albreguariás , t confrarias , t guafarias , cujas astaes heranças foram , outracou - sa declararem : porque quando se nellas outra cousta achar , se gu - ardaraa açerqua disso , o que o tal compromisso , ou testamento , t instituiçam mandar . E as heranças que forem terras depam , ou outras quaequer que nom forem das açima declaradas , se afo - raraam em tres pessoas com as solemnidades atras declaradas , t quaequer outras que o dereito mandar : as quae tres pessoas se nom entenderaa marido t molher por hūa pessoa , cemo se costu - mava fazer , soomente se declararaa o marido t molher por primey - ra t segunda pessoa , t o que derradeiro delles falecer , possa nome - ar a terçetra . E nos contractos que se de huūa maneira ou outra fezerem , se assentaraa o treslado deste capitulo , pera se saber co - mo ho assi temos mandado : t mandamos aos ditos contado - res , que em cada casa das sobreditas que heranças teuer , leixem oditotreslado pera oassicomprirem . E quanto ao que toca no afo - rar pera sempre , segundo ho per este capitolo mandamos , nom auer - ra luguar em anossa çidade de Lixboa , por quanto pera isso temos feito outro regimento .

To preço que os ditos foreiros hā de pagar , dos foros q ouuerem per algūa das maneyras atras declaradas , sera declarado nos di - tos contractos , que sejam per tātos reaes de prata , em prata de ley de onze dinheiros , t de cento t dezassete em marco : os quae reaes da - ditalei t conto , segūdo amoeda q ora corre , sam de vinte reaes oreal t a este respeito de vinte reaes oreal da ditalei t conto , se fara cōta do foro

O segundo liuro das Ordenações.

fóro, quando quer que for: por quanto por se as ditas moedas mudarem nas valias, e nam na dita ley e coto e peso do marco, atenemos por bem assi declarar pera odiante, posto que as valias das ditas moedas se mudem, estas enõ poderão mudar, como for pagua nos ditos reaes de prata, da dita ley de onzedinhos, e de cento e dezasseis no marco como dito he.

Quando algúns foreyros das ditas capelas, espiritaes, albreguarias, e confrarias, quiserem vender algúns propriedades, heranças, que assy tenham aforadas, os farão saber aos officiaes, que poder tem per alhos aforar, se as querem tomar pera acapela, espiritaes, albreguaria, ou confraria cujo o fóro for, tanto por tanto quanto ou-trem der: e querendo tomar, pode loam fazer se sentir em que de ho fazer poderão vir proueto aa capela, espirital, ou casa de que for, por que se por isso receber perda, se paguaraa a acusta daquelles que ho assi tomaram: e quando o nom quiserem tomar tanto por tanto, entram o dito foreyro ho poderão vender a pessoa segundo acondicam do contracto for: e do preço porque assi vender, paguaraa aa capela, espirital, ou alberguaria senhorio, aquarentena, a qual sera entregue ao mestrador, ou moordomos, perante o escriuam para isso ordenado, que lho carreguaraa em receipta: e quando se atal herança tomar pera o dito espirital, tomala a com menos a dita quarentena, do preço que ouvrem der.

Quando algúns pessoas teram algúns contractos da formen-
tos feitos em algum presuyzo das capelas, espiritaes, albreguarias,
e confrarias de que forem: e por lhes nom serem tirados os bens,
poem nelles grandes penas, com fundamento que com receio das
ditas penas, nom lhe seram demandados: auemos por bem que
sem embargo das ditas penas, os administradores, moordomos,
procuradores, e pessoas outras que carreguo tiverem das
ditas capelas, espiritaes, confrarias, albreguarias, as possam de-
mandar sem embargo das ditas penas. E mandamos que das
taes penas se nom conheça em iuyzo, nem fora delle, sem embar-
guo das vidas escrituras terein algúna clausula, ou clausulas que esto
queyram dessazer: por quanto a nos praz, que as propriedades das
ditas capelas, espiritaes, albreguarias, e confrarias, tenham e ajam
este privilegio por bem das almas dos defunctos, e por tal que os
seus bens nom sejam emalheados.

Quando quanto no regimento dos residos e capellas, se contem,
que

Dos residos, & em q maneira o contado por oueraa. Fo. lv.

que os contadores suspendam os administradores das capelas, que lhe nom mostram instituiçam, ou ordenança, ou tombo das ditas capelas: mandamos que se os taes administradores se oferecerem prouar, como por si e seus antecessores estam em posse da dita administraçam, por tanto tempo que amemoria dos homens nom he em contrayro, sem saberem parte da dita instituiçam, e que sempre compririam os carreguos que seus antecessores sempre compriram, lhes seja recebida adita razam: e querendo prouar dentro de trinta dias, nom sera tirado de sua posse, e nomen podendo prouar no dito tempo, entam sera suspenso e tirado da posse da dita administraçam, e serlheia dada dilaçam pera prouar e fazer certo da dita razam, pera a qual dilaçam lhe sera dado o tempo segundo forma de nossas ordenações: e prouando assim, lhe sera auida atal proua de posse immemorial por titulo e instituiçam; e asentença que por a dita proua for dada, se poeraa em tombo com os beés da dita capela, quais e quantos sam, e com declaraçam dos encarreguos que se prouarem que ho dito administrador e seus antecessores compriram, e eram obriguados comprar, e lhe sera tornada sua posse, seja della fortirado.

48 **E** mandamos que os ditos contadores nom se antremetam a entender e prouer, segundo forma de seu regimento nos beés dos moorguados, posto que algúns ecarreguos tenhâ de missas ou obras piadas, soamente podera a prouer, se se cumprem os ditos encarreguos de missas ou obras piadas, e de os fazer comprir, segundo forma do regimento que tem sobre as capelas.

49 **E** por nom visr em duuida, qual he moorguado, ou qual he capela: declararemos ser moorguado, se na instituiçam que dos ditos beés os defunctos fezeram, for contheudo, que os administradores e possuidores dos ditos beés cumpram certas missas, ou certos encarreguos, e o mais que os beés renderem ajam pera si, ou que os ditos instituidores lhes leyxaram os ditos beés com certos encarreguos de missas, ou doutras obras piadas. E se nas instituições for contheudo que os ditos administradores ajam certa cousa, ou certa cota das rendas, assí com o terço, quarto, ou quinto, que os beés que assí leyxa renderem, e o mais que sobejar, se guaste em missas, ou em outras obras e couças piadas: em taes casos declararemos nom ser moorguado, e em taes instituições e semelhantes pode e deve entender edito contado, segundo forma

Bast. m. 1. l. 16. n. 12. c.
agruol. et cens. l. 3. v. corrde
pract. art. 2. n. 9. gi

O segundo liuro das Ordenações.

forma do regimento das capelas: e esto posto que nas instituições
digua que faz morguado, ou capela, porque aas semelhantes pa-
luras nom aueram respecto, soomente aa forma dos encarreguos
como acima dito he.

E determinamos que se ademanda for sobre administraçam das
ditas capelas aquê pertençe: em tal caso viraa aappellaçam aos sobre-
juyzes. E sendo ademanda sobre algua propriedade ou outra cou-
sa, pera se ver se pertence a acapella, ou nam, viraa aappellaçam da tal
demanda aos desembarguadores das capelas pera ello deputa-
dos, que em anossa casa das opriçaçam andam.

E mandamos que todo o contheudo neste titulo se cumpra sem
embarguo de no regimento das capelas, que fora deste liuro an-
da em outra maneira em algúas partes seja desposto, e no que por
este nom for prouido, se cõpriaa em todo o mais onelle contheudo.

Su Titulo. xxxvj. Que os senhores das
terras e fidalgos ne outras pessoas algúas no tomem má-
timentos, ne carretas, ne bestas, sem auctoridade de justi-
ça, contra vontade de seus donos.

Porque a nos conuem ordenar, como nossos subditos
e naturaes viuam em asseseguo, e lhes nom sejam to-
mados seus mantimentos, e outras suas couzas, por
aqueles que mais poderosos sam: ordenamos que pes-
soa algua de qualquier estado e condiçam que seja, nom tome, nem
mande tomar aos lauradores, nem a outros alguus, pam, nem
vinho, nem gualinhas, nem outras aues, nem carnes, nem pes-
cados, nem quaequer outras viandas, ou couzas, contra von-
tade de seus donos: e se aos sobreditos forem necessarios manti-
mentos, e os nom acharem avender, requeiram ou mandem reque-
rer as justicas, ou jurados dos luguares: aos quaes mandamos
que lhos façam dar por seus dinheiros, assi como valerem comum-
mente na terra: os quaes mantimentos loguo paguaraam polos
preços que lhe for tairado, que os paguem: e qualquier pessoa que
ho contrayro fezer, tomando, ou mandando tomar, ou consentin-
do que se tomem algúas das couzas sobreditas por força e con-
tra vontade de seus donos, sem mandado e auctoridade de justi-
ça, ou dos jurados e officiaes pera esto ordenados, posto que os
paguem

Que os senhores das terras & fidalgos nem. Fo.Ivj.

paguem, pola primeyra vez pague a valia do que assy tomou ou mandou tomar, ou consentio que por os seus se tomasse em tresdobra, e pola segunda vez o pague em seisdobra, e pola terçeyra anoueado, e desto se paguara am os seus donos os preços do q̄lhe foy tomado cō as custas e perdas e dânos que por ello receber, e tomais seja per a rendiçam dos catiuos.

Esta mesma pena aueram aquellas pessoas que algūas das ditas couças ou uierem per vontade e prazer de seus donos, se as loguo nom paguarem: e aalem destas penas sobreditas, se os que assi tomarem as ditas couças forem senhores de terras, e tomarem qualquer das ditas couças, em terra em que tenerem jurisdiçam, paguara am cincuenta cruzados pera os catiuos por cada vez que ossi fezerem.

Emandamos aos corregedores das comarcas, que com muyta diligênciā façam comprar e guardar esta nossa ordenaçam, fazendo apregoar em todos os luguares das ditas comarcas, que quaquier pessoas aque algūas das ditas couças contra forma desta ordenaçam foram tomadas, lho vaam dizer, e sabida a verdade, procedam contra esses que acharem culpados, fazendo fazer satisfaçam aaquelles a que forain tomadas, de todo o que por nos em esta ordenaçam he ordenado que elles ajam, e o al façam loguo entregar ao mestreiro moor da dita rendiçam que for nesse bispado, se no luguar for. E nom sendo hi o entreguem abūa boa pessoa fiel que otenha, atee oelle vir receber, e todo sobre elle se carreguara em recepta, pola maneira que as outras couças que hain de receber, obham de ser. E nom fazendo os ditos corregedores todo pagar, como pernos he mandado, sejam obriguados pagar por seus beēs aaquelles a que as ditas couças foram tomadas, todo aquello quelhes for deuido, com as custas, perdas, e dânos que por ello receberam.

Ebem assi nom tomem nem mandem tomar em ninhum luguar de nossos reynos, besta algūa dalbarda nem de sella, nem carreta sem vontade de seu dono, e quando os ouuerem mester, as aluguem a seus donos, concertandose com elles aas suas vontades, nos preços acostumados na terra: e nom as podendo assi auer, entam as requeyram aas justiças dos luguares, aos quaes mandamos que lhe façam dar aquellas que lhe forem necessarias pelos preços, que comumente se acostumam aluguar nos luguares onde

O segundo liuro das Ordenações.

ondelhe forem dadas. Poem nom lhe seram dadas senom as bestas que costumam andar a guanho , posto que de priuilegiados sejam , e aquelles a que forem dadas paguem loguo os alugueres ante que se com carreguas partam. E mandamos a todas as nossas justiças , que nom consentam a pessoa algua que em outra maneira tome bestas , nem carretas : e qualquer que hocontrairo fezer queremos e mandamos que loguo lhe façam entregar as bestas e carretas que assi contra esta nossa defesa tomarem , com todas as perdas e danos que seus donos por ello receberem , e custa que sobre ello fezerem , e paguarem pera a nossa camara outro tanto de pena , quanto for julgado aseus donos. E ojuiz ou justiça aque for requerido , que ayssô nom tornar , executando as penas nesta ordenaçam contheudas , paguaraa vinte cruzados , a metade pera quem acusar , e a outra pera a nossa camara .

Titulo. xxxvij. Da pena que aueram os que trouxerem as armas que lhe nam pertençem . E dos que tomain dom , ou apelidos delinhagêis , nom lhes pertençendo . E dos que se nomeam por fidalguos nem hosendo .



nota q̄ intima nobilium diuina
arma in quo rata ē ex bart. learm.
et insign. in pto v̄ brag. nobilie
c. 6. n° 14.

Sguardando nos , quanto com razam he e deve ser estima da a nobreza e fidalguia das pessoas , e quanto os homens fazem e saõ obrigados fazer por a alcançar e sustentar , e assi como as armas dos nobres e fidalguos de nossos reynos deuen andar em toda certidam , por serem finaes de sua nobreza e linhagem e merecimentos : e porque cada hum sayba o modo e maneira em que pode e deve trazer as armas que por direito lhe pertençem , o declararamos por esta ordenaçam .

Item o chefe da linhagem sra obrigado trazer as armas de reitas , sem diferença nem mestura doutras nenhūas armas . E sendo chefe de mais de húa linhagem , sera obrigado trazer as armas de todas aquellas de que for chefe de reytas , e sem mestura em seus quarteis , segundo por Portugal Rey darmas lhesera ordenado .

Item os outros yrmãos , e assitodos os outros da linhagem , as hain de trazer com adifferença ordenada no nobre officio da armaria : e assi poderaam trazer atee quatro armas se quiserem da quelles .

Da pena q̄ auerā os que trouxerē as armas. Fo. lvij.

quelles de quem desçenderem esquarteladas, & mais nam: & se quiserem
tomar soomente estremas as armas da parte de suas más po-
deiam fazer.

3. **C**Itē os bastardos hā de trazer as armas cō sua quebra da bastar-
dia, segundo ordenança d'armaria.

4. **Q**Item nom poderaa pessoa algūa trazer armas do reyno derey-
tas, posto que sejam mesturadas com outras armas, mas ham de
ser trazidas no quartel, em que as trouxerem, que ha de ser oderey-
to com deferença, assi como cadahuū pertençe as trazer: conuem
asüber as que vem por bastardia com aquebra da bastardia: & as
outras com a deferença ordenada d'armaria: porque poys oprim-
çpe herdeiro as nom pode trazer sem deferença, muyto menos
ninhūa pessoa.

5. **E** porque isto assi inteiramente se guarde, & como he muyta ra-
zam que seja, ordenamos & mandamos, que qualquier pessoa de
qualquier calidade & condiçam que seja, que nouamente tomar
armas, que de dreytolhe nom pereençam, perca sua fazenda, ame-
tade pera quem oacusar, aoutra metade pera os catiuos, & mais
perdraa toda sua honra, & priuilegio de fidalgaria & linhagem, &
pessoa que teuer, & seja auido por plebeu, assi nas penas, como tri-
butos & peitas, sem nunca poder guozar de ninhuū príuilegio nem
honra, que por razam de sua linhagem, ou pessoa, ou d' dreytolhe
pertançesse.

6. **E** quem quer que teuer armas suas, & as deixar em todo, toman-
do assi nouamente outras, que lhe nom pertençā, aueraa as mes-
mas penas, na manira que dito he, & pelo mesmo caso perca as su-
as armas proprias, sem as mais poder ter, nem dellas vsar.

7. **E** qualquier que acrecentar nas suas armas algūa coufa, que por
dereito nellas nom possa acrecentar, ou dellas tirar algūa coufa, q̄
por dreyto nō podia tirar, encorreraa em pena de douis annos de
degredo pera cadahuū dos luguares dalē, & mais paguaraa cincu-
enta cruzados douro pera oreys d'armas, ou outro offiçial d'armas
que oacusar, & nō vsaraa doutras armas, salvo daquellas que pro-
prias & dreytamente forem suas.

8. **E** aalem das penas sobreditas, em cadahuū dos ditos casos:
mandamos, que aquelles que de nouo tomarem armas, nom lhe
pertencendo, ou acrecentarem, ou tirarem nas que teuerem co-
mo dito he, ajam mais por pena, que em quaesquer demandas

h que

Bast. in l. ne d'istig n° 3
In regnando d'england
hoc procedit q̄n per e'no
belis ex pot hece norma si
tus. n° 9. t. reiuent n° 22
hct origine ea aranya con
tut. Italia et Germania lega
vidas u'z trat de casan
et arm. col. 2. Gom. L. g. tauri
54. Irag. Densilie. C. 15. 10. 25

O segundo liuro das Ordenações.

que trouxerem, ora nelas sejam auctores, ou reos, ou assistentes, ou oponentes, posto que vencidos ou vencedores sejam no principal, sejam sempre condenados nas custas pera a parte contrayra em tresdobro, assi nas do processo, como pessoaes: e qualquar parte que contra elles litiguar, poderaa oponer no feito (depois da sentença dada) cadahuña das sobreditas cousas, e lhe sera adita parte condenada nas custas em tresdobro, prouando cadahuña das sobreditas cousas, comodito he.

Item todas as sobreditas penas auera, e que teuer tomadas as ditas armas nouamente, e as nom leypar, ou aquelle que asteuer acrecentadas, ou dellas teuer tirado, e as nom tornar apoer como de derecho lhe pertençem, da publicaçam desta ordenaçam atres meses.

Esta mesima pena de custas em tresdobro, da maneira que dito he, aueram aquelles que nom estando assentados em nossos liuros por fidalguos, ou nom forem feytos fidalguos por nossa espeçial merce, ou dos Reys nossos antecessores, ou nom sendo filhos, nem netos de fidalguos da parte de seus pays ou mays, se chamarein fidalguos, assi em contractos, como aluaraes, como em quaesquer outras escripturas de qualquer qualidade que sejam, ou os que apresentarein cadahúa das taes escripturas ou aluaraes, em que lhe chamein fidalguos, ou dellas usarem. O que auera luguar nas escripturas e aluaraes que forem feytos depois de passados tres meses da publicaçam desta ordenaçam, e mais paguaraam çem cruzados, ametade pera quem os acular, e acuera metade pera anossa camara.

Item mandainos e defudemos que ninhum hominem nem mulher, de qualquer sorte e qualidate que seja, nom se possachamar nem chame de dom, se lhe nom pertençer per derecho por via de seu pay, ou auo da parte de seu pay, ou por nossa graça espeçial, eu dos Reys passados, ou que nos liuros de nossas moradias com odito dom andarem. E as mulheres ho poderam tomar de seus pays, ou mays, ou sogras que odito dom dereitamente teuerem, como sempe neste reyno se costumou. E os que doutra maneyra ho teuerem tomado, nom viem mais delle, e oleyrem da publicaçam desta ordenaçam atres meses, pois com derecho e razamo nom podiam tomar, saluo auendo pera yssso nossa prouisam. E quanto aos bastardos que nom forem nados de legitimo matrimonio

Da pena q̄ auera os q̄ trouxerē as armas.) Fo.lvij.

monio, posto que legitiimados sejam, nō se poderaā chamar de dom, ainda que de dereito lhes podera perteçer, se de legitimo matrimônio foram nados. Porē nos q̄ ja saim nados ate epúbricaçā desta ordenaçām, tate e horas se chamar á de dō, por lhe de dereito perteçer, se de legitimo matrimônio naçidos foram: estes taes nō serā obrigados de leixar odito dom. Esto senō entēdera a nos bastardos que forem filhos de prelados, ou de quaisqr pessoas ecclesiasticas: porq̄ estes posto q̄ de dō atee ora se chamassem, se cō o dito dō nō esteuerē assentados em nossos liuros, serām obriguados de leixar o dito dō ao tempo do sobredito de tres meses, salvo se ao tēpo q̄ elles naçeram ainda se us p̄ys nomerā ecclesiasticos, t o dito dō lhes perteçia de dereito, se de legitimo matrimônio foram nados: porque estes taes q̄ se assi atee ora chamar á de dom, nō serā obrigados de oleyxar: t quē ho cōtrario do cōtheudo neste capítulo fezer, t onom cōprir como se nelle contem, perderaa afazēda, a metade pera quē o acusar, t a outra metade pa os cativos, t mais perderaa todo prívilegio de fidalguia t pessoa q̄ tener, t ficara a plebeu, como ençima dito he: t aalem dello trazēdo algūa demāda em qualqr tēpo q̄ seja, se o seu aduersario lhe quiser oponer, q̄ depois desta ordenaçām se chamou de dom, sera a isso recebido. E se nolhe prouado, perderaa toda auçām t dereyto q̄ tenha pera fazer adita demanda sendo autor, t sendo reo perderaa todo dereyto que pera se defender tenha, t sera auida por prouada auçām do autor. E quando lhe assi for postia adita excepçām, q̄remos por senō dilatar a causa, t por se euitar q̄ se nō allegue maliciosamente, q̄ sem embargo della se va polo dito feito em diâte, assi como se hiria, nō sendo adita excepçām alleguada: t yssso mesmo se receba adita excepçām, t se proceda nella atee ser prouada: t tanto q̄ prouado for, nō vā mais polo feito em diâte, t opronunciē como dito he: t nō se prouado a tal excepçām, condenara á aparte que aallegou nas custas em dobro.

12. **Q** (os pais q̄ a seus filhos em quāt nō chegarē adez t sete annos) cōsentirē q̄ se chamē de dō, nō lhes perteçēdo, t assi aas filhas em q̄nto as teuerē em suas casas, t casadas nō fore, auera todas as sobreditas penas, como se elles mesmos se chamassē dō, nō lhes perteçēdo.

13. **E** outro si nenhūa pessoa de qualqr cōdiçā q̄ seja, daqui em diâte nō tome apelido de fidalgo de solar conhecido q̄ tenha terras com jurisdiçā em nossos reinos, nō lhe pteçēdo, nē vindo da dita linhagē: t os q̄ aopresente se chamā de semelhātes apelidos, os nō trespasssem aleus filhos, nē desçendētes, nē os ditos desçendētes se possam chamar cōdiçā.

O segundo liuro das Ordenações.

dos, como aqui per nos he declarado, despois que as ditas cartas lhe per nos forem outorgadas e passadas pola chancelaria. Conuen a saber, que todos seus lauradores encabeçados em suas herdades, e assi os caseyros de suas casas, e quintaãs, e seus moordomos, e criados que com elles continuadamente viverem, e os servirem sem outro enguano nem malícia, sejam escusados de pagarem empeytas, fintas, talhas, pedidos, seruiços, e emprestidos, nem outros ninhûs encarreguos que per os concelhos ou lugares onde forem moradores, forem lançados, nem sejam constrangidos que vam com presos, nem com dñiheyros, nem sejam tutores, nem curadores de ninhûas pessoas, salvo se as tutorias ou curadias forem lidumas, nem ajam officios do concelho, salvo se forem cada hum dos quatro officios que temos atras ordenado, que nom seja algum pruilegiado escusado, segundo dissemos no primeyro liuro no título, em que modo se deve fazer a eleição, nem pousem em suas casas de morada, adeguas, nem caualariças, nem lhes tomem seu pam, vinho, roupa, palha, ceuada, lenha, qualinhas, neinguaados, bestas desella, nem dalbarda, salvo se as trouuerem ao guanho, porque em tal caso nom devem ser escusados: nem lhes tomein seus boys, carros, nem carretas, nem outras coisas do seu contra suas vontades. E aos lauradores que gouuirem do dito pruilegio, seram encabeçados em cada huña dessas herdades, e nom lauraraam em outras herdades, se nom em as dos sobreditos: e se em outras laurarem, paguem e peitem como os outros, e siruam por ellas outro tanto tempo do anno, quanto montar naquelle parte, que fora das ditas herdades encabeçadas laurarem.

E quanto aos moordomos, mandamos que seja hum em cada quintaã, ou casa, e mais non.

E os caseiros que esteuerem em suas quintaãs e casas, devem ser guouernados continuadamente e apríncipal parte de suas vias per os alayro das sobreditas pessoas, e nom devem principalmente viver per outros mesteres, nem per aprovamento de seus proprios beés.

E outro si os que com os ditos fidalgos viverem per a maneyra atras escripta, gouir aam do dito pruilegio em quanto com elles viverem.

E por oportos taes pruilegios, as ditas pessoas aquima declaradas

Que os prelados & fidalgos nō façā nouamēte. Fo.lx.

diz, nem seram escusadas de paguar na bolsa, nem de servir na defensam da cidade, villa, ou luguar & seus termos donde viuerem, nem em fazimento ou refazimento de muros, pontes, fontes, & calçadas: nem seram escusados de serem acontiadoss que tenham caualos pera nosso seruiço, se teuerem acontia pera ello ordenada: salvo se expressamente por merce especial que aalgúis queyramos fazer, lhe outorguamos que os seus lauradores, moordemos &c. sejam de cadahúa destas couisas excusados.

S Título. xl. **Q** ue os prelados & fidalgos nō façā nouamente coutos, nē honrras em seus herdamentos, & como nellas vsaraā de suas jurisdições.



Om seja algum prelado, ou fidalguo de qualquera estatuto condicām que seja, tam o usado que faça honrra, nē coute algum nouamente em suas quintaās ou casaes, nem acrecentem nas honrras & coutos velhos, aalem daquelle de que antigamente soyam vsar seus antecessores: & se algūis quintaās ou casaes foram honrradas ou coutadas antigamente, vsaraān soomente em ellas daquellas couisas que lhe foram concedidas & outorguadas pelas inquirições que foram tiradas per mandado delrey dom Denis da gloriosa memoria, na era de Cesar de mil & trezentos & vinte & oito annos. E aquellas que nouamente foram feytas, ou acrecentadas, des a era de Cesar de mil & trezentos & cincuenta & tres annos, que sam de Christo mil & trezentos & quinze per a ca, mandamos que sejam de toda deuassas.

CEmandamos que os ditos prelados & fidalgos ajam as honras contheudas nas ditas inquirições, com todas as jurisdições & dreytos que polas ditas inquirições se mostrassem auiam ao tempo qaz ditas inquirições forā tiradas, & nō entraraā nellas comando. nē porreiro da villa ou luguar em cujo termo as ditas honras forem.

CSe nas ditas inquirições for contheudo, que os senhores das ditas honrras tenhā em ellas soomēte juiz, odito juiz vsaraā em ellas de toda jurisdição que se mostrar per as ditas inquirições, dō que se us antecessores vsayam: & nō se estenderā amais, do que per as ditas inquirições se prouar.

CEnom se prouando per as ditas inquirições, de que jurisdiçā odi-

O segundo liuro das Ordenações.

co juiz nas ditas honrras vslava, entam o dito juiz poderaa soomente conhecer de todos los feitos queis dos moradores das ditas honrras. E de feito algum ci uime nom tomaraa conhecimento, e conheçeraam dos ditos feitos crimes os juizes ordinarios da villa ou luguar, em cujo termo as ditas honrras esteuerem.

CE se per as ditas inquirições se mostrar, que os senhores dellas nō tinham em elles juiz, mas soomente tinham viguairo: o dito viguairo poderaa soomente quuir os feitos dos moradores das ditas honrras, dos danos que seus guados fezerem nos pâes e outros quaequer fruítos, e nos tapamentos de suas herdades, ou viñhas, e das coymas em que os moradores das ditas honrras cairerem, huius nos outros per razam dos britamentos das aguoas: e nom poderaa o dito viguairo conhecer de propriedade nem de posse das ditas aguoas, se as algúis aoutros demandarem, soomente poderaa citar os moradores das ditas honrras, que nos casos q[uod] juiz ou viguairo dellas nom podem conhecer, vam responder perante os juizes da villa ou luguar, em cujo termo as ditas honrras esteuerem.

CE no caso que em as ditas honrras ouuer juiz e viguairo e nom se prouar de que jurisdiçam cadahu deue vslar, o juiz soomete ecriteçeraa dos feitos queis como ençima he declarado: e o dito viguairo nom tera jurisdiçam algua, soomete citaraa os moradores da hõra que pareçam perante o juiz della, soomente nos casos de que pode conhecer.

CE posto que per as inquirições se nom proue, que os senhores das ditas honrras tinham em elles juiz, ou viguairo: poderaam os ditos senhores per si ou per ontrein conhecer dos feitos dos moradores dessas honrras, que se ordenai em sobre os dânos e coimas e britamento das aguoas como dito he, e doutros feitos nom tomaraa conhcimento algum. E seus porteiras que em as ditas honrras teuerem, poderaam citar os moradores dellas, que vam responder perante os juizes da villa ou luguar em cujo termo as ditas honrras forem, nos casos em que os ditos senhores nō podem conhecer.

CE se algúis pessoas que nom sejam moradores nas ditas honrras se aellas acolhereim, mādamos que os porteiros dos concelhos possam entrar em elles, e os citar perante os juizes que deus feitos devem conhecer, e quelhes nom seja posto sobre ello embarguo.

Por ooo se aaleim destos ditos prelados ou fidalguos mostrarem privilegios

Que os judeus & mouros forros se sayā deste. Fo. lxj.

privilegios dos Reis nossos antecessores per nos confirmados, per quelhe seja outorguado, podereim em suas honrras vsar de mayor jurisdiçam, da que nesta nossa ordenaçam he contheudo: mandamos que os ditos privilegios lhe sejam guardados, como em elles for declarado, e por nossas ordenaçōes determinado.

E se algūs dos ditos prelados ou fidalgos nas honrras que assi tñereim, vsarem em ellas de mayor jurisdiçam da que per as ditas inquirições ou por seus privilegios lhe he outorguada, ou tolherem anossas justiças, de em elles vsarem daquelle que podem e deuem vsar: queremos que per esse mesmo feyto lhe sejam loguas as ditas honrras deuassas, e aaleim dello nos lhe daremos aquella pena que nossa merce for, segundo as culpas em que forem achados.

Titulo . xlj. Que os judeus & mouros forros se sayā destes reynos, e nō morēnem estē nelles.

Por que todo fiel christam sobre todas as couisas he obrigado fazer aquellas que sam seruiço de nosso senhor, acrecentamēto desua sancta fee catholica: e estas nom soomente deuem pospoer todos os guanhos e perdas deste mundo, mas ainda as proprias vidas: o que os Reys muyto mais inteiramente fazer deuem e sam obriguados: porque per Jesu christo nosso senhor sam e regem, e delle recebē neste mundo mayores merces que outra algūa pessoa: polo qual sendo nos muy certo, q os judeus e mouros obstinados no odio da nossa sancta fee catholica de christo nosso senho: que por sua morte nos remio, tem comedito, e continuadamente contra elle cometem grandes males e blasfemias em estes nossos reynos: as quaes nom tam soomente a elles que sam filhos de maldiçam, em quanto na dureza de seus corações esteuerem, sam causa de mais condenaçam, mais ainda a muitos christaos fazem apartar da verdadeira carreira, que he a sancta fee catholica: por estas e outras muy grandes e necessarias razões que nos a esto mouem, que atodo christam sam notorias e manifestas: auida madura deliberaçam com os do nosso conselho e letrados, determinamos e mandamos, que da publicaçam desfa nossa ley e determinaçam ate per todo o mes Doutubro, do anno do naçimento de nosso senhor de mil e quatrocentos e nouenta e sete, todos os judeus e mouros forros, que em nossos rey-

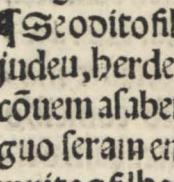
b v nos

O segundo liuro das Ordenações.

nos ouver, se sayam fora delles, sob pena de morte natural, t per-
der as fazendas pera quem os acusar. E qualqr pessoa que passado
odito tempo teuer escondido algum judeu, ou mouro forro : per
este mesmo feyto queremos que perca toda sua fazenda t beés pe-
ra quem oacusar: t roguamos, t encomendamos, t mandamos por
nossa bençam, t sob pena de maldiçā aos Reis nossos successores, q
nunca em tempo algum leixem morar, nem estarem estes nossos rey-
nos t senhorios delles ninhum judeu, nem mouro forro, por ninhā
cousa nem razam que seja : os quaes judeus t mouros leyxaremos
bir liuremente com todas suas fazendas, t lhe mandaremos pa-
guar quaesquer diuidas que lhe em nossos reynos forein devidas,
t assi pera sua hida lhe daremos todo auiamento t despacho que
comprir. E por quanto todas as rendas t dereitos das judaias t
mouraias temos dadas, mandamos aas pessoas que as de nos
tem, que nos venham requerer sobre ello, porq a nos praz de lhe má-
dar dar outro tanto, quanto asditas judaias t mouraias rendē.

Titulo. xlj. De como ho christão que foi judeu, deve de herdar a seu pay t asua māy, t aos cu- tros parentes.

 O quanto por el Rey dō Alfonso o segundo foi feita lei,
per que mādou, que ninhum judeu nō podesse deserdar
seu filho, q se tornasse christão ou christaā, mas q tanto q
esse filho fosse tornado aafee de nosso senhor Jesu christo
loguo ou uesse toda sua dereita parte, que da herança t fazenda de
seu pay t māy lhe pertençesse auer, t se recrecia duuida quanta par-
te era a que odito filho ou filha auia dauer da fazenda do dito seu
pay ou māy : foy por el Rey dom Alfonso o quinto meu tio de louua-
da memoria feita declaracām da dita duuida, em esta maneyra que
se segue.

 Se odito filho christão for sooo, que nom aja outro y:maā
judeu, herde ao dito seu paí t māi, assi como se elles fossem christãos:
cōuem asaber as duas partes de todos os seus beés, as quaes lhe lo-
guo serain entregues, tanto que se tornar christão : t ainda que sejam
muitos filhos, se junctamente se tornarem christãos, nom auerā ma-
is de seu pay, ou māy, judeu, ou judia, do que dito he em hum sooo fi-
lho : t aterça parte dos beés ficara salva ao paí cu paí, pera della fa-
zer.

De como ho christão q̄ foi judeu deue de her. Fo. Ixij.

zer sua vontade em todo tempo e caso di em diante, segundo derey-
to dos judeus, sem ja mais em algum tempo o dito filho christão her-
darem elles, saluo sendolhes leyrado per ho pay ou may antes da
sua morte.

2. ¶ E no caso que o dito filho christão tenha outro yrmão judeu ao tē-
po que assi for tornado aafe de Jesu christo: mandamos que esse fi-
lho christão aja loguo a metade de todos los beés, que o padre ou ma-
dre ouuer aesse tempo, e a outra metade fique aos ditos pay e māy.
E auendo mais que hum yrmão judeu, em tal caso aja sooinente a-
terça dos ditos beés, e as duas partes fiquem aos ditos paiz māi,
e o dito filho christão nunca ja mais herde em seus beés, saluo o q̄ lhe
for dado ou leyrado por elles ante de sua morte per sua vontade.
Eban assi nom herde o dito pay e māy na herança do dito filho
christão: e tornando se os christãos cadahuūdos outros filhos,
quera loguo aterça parte de todos los beés que o dito seu pay e māy
ouuerem a esse tempo, e assi cada huium dos outros filhos atee nom fi-
car ninhum, sem mais auerem de herdar como açima dito he.

3. ¶ Em todo caso onde o filho judeu tornado christão for casado, e
herdar aseu pay e māy, segundo suso he dito e declarado, deve des-
contar na herança (que loguo ouuer, quando for tornado aafe)
todo aquello que dos ditos seu pay e māy ouuer, que por direito de-
ve tornar a acolaçam, se ainda ambos forem viuos: e se a esse tempo
algum delles for morto, auera de toda a herança desse morto intey-
ramente sua parte segundo adeclaracām sobredita, sem descontar
cousa algua do que ouue em casamento: e na parte do que for ain-
da viuo descontaraa o dito casamento, segundo o que lhe logro her-
dar, como dito he.

4. ¶ O dito filho assi tornado christão herdaraa em todo caso a quaes-
quer yrmãoz e outros parentes, assi e per aguia como aellos her-
daria se christãos fossem: guardando a cerca da tal herança nossas or-
denações e drito, como em elles he contheudo.

5. ¶ Depois que por nos, soy por seruço de nosso senhor ordenado
e mandado, que todos los judeus se fossem fora de nossos reynos e se-
nhorios, como no titulo precedente he contheudo, a maior parte del-
les q̄ em nossos reinos quiseram ficar se cōuerterá e tornará a a nossa
sancta fee, e receberam aguoa dos sancto baptismo, nos soy mouida
duuida per algūs nossos letrados: se esta ordenaçam açima escrita
auer alugar, e se praticaria na socessam destes nossos christãos, assi
como

O segundo liuro das Ordenações.

casas, e os servirem continuadamente, ou q' delles receberem casamento, ou outra satisfaçam, sem a outra pessoa serem acostados, ajam todas honras, privilégios, e liberdades que ham pera elles os fidalgos e os do nosso conselho.

QOutro si mandamos, que se algúas pessoas lhes forem obrigadas em algúia parte de nossos reynos, assi em conta de prata, ouro, dinheiros, ou outros bens mouéis, ou de raiz, per razam de contratos, arrendamentos, aforamentos, ou pensões de herdades, alugueres de casas, heranças, ou outras coulas semelhantes, e os quiserem demandar, que os demandem presente os corregedores da dita corte: aos quaes mandamos, que ouçam as partes e façam direito.

Eisso mesmo nos praz, que quando quiserem acusar algúia pessoa por algum crime de coula que a elles toque, ho qual aja de ser acusado fora da corte, que possam acusar por procurador, posto que por nossas ordenações sejam obrigados parecer pessoalmente: e esto em quanto andarem ocupados em nosso serviço.

QOutro si queremos e mandamos, que aquelles que lhes laurarem suas herdades proprias emprazadas, aforadas, ou que em elles ajam uso fructo, ou outro algum proueito, que seja seu caseiro encabeçados, ou seus parceiros, quelhes traguam suas herdades, no paguem anos, nem a outra algúia pessoa, jiguada de pam, vinho, linho, nem deninhum outro fruítio, assi elles como os que lhes as ditas herdades laurarem e prouetarem, per qualquer maneira que as os ditos lauradores traguam emprazadas, aforadas, ou arrendadas adinheyro ou pam certo, ou a meyas, ou a terço, quarto, ou quinto, ou per outra qualquer guisa: porque como quer que es traguam, se adita jiguada nom paguarem, todo vem em proueto dos sobreditos. E se algum laurar algúias suas herdades, posto que em elles nome seja encabeçado, per qualquer guisa que as tragua, se outra doutra pessoa nom laurar, salvo as dos sobreditos, nom pague jiguada, sem embargo de qualquer determinação que per artigos geraes ou especiaes em contrario desto seja dada.

QOutros si mandamos, que os lauradores que laurarem e esteuerem em suas herdades encabeçadas, e as laurarem, nom sejam constrágidos ater egoa, nem caualo, nem lhes sejam lançados, e esto sem embargo de qualquer regimento ou mandado nosso.

QOutro si mandamos, que os seus caseiros encabeçados, mooremos

*an aut' prilegianus
ut talis gaudet eode
prilegio adiis 3 valas
cons. 12 an. 1.*

Dos priuilegios & liberdades cōcedidas ao. Fo. Ixiiij.

domos, amos, & paniguados, & outros que com elles viuerem, nem sejam tutores, nem curadores de nenhūas pessoas, nem pousem com elles, nem lhes tomein suas casas demorada, nem adeguas, nem estrebarias, nem roupa, né palha, nem gualinhas, né bestas, nem outras nenhūas cousas contra suas vontades, pera nos, nem pera a Rainha minha muyto amada & prezada molher, nem pera o príncipe & infantes, nem pera outras nenhūas pessoas.

¶ Outro si mandamos, que se os ditos nossos officiaes quiserem demandar algúas viuvas, ou outras pessoas (posto que sejam inseparáveis) por algúas dívidas suso declaradas, que as possam demandar perante o dito corregedor: & se as ditas viuvas ou outras quaisquer pessoas quiserem demandar os ditos nossos officiaes, mandamos que eiles noim respondam perante outros nenhūs juízes, nem justiças, se nom perante o dito nosso corregedor: por quanto o privilegio dos ditos nossos officiaes, auemos por melhor que o das viuvas, nem de nenhūas outras pessoas: & mandamos que preçeda todos os outros, assi dos officiaes da casa do ciuel, como homens escolares & moedeyros, como doutros quaisquer, por serem a nos mais cheguados & auerem mais trabalho por nosso serviço. Porem se algum desembargador da casa da soprovíça em teuer contenta com outro desembargador da casa do ciuel: em tal caso o actor seguirá o oforo do Reo, convém asaber os da casa da soprovíça ao corregedor da corte, & os da casa do ciuel perante o seu corregedor.

¶ Outro si defendemos, que nom seja nenhūa pessoa tam ousada de qualquero estado & cōdiçā que seja, que aos sobreeditos (nem suas casas, nem herdades, & bēes, né aseus homens, & molheres, guados, bestas, casaes, quintaās, & luguares, nem outras nenhūas cousas) faça força, mal, nem desaguisado, nem lhes pousem em suas casas de morada, adeguas, nem estrebarias, nem lhes tomem a elles, nem aseus caseyros & lauradores que esteuerem em suas quintaās & casaes encabeçados, bestas, roupa, palha, gualinhas, nem outras aues, & guados, nem lhes caçē coelhos, né outras alimarias, né lhes talhe lenha, nem outra madeira em suas defesas, nem lhes façā caminhos, nem atrauesso diros per as ditas suas herdades, & lauras, & quintaās, & defesas: & aquelles q̄cōtra esto forē, & o contrario fezerem, mandamos a todos os juízes & justiças, q̄lho noim cōsentam, & lhes façā corrigir toda perda, dāno, & mal quelhes for feitos, paguem mais a nos os nossos encoutos de seis mil reaes, dos quaes nos praz que aja qual

vxi. O segundo liuro das Ordenações.

Ihados de torres, portas de fortaleza, e assi barreiras e baluartes, trancas, ferrolhos e fechaduras, repayro de cisternas e poços, e quaesquer dâniscamientos de muros, e barras, e torres, e assi da-meas e peitoris. E caindo torre, ou lanço de muro, baluarte, ou barreira, oponolhe dara a seruentia. E ho mais fara ho alcayde moor a sua custa.

E os alcaides moores qnom teuerem os ditos castelos de juro serâ obliguados a repairar todas as couisas sobreditas, e de as entregar no estado em qlhe forentregues, tirado muros, barreiras, e baluartes, e torres. E quando assi repairarem as sobreditas couisas que sam obliguados repairar, ho pouolhe dara a seruentia.

E quando se der a posse dos ditos castelos polo nosso porreyro da maça, quelhe ha de hir dar adita posse e ha de trazer estormento, segundono titulo dos alcaides he contheudo, ho dito porreyro requera a aos juizes da terra, que com tabaliâ vaâ ver ho dito castelo, e escreuam como estam as ditas couisas ao tempo qlhe entregâ aposse: do qual estormento que ho porreyro trouxer, ficara abo treslado no liuro da camara, e no estormento que ho porreyro trouxer viraa certidam como ho treslado do dito estormento fica na camara: e bem assi viraa no dito estormento qho porreyro trouxer ho treslado do assento que na camara ha de estar, de como estaua o dito castelo e couisas sobreditas ao tempo que se fizera a derradeira entrega do dito castelo, e como entonce estâa, perase ver como ho alcaide moor passado com proprio combo que era obliguado: e achandose que nô leyrou ho castelo como deuia, se pagara a e corregeraa todo a acosta do alcayde moor passado.

E item os juizes das cidades, villas, e luguares de nossos reynos e senhorios, tanto q cada anno entrarem por juizes, dentro de quinze dias do dia q o tomarem posse de seus julguados vam ver as fortalezas da tal cidade, ou villa, ou lugar: e quâdo achai em que as fortalezas nom estam corregidas e repairadas como os alcaydes moores quenellas estam sam obliguados, assi as de juro como as que ho nem forem, nom lhe leixara a recadar as rôdas da caidaria, nê correr aos seus alcaides ate nom satisfazereim com suas obrigaçôes, e as rôdas se arrecadara a pera repayro dos ditos castelos, e avilla prouera de alcaide pequeno que aja de correr a terra, em quanto nom comprir com sua obligação: e ho corregedor da comarca, e ho proueedor dos orfaos, e obras, e residos, quando entrarem nos ditos lugares

De como oscastelos. Da determinaçam. Fo. lxvj.

res antes que se delles vam, hiram ver os ditos castelos, e farā em todo comprar esta ordenaçam, e os juizes, ou corregedor, ou proueedor que pola dita maneira nom proueere mos ditos castelos, ou que proueedoos e achādo q̄ estam como nom deuē, nom der ē aaexecuçā esta ordenaçam, sejam condenados cada hum delles em vinte cruzados, a metade pera os catiuos, e a outra metade pera quem acusar, e mais em dous annos de degredo pera alem.

4 E mandamos que quādo os alcaydes mores ouuerem de leixar os castelos, e nom se poder auer homem fidalgo aque ho leyxem como sain obrigados, segundo dissemos no titulo dos alcaydes mores, leixara am por si tal pessoa que seja escudeiro e casado, e de hida de ao menos de trinta annos, e di pera çima, ho qual sempre vivera no castelo: e leixando outrem quem nome seja da maneira sobredita perderaa as rendas do castelo.

So Titulo . xlvi . Da determinaçam que se tomou sobre as duuidas dos foraes. E dos q̄ leuaā maistrubtos. E q̄ as alfandegas, nē sisas, nē terças dos cōçihos nom se entendam ser dadas em ninhūas doações.

Por quanto antes que mandassemos fazer os foraes de nossos reynos ouue algūas duuidas que pera ho fazer delles era necessario ser ē determinadas, as mandamos ver por muitos desembarguadores das nossas casas assi da sopruçaçam como do çuel, e vistas por elles e bem examinadas nos mādaram seu parecer assinado por vinte e dous desembarguadores, e nos ho apronamos, e por as determinaçōes deile mandamos fazer os ditos foraes, e per a por elle se determinarem as duuidas semelhantes que sobreuiherem, ho mandamos aqui encoprar, e he ho seguente de verbo a verbo.

Convito alto muyto exçelente e muyto podero-
so Rey e principe nossos senhor.

Por os desembarguadores e letrados destas vossas casas da sopruçaçam e do çuel se viram juntamente as duuidas que vossa alteza mandou ver sobre os foraes, e despois de particularmente cada hum estudar e ver com toda diligencia ho que em cada hum se devia fazer, segundo lhes por vossa alteza foy mandado, acordaram os aquí assinados ho que se segue, conuençam a saber. Que nos lingua-

res

O segundo liurop das Ordenações.

res de vosso reynos em que se leuaraam e leua derytos e tributos
onde no auia foral nem ho ha, nem outra autentica escriptura pera se
leuar soomente aposse antigua em que estam: parece q nestes taes de-
ue ser auido por titulo aposse em que sempre esteueram, com tal de-
claraçā que estes q assi por tal costume immemorial esteuerā em pos-
se de semelhantes derytos possuir e auer, tenham adita posse imme-
morial: e co tanto que estes derytos q se assi ham dauer por semel-
hante costume e posse immemorial, sejam daq'les q os Reys destes
reynos costumassem geralmente dar e arrecadar pera si: aos qua-
es se daraa nouamente foral conforme aos luguares seus semelhan-
tes e comarcas. E esto sera soomente onde nom ha foral, mas on-
de auia foral, e hi leuaraam e leua algūs derytos ou couisas aalcin-
das nelle contheudas: e parece que se deve fazer esta distinçam ou di-
ferençax conuen asaber, posto que se agora mais couisas leuem das
contheudas nos ditos foraes: se sam porem das semelhantes, ou da
qualidade das outras que ho foral manda paguar, parece que se de-
ve dellas de leuar como das especificadas no foral: conuem asaber se
disse ho foral que paguasse de trigo, e nom disse de ceuada, nem
de milho: e disse que paguasse de castanhas, e nom disse de no-
zes nem avelãas: parece que de todo esto seu semelhante se deve de-
paguar. E isto porem se entederaa naquelles que jaa esteuerē na di-
ta posse immemorial de as leuar: porque os que ataa aqui no leua-
raam mais que as couisas loguo declaradas nos ditos foraes, no leua-
raam por isso daqui em diante mais outras ninhūas, nem isso
mesmo leuaraam outras couisas, posto que nos ditos foraes este,
se por ho dito tempo immemorial estam em posse de seno paguarē.
E ao outro caso que tambē vostra Alteza quis saber: conuem asa-
ber quaes seram os derytos reaes que deuē recadar e auer aquel-
les luguares aque foram dados por os Reys vosso antecessores
por certa pensam e preço que por elles paguam: parece q deuē auer
e arrecadar pera si todas as rendas e tributos q ho Rey e acoroa
de vosso reynos ao tempo do contracto naquelle luguar auia ou
deuia dauer, sendo daquelles q por geraes doações os Reys costu-
muā de dar, nom se tolhendo porem darse ou declararse em alguā
luguar algū mais especialidade, se as palauras de seu foral e con-
tracto antre acoroa de vosso reynos, e elle especialmēte declarare.
E se os que tinham foraes leuā algū deryto ou couisa que nom
sam contheudas no dito foral, nem semelhantes aos derytos q po-
lo

Corr. de prazir. art. 2. n.º 91
valas etomo cons. 1672

Da determinaçā q̄ se tomou sobre as duuidas. Fo.lxvij.

lo dito foral he sam outorguadas, nem das que os Reys costumā de-
dar em seus foraes em semelhantes luguares, pareçe que as nom de-
uem de leuar: conuém a saber, se ho foral disse que paguassem em húa
villa ou luguar os que hi comprassem e vendessem certa cōtia depor-
tagem: e os senhorios destes luguares leuam dereito dos q̄ por ali pas-
sam, ou por seu termo, sem comprar e nem venderem: pareçe que nom
se pode dizer que prescreueram, pois sempre contra os semelhantes
estaa a maa fee prouada polo foral que hi auia, no qual se nunca se-
melhante couisa declarou que paguassem: e assi das semelhantes
couisas como dito he, senom deue pagar sem embargo de nenhūa
posse nem costume que secontra esto possa alleguar.

*qd hinc. Darlos in l. quoniam
o. p. q. deflamin.*

¶ E porque no titulo de como as Rynhas e infantes possemos cer-
tas penas aos que leuam mais foros, tributos, ou dereytos do q̄ lhe
por suas doações ou foraes for outorguado, as quaes nom sam taes
pera com receo dellas deixarem de holeuar, nem sam corresponden-
tes ataes culpas: querendo aello prouer mandamos que prouandose
que aquella pessoa que de nos taes dereitos teuer, leuou maiores de-
reytos do que por suas doações, ou foral, ou sentenças podem leuar,
ou leuar outros dereitos que nom estee no foral ou sentenças: ou sa-
bendo que se leuam por seus feitores ou arrecadadores, ho consen-
tem leuar, ou lho nō contradizē: aalem da pena contheuda no dito ti-
tulo, perca em sua vida todos os dereytos que por foral tinha, ou
por suas doações, ou sentenças, pera a coroa de nossos reinos, e ho
pouo ser aliure depagar os taes dereitos hum anno.

¶ E a pessoa que em nome daquelle que taes dereytos teuer, ou por
seu respecto, leuar mais do contheudo no dito foral ou sentenças,
ou leuar outro dereito que nom estee no dito foral: aalem das penas
contheudas no dito titulo, sendolhe prouado que lhe soy allegua-
do ho foral, e reclamado que nom leuasse ho tal dereyto por ser for-
do foral, ou mais do contheudo nelle, e esto perante tres testemu-
nhias: pola primeyra vez sera açoutado e degradado dez annos
pera África, e pola segunda sera degradado pera sempre pera ay-
lha de sam Thome, e pola terçeyra moura morte natural: porē aexe-
cuçāim da morte nom se fara sem nolo primeiro fazerem saber.

¶ E por quanto em muitas doações, assi por nos feytas como por
os Reys nossos antecessores sam postas algúas clausulas muito ge-
raes e exuberâtes: declaramos que por taes doações e clausulas nel-
has contheudas, nunca se entende darmos as alfandegas e dereitos

i dellas

O segundo liuro das Ordenações.

Dellas nem as dízimas nouas dos pescados, nem as sisas, ni as terças que temos nas rendas dos concelhos, nem os vieiros e minas de qualquer sorte que sejam, salvo se expressamente forem nomeados e dados na dita doação; o que mandamos que assi se cumpra e guarde e aja lugar em quaequer doações feitas polos Reys que ante nos foram, ou por nos ou polos que ao diante forem. Corr. de p. 6. n.º 238 E pera prescripçā das ditas couisas se nom poderaa ajudar ninhūa pessoa de qualquere posse que allegue teer, posto que seja immemorial.

E porem quanto aas sisas e alfandegas, posto que expressamente se dem nom valera a tal doação, por quanto nom he de creer que ho Rey q tal carta assinou, ha assinara se ovira, por ser couisa tam prejudicial a coroa de seus reynos. E bem assi nom valera a doação das terças, posto que expressamente sejam dadas, por quanto as ditas terças nom sam suas; salvo dos pouos que as deram e ordenaram para as obras das fortalezas e muros.

Titulo. xlvi. Dos que constrain a algúas pessoas que pessoalmente morem em algúas terras e casas.

Por quanto somos enformado que em algúas partes de nossos reynos sam constrangidos muitas pessoas, assi homens como mulheres, descendentes ou transuersas daquelles q tomarā algúas casas ou terras, posto q seus herdeiros nom querā ser, q por força vam morar e pouorar essas terras e casas pessoalmente, e senô querēbir, requerem q os prendam, e sobre ellos lhe daim muita fadiga e opressam, e os trazē em grandes demandas: e por ello muitas mulheres leyram de casar por nom achare q com ellas case pordizerem q sam as criticias e obriguadas apouorarem e morarem as ditas terras e casas: e porq tal obriguacā parece especie de catilieiro, a qual he contra razā natural: determinamos e mandamos que ninhūa pessoa seja constrangida apouorar e morar ninhūa casal ou terra pessoalmente, por se dizer que he ascriticio, e que he obrigado a pessoalmente hir pouorar hido casal por desceder das semelhantes pessoas: porq queremos q em nossos reynos nom aja semelhante genero de obriguacā, sem embargo de quaequer leis e ordenações que em contrário sejam: porem nom tolhei nos que nom sejam obriguados acomprir os contractos

por

Dos q̄ cōstrágē aalgūas pessoas. Das molhe. Fo. lxvij.

por elles feitos, ou por aquelles cujos herdeiros forem, na maneyra que nos contractos for contheudo quando assi azeptarē suas heranças daquelles q̄derradeiramente faleçē, cujas heranças azeptarem.

Título. xlvij. Das molheres que tem
cousas da coroa do reyno q̄ casam sem licença del Rey. E se
seram meeiros os que casam clandestinamente.

Consirando nos como em algūas doações feytas polos Reys passados nossos antecessores, e assi por nos, pera alguūs beés da coroa de nossos reynos auerem de vir a femeas, quer por via de doaçam, quer por soçessain, assi de jurisaições como de quaequer outras rendas ou dereytos: sempre se ouuer respecto, e he razam que aja, as taes molheres auerem de casar com pessoas que ao Rey e reyno ajambem de seruir, e que seja de contentamento do Rey que entonçes for: e por esto ser coufa que tanto importa anoso seruiço e a bem comum de nossos reynos, e assi a honrra dos pais e daq̄llas de q̄ as taes desçêderdetem inimimos q̄ qualquer das taes pessoas de qualqr estadio e cōdiçam que seja, q̄ jurisdiçam ou renda ou tença q̄ passe de cincuenta mil reaes de nosteuer, ou dos Reys passados por nos confirmada, q̄ se casar sem nossa licença por nos assinada, ou ouver ajuntamento carnal cō qualquer outra pessoa viuendo desonestamente, perca por esse mesmo feito todo ho que assi de nos e da coroa de nossos reynos teuer. E estaley queremos q̄ se guarde e cūpra inteiramente como nella he contheudo sem embargo de quaequer clausulas q̄ em quaeqr doações forem postas, posto q̄ das taes clausulas seja necessaria pera delogaçā dellas ser feita expressa mençā: ho q̄ auera lugar em quaequer doações feitas polos Reis q̄ antenos foram, ou por nos ou polos q̄ aodiantes forem: e nō sera relevada do sobredito perdimento do que de nos teuer, por nenhūa coufa que por si allegar possa, como casar sem nossa licença: foi publicada esta ordenaçam aos tres dias de Dezembro de quinhentos e vinte.

E por quanto segundo forma de nossas ordenações quādo algūas molheres sam casadas com alguūs homens por palauras de presente e ouueram cō elles copula carnal, sam meeiras em seus beés e f.azēda: declaramos que esto aja lugar quando o casamento foy aaporta da ygreja, ou por licença do prelado fora da ygreja: e bē assi quando am-

i iij bos

Verg. m. u. de condic. et.
Lemon. n. 117

O segundo liuro das Ordenações.

bos estauam em voz t fama de marido t molher , posto que ho casamento nom fosse aaporta da ygreja , ou por licença do prelado : porque posto que elles queyram prouar t prouem quesam recebidos por palauras de presente , t que ouuerā copula , se nom prouarem que foram recebidos aaportada ygreja , ou por licença do prelado como dito he , ou nom prouado como estā em pubrica voz t fama de marido t molher , em casa theuda t mantheuda , ou é casa de seu paí , ou em outra casa onde esteuer , nō serā meeiras : t qndoprouar q forā recebidos , posto q seja clādestinainete , prouado como esteuerā em voz t fama de marido t molher , t ouuerā copula , entōçeserātābem meeiras .

¶ E porē nō colhemos qpera pua d serē meeiros q ho nō possā prouar quādo esteueré por tāto tēpo em casa theuda t mātheuda em pubrica voz t fama de marido t molher , qsegundo dereito abasta per a presumir matrimônio pera sucessā t pera ser meeira , posto qseno prueas palauras de presente , segundo for achado por der eito q abasta .

Su Titulo . xlviij . Que os officiaes que ouuerēde ter liuros os façā cōtar t assinar as folhas delles .



Quæsquer tabaliās sou escriuâes de nossos reynos , assi da noſſa iuſtiça como da fazēda , ccmo qualqr outro q seja : t assi q lqr outronosso offiциal de qlqr sorte t q lida de q seja , q for obliguado por nossas ordenações ou regimētos , ou mandados , ateir liuro de qualqr sorte q seja em q escreua ho q aeu offiçio pertêça , ou qualqr outra couſa q lhe for mandado , sera obligado de fazer liuro bē enquadrado ē purgaminho ou em couro , ou no q quiser q seja , d folhas y guaes , t todas de papel de h̄ua marca : t despois de ho teir feito ante q nelle escreua ho dara aconitar t aassinar as folhas ao seu superior : d tal offiçial se nolugar esteuer , com tāto que nō seja ho tal superior pessoa sobre q algūa accusa se aja de carregar em recepta no ditoliuro : t nom estando nolugar tal superior , entonçes ho dara acōtar t aassinar ao juiz da terra : t nom sabendo ho tal juiz leer nē escreuer , entā ho leuaraa ou mandaraa ao seu superior q fora dolugar esteuer , que saibaleer t escreuer , nō sendo tal sobre que aja de carregar algūa couſa no ditoliuro como dito he . E os tabaliās do judicial assinaraā os liuros das qrelas , t os tabaliās das notas os liuros das notas por ho iuyz da terra sabendo leer t escreuer : t nō sabendo leer nē escreuer , polo superior do ditoiuiz . E os escriuâes das sisas assinaraā seus liuros polos iuizes das sisas : os qes superior ou juiz q assi os ditos liuros fore apresētados , assinaraā todas as folhas do dito liuro ao pee de cada h̄ua folha de seu final acostumado

Que os officiaes q̄ ouuerē. Que nō se entenda. Fo. Ixix.

tumado: tñocabodo dito liuro poeraā de sua letra quantas folhas o dito liuro tē, t q̄ todas ficas assinadas v̄ seu sinal, t assinar a total assento.
E quanto he nos liuros de nossa fazenda t contos t casa da India onde ha tantos liuros que por os scus superiores nom poderaam todos ser assinados, nos ordenaremos em cada huū anno quē assine os taes liuros, t aq̄lle q̄ ordenarmos os assinaraa t cōtaraa na forma so briedita: t qlqr escriuā ou oficial dos sobreditos, q̄ em algū liuro que nō for assinado da maneira sobredita escreuer, perderaa o officio pera onos darmos aqueim for nossa merce t toda sua fazenda, ametade pera quem acuslar, t a outra metade pera a nossa camara. E os ditos juizes ou superiores, serā assinados q̄ com muita deligēcia assinē t cōtē os ditos liuros, tanto q̄ reqridos pera ello fore: em medo q̄ os taes officiaes se nō detenham por elles, sob pena de lhe paguarem todas custas t perdas que por elles lhe causarem, taalem dollo lhe dai mos amais pena que fornossa merce, segundo sua negligēcia for.

Título. xl ix. Que ninhūa pessoa possa poer ouuidor q̄ nō seja da nossa jurisdiçā. E q̄ nō se entenda derogada ninhūa ordenaçam por el Rey, se da substancia della nom fezer expressa mençam.

Andamos q̄ ninhūa pessoa de qualqr sorte e qualidađ q̄ seja q̄ jurisdiçam da coroa do reynoteuer, nō possa poer nē ponha ouuidor nē outro ninhum oficial de justiça q̄ seja de rigo ou pessoa q̄ nō seja da nossa jurisdiçā t poedo, todo hō por ele processado ser a ninhum, t pagar aa as custas a as partes, t mais sera hō q̄ ho assiposer suspenso da jurisdiçam q̄ de nos teuer atee nossa merce.

E por quanto muitas vezes passā algūas prouisões nossas, as q̄ es sacõ tra nossas ordenaçōes, t algūas leua clausula q̄ se cūprâsem êbargo dnoas nossas ordenaçōes ser ē em cōtrairo: t por q̄ nossas tēçā nō he, por ninhūas prouisões geraes derogarmos nossas ordenaçōes: mandamos q̄ quādo nossos aluaraes, príuilegios, ou cartas q̄ nō forem doaçōes, forem cōtra nossas ordenaçōes, posto q̄ neilas digua q̄ ho fazemos de nossa certaçieçā, t sem êbargo dnoas nossas ordenaçōes ser ē em contrario: nunca se entenda deroguada ninhūa nossa ordenaçam, nem atal clausula geral obre efecto algū contra dispositam de qualquer nossa ordenaçam, saluose expressamente por nos for derogada dñia adita ordenaçam, fazendo mençam sumariamente da substancia della: de maneira que claramente pareça que fomos enformado ao tempo queaderoguamos do contheudo na dita ordenaçam.

E o que

O segundo liuro das Ordenações.

Qo que assi impetrar qualquer prouisam nossa, ou aluera q fer contra algua nossa ordenaçam sem della fazer expressa mençam como dito he, encorrera as penas daquelles que impetrem aluaraes por falsa enformaçam.

Qqueremos q assi as penas desta ordenaçā, como aquellas dos q impetrain aluaraes ou nossas prouisões por falsa enformaçam ou calada a verdade, se satisfaçam da cadea por aquelle q as assi impetrar e ouver, ou por o que os taes aluaraes ou prouisões em juizo ou fera delle apresentar, e por elles requerer despacho, qual apartecoutra quem foreim auidos escolher,

Titulo. 1. Que ninhā pessoa possa fazer contracto de ninhū mantimento se nom adinheiro, ou por causa quelbeloguo entreguē, ou talque apessaq que ficar obriguada tenha de sua nouidade,

Porques somos enformado que em alguūs luguares de nossos reynos se começa ora de vsar, que aquelles que tē trigo, honõ quer e vender adinheiro, antes se contracçāco aqllies que ho pāhā mester, qlhe dē cera, ou mel, ou vinho, ou azeite na nouidade, ou dí aalgū tempo, ho que elles nem tem de suas nouidades, e cō aneçessidade q tē de mātimēto, lhe prometē todo ho qlhe pedē: e por evitar muytos inconuenientes que do tal modo de contractar se poderiam seguir, se ho de todo nem tirassemos: defendemos q ninhā pessoa de qualquer qualidate q seja nem de trigo nem ceuada, nem azeite, nem vinho, nem outro qualqr mātimēto, por outracousa q aquella pessoa com qassī contractar nō teuer de sua colheita de suas nouidades, salvo se a tempo q assi contractar em lhe logo entregar a outra cousa que lhe por ho dito mantimento daa: porque nō lha entreguando, ou nom a tēdo de sua nouidade, auemos ho tal contracto por nihum: e aquelle que receber ho dito mantimento pera por elle dar outra cousa que nō for dinheiro, ficara a cō ho dito mantimento, e mais ficara a desobriguado de pagar nem entregar cousa algua do que se obrigou, nem sua valia: e ja mais em tempo algum ho que lhe assi deu ho dito mantimento pelo dito partido, ho nom poderaa demandar por elle, nem per sua valia: ho que mandamos que se cumpra, posto que as partes renunciem esta nossa ley.

Esum.

So Aqui acaba o segundo liure
das Ordenações. Foy impresso em
ha cidade de Lisboa por
Manoel Joam.

...
...

a b c d e f g h i. Todos sām quadernos, salhd
b. que he quinterno, e i. que he duerlo.